Políticas públicas de esporte e lazer em Rondônia, potencialidades e necessidades

Ivete de Aquino Freire | Ramón Núñez Cárdenas (Orgs.)

edufro
Editora da Universidade
Federal de Rondônia

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Reitora Marcele Regina Nogueira Pereira
Vice-Reitor José Juliano Cedaro

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

CONSELHO EDITORIAL
Presidente Lou-Ann Kleppa
Carlos Alexandre Barros Trubiliano
Cristiane Marina Teixeira Girard
Gean Carla Silva Sganderla
Geane Valesca da Cunha Klein
Heloisa Helena Siqueira Correia
Júlio César Schweickardt
Márcio Secco
Osvaldo Copertino Duarte
Pedro Ivo Silveira Andretta
Xênia de Castro Barbosa

Editora Filiada

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia
BR 364, Km 9,5
Campus Unir
76801-059 - Porto Velho - RO
Tel.: (69) 2182-2175
www.edufro.unir.br
edufro@unir.br

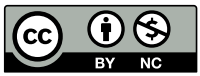
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM RONDÔNIA, POTENCIALIDADES E NECESSIDADES

Ivete de Aquino Freire
Ramón Núñez Cárdenas
(Organizadores)

edufro
Editora da Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

© 2023 by Ivete de Aquino Freire e Ramón Núñez Cárdenas (Orgs.)
Esta obra é publicada sob a Licença Creative Commons
Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.



Capa:
Andressa Gonçalves da Silva Cardoso

Revisão:
Alzimar Rodrigues Ramalho

Projeto gráfico:
Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia

Diagramação:
Guilherme André de Campos

Impressão e acabamento:
Seike & Monteiro Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIR

P789 Políticas públicas de esporte e lazer em Rondônia, potencialidades e necessidades /(orgs.) Ivete de Aquino Freire e Ramón Núñez Cárdenas. - Porto Velho, RO: EDUFRO, 2023.
235 f.: il.

Livro disponível on-line pelo site: www.edufro.unir.br.

ISBN: 9788577641000 (digital).
ISBN: 9788577640997
1. Esporte. 2. Lazer. 3. Políticas públicas. 4. Gestão no esporte. 5. Universidade Federal de Rondônia. I. . II. Título.

Biblioteca Central CDU 351:796(811.1)

Bibliotecário(a) Marcelo Garcia Cardoso **CRB-11/1080**

Sumário

9 PREFÁCIO

13 APRESENTAÇÃO

19 1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: DA TEORIA AOS PROGRAMAS E PROJETOS DE INTERVENÇÃO

19 Introdução

22 Políticas Públicas de Esporte e Lazer: objetivos e finalidades

25 Concepções e conceitos de esporte recreativo e lazer

34 Características das Políticas Públicas de esporte recreativo e lazer

37 Histórico recente da Política Pública de Esporte Recreativo e Lazer no Brasil

51 Considerações finais

52 Referências

59 2 DIAGNÓSTICO DA GESTÃO, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E OFERTA DE ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE RONDÔNIA.

59 Introdução

65 Relevância de estudos locais voltados à gestão, estrutura e organização do esporte recreativo e lazer

67 Aspectos metodológicos empregados na pesquisa sobre a gestão, estrutura e organização do esporte recreativo e lazer no estado de Rondônia

71 Perfil dos gestores do esporte e lazer no estado de Rondônia

78 Caracterização da gestão do esporte e lazer no estado de Rondônia

82 Considerações finais

84 Referências

91 3 AÇÕES SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE RONDÔNIA: APONTAMENTOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
91 Introdução
97 Aspectos metodológicos empregados para o estudo das ações sociais de Esporte e Lazer no Estado de Rondônia
101 Resultados do estudo relativo as ações sociais de Esporte e Lazer no Estado de Rondônia
101 Ações e projetos desenvolvidos
109 Caracterização dos espaços de esporte recreativo e lazer do estado de Rondônia
113 Principais dificuldades para administrar os espaços
118 Prioridades em Esporte de rendimento e Esporte recreativo e de lazer no estado de Rondônia
123 Considerações finais
125 Referências
131 4 CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE RONDÔNIA
131 Introdução
134 Percurso metodológico para o estudo dos espaços públicos de esporte e lazer do estado de Rondônia
134 As imagens fotográficas como instrumentos de pesquisa
135 Categorias quantitativas e qualitativas para estudo dos espaços de lazer esportivo a partir de imagens fotográficas
138 A cidade de Porto Velho: Contexto social, político e econômico do local de realização da pesquisa
142 Resultados do estudo sobre espaços de lazer esportivo na cidade de Porto Velho
143 Apresentação e análise dos espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 1
150 Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 2
154 Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 3
164 Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 4
178 Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 5

182 Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona NI urbana
189 Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona NI rural.
190 Reflexão teórica das imagens dos espaços de esporte e lazer da cidade de Porto Velho
195 Conclusões
197 Referências

205 5 PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/UNIR: REALIDADE E PERSPECTIVAS
205 Introdução
208 Realidade e perspectivas das práticas de esporte e lazer na UNIR: percurso metodológico adotado
210 Realidade das Práticas de esporte e lazer na UNIR
211 Atividades das Associações Atléticas Acadêmicas (A.A.A.)
216 Projetos de extensão, pesquisa e eventos extensionistas
219 Atividades contínuas de esporte e lazer não institucionalizadas
220 Realidade atual e satisfação da comunidade UNIR com as práticas de esporte e lazer no Campus Porto Velho
225 Desafios, dificuldades institucionais e perspectivas para as práticas de esporte e lazer no Campus Porto Velho da UNIR
227 Considerações Finais
229 Referências

231 Sobre os autores

PREFÁCIO

Nos últimos anos, multiplicam-se os estudos acadêmicos sobre as políticas públicas de esporte e lazer. Esse movimento foi impulsionado por diferentes ações, dentre elas: a efetivação do lazer como direito social previsto no artigo 6º. da Constituição Federal de 1988; a ampliação de linhas de pesquisa em programas de Pós-graduação e a criação, em 2003, de uma política governamental denominada de Rede Cedes no âmbito do Ministério do Esporte (atual Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania).

O reconhecimento do lazer como direito permite concluir que a falta de acesso universal e igualitário às suas oportunidades nos municípios brasileiros é um problema social. Deste modo, evidencia-se a necessidade da ação do Estado neste setor, planejando políticas públicas que possibilitem inclusão social. Nesse sentido, a produção do conhecimento sobre as políticas pode ajudar na qualificação dessas ações públicas e, no Brasil, um volume significativo de pesquisas tem sido desenvolvidas em programas de diferentes áreas, principalmente na Educação Física, na Educação, no Turismo e nos Estudos do Lazer. Especialmente sobre a Rede CEDES, essa ação criada pelo Ministério do Esporte em 2003, implementada oficialmente no Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007, com o objetivo de incrementar a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos com enfoque na gestão de políticas sociais de esporte e de lazer, bem como com o intuito de estimular estudos sobre o esporte recreativo e sobre o lazer.

Destaco ainda que, em 2015, o Ministério do Esporte publicou um chamamento público com o objetivo de selecionar projetos para receber recursos do Orçamento Geral da União. O chamamento previu a implantação de até 27 Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer, sendo um (01) para cada unidade da federação (26 estados e o Distrito Federal).

A publicação dessa obra intitulada "Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Rondônia: Potencialidades e Necessidades" é uma das ações

previstas por um desses núcleos da Rede Cedes localizados na região norte do Brasil. Região essa que, em função de suas especificidades geográficas e seu desenvolvimento tardio, apresenta inúmeras dificuldades que dificultam e limitam o crescimento e desenvolvimento de suas cidades e populações. Portanto, destaco que o investimento em núcleos de pesquisa da rede em Universidades e Institutos Federais dessa região apresentou uma importante inovação no contexto das políticas de esporte e lazer. Isso porque, até então, um volume irrisório de recursos havia sido investido para pesquisa nesse campo, na região norte.

Nesse contexto, receber o convite para prefaciar esse livro foi motivo de muita honra e alegria e também uma responsabilidade com esse grupo de pesquisadores que não mediram esforços para a realização das pesquisas aqui apresentadas. Acompanhei, mesmo que de longe, as ações realizadas pelo grupo vinculado à Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e por outras instituições parceiras nesse núcleo da Rede CEDES de Rondônia e o resultado desse livro vem coroar o excelente trabalho desenvolvido.

Esse livro teve como objetivo traçar um panorama sobre as políticas públicas de esporte e lazer que vem sendo desenvolvidas no contexto brasileiro e em especial no estado de Rondônia. Para o estado, esse foi um processo que permitiu e permite avaliar as ações já realizadas, bem como estabelecer metas e princípios que possam qualificar a gestão das políticas públicas desenvolvidas e a formação e atuação dos profissionais que atuam nesse contexto.

Esse livro conta o caminho percorrido pelo núcleo na tentativa de avaliar as políticas desenvolvidas no estado e diagnosticar a gestão, a estrutura e a organização dessa política. Dentre as temáticas abordadas, destaco a identificação e análise dos programas e projetos desenvolvidos em nível federal com impacto para a política pública local; a caracterização da gestão e um detalhado diagnóstico da estrutura, da organização e da oferta de ações de esporte e lazer no estado de Rondônia; as análises quantitativa e qualitativa das ações sociais de esporte e lazer de Rondônia e a identificação das prioridades nesse âmbito; a identificação do número de espaços públicos existentes nas cidades e o levantamento de suas condições de uso; a

identificação e análise das práticas de esporte e lazer realizadas no Campus de Porto Velho da UNIR.

O livro pode e deve ser lido por um público diverso: pesquisadores e estudantes dos campos de estudos do esporte, do lazer e das políticas públicas, profissionais envolvidos com ações no campo da gestão pública de esporte e lazer, bem como por pessoas interessadas em compreender o desenvolvimento e as ações realizadas no estado de Rondônia.

Espero que esse livro seja o primeiro de muitos outros frutos que a Rede Cedes realizará no estado de Rondônia e na região norte brasileira. Por essas e outras iniciativas é que desejo vida longa ao núcleo da Rede CEDES de Rondônia, e que possa se consolidar como uma política de estado. Dessa forma, espero que a Rede tenha o seu lugar garantido na pauta de gestores que ocupam lugares estratégicos, bem como dos pesquisadores das Universidades que têm dado vida a essa ação fundamental para as políticas públicas de esporte e lazer brasileira.

Hélder Ferreira Isayama
UFMG

APRESENTAÇÃO

Ivete de Aquino Freire
Ramón Núñez Cárdenas

O livro *Políticas públicas de esporte e lazer em Rondônia, potencialidades e necessidades* é resultado de estudos realizados por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer/CDPPEL do estado de Rondônia e parceiros. O CDPPEL/RO foi criado em 2015 a partir da interlocução com a Rede CEDES do antigo Ministério do Esporte, na ocasião em que este órgão incentivava a implantação de novos grupos de pesquisa e estimulava os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer. Assim, o referido centro integra a Rede CEDES, programa da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), da Secretaria Especial do Esporte do atual Ministério da Cidadania.

O CDPPEL/RO, como um dos 26 centros em desenvolvimento de pesquisa sobre Políticas de Esporte e Lazer do Brasil, acompanha os objetivos da Rede CEDES que é de qualificar as políticas públicas do setor, com apoio a pesquisas que contribuem com o aperfeiçoamento da gestão do esporte. Funciona na Universidade Federal de Rondônia, Campus Porto Velho, e é composto por uma equipe de pesquisadores que vem realizando investigações relacionadas às Políticas de Esportes e Lazer no estado. Desde a sua criação, este centro de pesquisas tem contado com a cooperação do Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias/LCGG do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES.

Esta obra justifica-se tendo em vista a escassez de publicações que ainda se constata na região Norte e no estado de Rondônia, voltadas à temática do lazer, e em especial às políticas públicas para o setor.

Um mapeamento da produção científica brasileira realizada entre os anos de 2013 a 2016 sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, mostrou que 75% das publicações são da região Sul; 19% do Sudeste e 6% do Nordeste. Os resultados encontrados, referentes à região Norte, são inexpressivos. Destaca o estudo que quase todas as instituições que figuram entre as mais produtivas possuem mestrado e doutorado na área 21, formada por Programas de Pós-graduação/PPGs que envolvem quatro áreas de atuação acadêmica e profissional: Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Apesar das limitações quantitativas e qualitativas, principalmente por não apresentar informações suficientes para entender o contexto específico das unidades observadas, a pesquisa anteriormente mencionada vem reforçar a identificação dos padrões de configuração espacial da produção científica no Brasil, já identificados ao longo de décadas. Confirmou-se uma concentração sistemática da produção do conhecimento nas regiões Sudeste e Sul, e escassez nas regiões Norte e Nordeste. Conforme aponta a literatura especializada, a desigualdade regional na produção científica está estreitamente associada às acentuadas disparidades na distribuição dos recursos científicos e tecnológicos. As regiões Sudeste e Sul são favorecidas pela concentração de universidades e institutos de pesquisa historicamente consolidados e pela maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros devido a políticas implementadas por importantes agências de fomento. Por outro lado, sabe-se que a produção do conhecimento é fortalecida com Programas de Pós-Graduação; e na região Norte são inexistentes programas desta natureza, que alimentem as produções voltadas a políticas públicas de esporte e lazer.

Acompanhando a realidade da região Norte, Rondônia se configura como uma localidade com escassez de produção científica nas áreas relacionadas às Políticas de Esportes e Lazer. Contudo, com a criação do CDPPEL/RO e parceria com outros laboratórios de pesquisas já consolidados, espera-se ampliar a organização de "massa crítica" voltada a esta temática, enriquecer, confrontar e modificar o conhecimento teórico atualmente existente a partir de ações inter-relacionadas e, em última instância, contribuir para a produção do conhecimento local, regional e nacional.

A criação do CDPPEL/RO e a produção da obra ora apresentada são passos tímidos, mas decisivos, que marcam o início desta trajetória.

O livro *Políticas públicas de esporte e lazer em Rondônia, potencialidades e necessidades* reúne cinco capítulos de estudos realizados entre 2016 e 2019 com apoio financeiro do antigo Ministério do Esporte e atual Ministério da Cidadania. A obra inova ao trazer, em quatro capítulos, um retrato inicial de uma realidade ainda desconhecida regional e nacionalmente; e apresentar diagnósticos que aportam informações relativas às particularidades, necessidades e potencialidades no campo das políticas públicas de esporte e lazer do estado de Rondônia. A localidade se distingue por ser um ambiente privilegiado para a produção de conhecimento, seja tanto pela variedade de grupos étnicos, como quilombolas, seringueiros, povos indígenas e ribeirinhos; e pela riqueza patrimonial, pelos contrastes, contradições e pelas necessidades muito particulares a serem estudadas.

A obra disponibiliza informações que podem ajudar na qualificação das ações do poder público na organização, estruturação e oferta de esporte e lazer, envolvendo tanto aspectos concernentes a micro mecanismos de funcionamento quanto a macroestrutura do setor. Aborda, em distintas dimensões e abrangência, programas, projetos, ações e atividades vinculadas as políticas públicas de esporte e lazer no estado de Rondônia, estabelecendo, de uma forma direta ou indireta, um viés com a política nacional para o setor. Inicia com uma perspectiva geral destas políticas, ponderando sobre fatores de abrangência nacional, passando por um alcance regional ou estadual, finalizando com uma perspectiva individual, em menor escala em nível político.

Seguindo o que foi dito anteriormente, o capítulo 1 da obra denominada "Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: dos aspectos teóricos aos programas e projetos de intervenção" traz uma abordagem teórica cujo objetivo principal é estabelecer uma relação entre algumas concepções conceituais de lazer, esporte recreativo e políticas públicas, e os valores, ideais, princípios e ideologias em que as bases dos programas e projetos nacionais para o setor estão ancoradas. O livro inicia com este capítulo porque o seu conteúdo apresenta uma relação de complementaridade com

os demais itens da obra, que abordam diagnósticos de estrutura, gestão e ações locais. Sendo assim, o capítulo 1 serve de suporte teórico para uma leitura compreensiva dos contextos específicos apresentados nas demais partes do livro, como uma espécie de apoio aos argumentos referentes às políticas públicas locais.

Os capítulos que seguem fazem referências a políticas públicas de esporte e lazer de uma realidade específica, Rondônia, avançando para a demonstração de particularidades da capital do estado (Porto Velho) e de uma instituição em especial (Universidade Federal de Rondônia) conforme a progressão dos itens. O Capítulo 2, sob o título "Ações sociais de esporte e lazer no estado de Rondônia", identifica os projetos e atividades voltadas ao esporte e lazer de 21 municípios do estado, e, ao mesmo tempo, estabelece relação com a política pública local e nacional. Busca compreender as ações voltadas ao esporte recreativo e lazer no interior dos programas e projetos analisados, bem como suas funções e objetivos. Além dos programas de intervenção, o estudo caracteriza os espaços de esporte recreativo e lazer das localidades, identifica as principais dificuldades para administrar estes espaços e as opiniões dos gestores sobre as condições de infraestrutura em geral destes ambientes.

O capítulo 3 apresenta o resultado do subprojeto de pesquisa "Diagnóstico da gestão, estrutura, organização e oferta de atividades de esporte e lazer no estado de Rondônia". Relata o perfil sociodemográfico dos dirigentes municipais de esporte e lazer do estado, identifica as experiências em gestão destes dirigentes, mapeia os cargos que exercem e caracteriza o tipo de gestão desenvolvida nas distintas localidades.

O capítulo 4, nomeado "Caracterização dos espaços públicos de esporte e lazer no estado de Rondônia", é resultado de um estudo que utilizou fundamentalmente registros fotográficos dos espaços públicos de esporte e de lazer da cidade de Porto Velho, a fim de analisar as características quantitativas e qualitativas destes ambientes. O manuscrito aborda aspectos como a localização dos espaços públicos, as condições de infraestrutura, os equipamentos disponíveis; e ao mesmo tempo avança no sentido de qualificar o uso destes recintos considerando suas características.

E, finalmente, o capítulo 5, intitulado "Práticas de esporte e lazer na Universidade Federal de Rondônia/UNIR: realidade e perspectivas" relata o processo histórico de composição das práticas de esporte e lazer no campus de Porto Velho da Universidade Federal de Rondônia/UNIR. O estudo destaca as primeiras iniciativas destas manifestações, que ocorreram com a criação da instituição, chegando até o momento atual, favorecendo uma compreensão da realidade a partir dos caminhos já percorridos. Concomitantemente, identifica as principais dificuldades e desafios encontrados ao longo deste processo, e aponta as perspectivas dos servidores e discentes sobre a estruturação das práticas de esporte e lazer na UNIR, Campus de Porto Velho.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: DA TEORIA AOS PROGRAMAS E PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Ivete de Aquino Freire
Ramón Núñez Cárdenas
Yesica Nunez Pumariega
Catalina Dominga Pumariega Torres

Introdução

Apesar dos termos "esporte" e "lazer" frequentemente caminharem juntos tanto nos aportes legais quanto nas produções científicas e discursos políticos, e ser irrefutável a afinidade entre eles, é importante considerar que estas duas manifestações não se confundem do ponto de vista teórico-metodológico. Isto porque, nem sempre o esporte é lazer; e o lazer não se resume ao esporte. O lazer possui algumas características próprias, conforme será visto ao longo deste manuscrito.

Algumas destas características estão presentes no conceito de lazer apresentado por Pessoa e Nascimento (2008, p. 3). Para os autores, lazer é:

> [...] qualquer atitude e/ou atividade que proporcione bem-estar, vivenciada no tempo disponibilizado para tal. Tanto seja uma atitude/ação prática quanto contemplativa e que, referente aos conteúdos que a envolve, venha abranger os propósitos que formam a globalidade do ser humano como os aspectos lúdicos, intelectuais, interativos, criativos, estético, físico-esportivos, artísticos, socioculturais, afetivos, político, econômicos e todos se inter-relacionando.

Complementando o conceito anterior, acompanha-se também o que dizem distintos autores, ao entenderem o lazer como a apropriação prática de diferentes objetos culturais da humanidade que possibilitam

um envolvimento e desenvolvimento crítico, criativo e consciente dos participantes, encaminhados via processo de busca do prazer e da felicidade (Requixa, 1977; Isayama, 2003; Marcellino, Sampaio, Capi e Silva, 2007). Destes conceitos, observa-se a ausência do termo esporte, embora as práticas físico-esportivas nas quais o esporte se insere possam estar consideradas tanto nas vivências de movimentos de lazer experimentadas, quanto nas ações contemplativas.

A legislação vigente (Brasil, 1998) apresenta certa clareza ao reconhecer e classificar o esporte em três manifestações. O Esporte Educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, procura evitar a seletividade e a hipercompetitividade entre seus praticantes. Tem a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a formação para o exercício da cidadania, além de fomentar a prática do lazer esportivo.

O Esporte Participação, que envolve as categorias "recreação e lazer", é praticado de modo voluntário e compreende vivências de modalidades esportivas diversas. Tem a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente. Para Silva e Rubio apud Vieira et al. (2011), esta manifestação esportiva é uma prática democratizada, ao alcance de todos e não apenas daqueles que apresentam alguma aptidão especial.

Finalmente tem-se o Esporte de Rendimento, usufruído segundo normas gerais da lei vigente no país (Brasil, 1998) e as regras nacionais e internacionais de cada desporto. Esta manifestação esportiva tem a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país, e estas com as de outras nações. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado de modos profissional e não profissional.

No Brasil, com a criação do Ministério do Esporte em 2003, adotou-se mais uma manifestação esportiva denominada Esporte Social. Este termo acompanhou as ações dos três governos anteriores em projetos de inclusão social por meio do esporte, cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento humano. Considerando o que foi dito sobre as manifestações esportivas, neste livro, para nomear o esporte que

compreende vivências das variadas modalidades esportivas cuja finalidade é contribuir para a integração dos praticantes, na promoção da saúde e educação serão utilizados os seguintes termos como sinônimos: "esporte participação", "esporte de recreação", "esporte recreativo" ou "esporte de lazer".

Ponderando o exposto, este capítulo da obra tem como objetivo estabelecer relação entre alguns aspectos teóricos de lazer, esporte recreativo e os programas e projetos do governo para o setor. Apresenta-se um recorrido que se inicia com concepções teóricas sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, chegando a alguns projetos e programas para sua efetivação.

Justifica-se este capítulo do livro pela relevância de se conhecer de que forma a "teoria" se manifesta nas políticas públicas de lazer considerando às relações mediacionais que existem entre os programas de intervenção e a sua realidade teórica. Apreciar os pressupostos teóricos que perpassam as políticas públicas significa buscar compreender os valores, ideais, princípios e ideologias que embasam ou que nutrem estas políticas e, consequentemente, aproximar-se dos seus objetivos práticos. Entretanto, falar de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil no seu sentido prático, constitui-se grande desafio, principalmente porque o presidente da República do país, no período de 2019 a 2022 não deixa claro seu programa de governo a ser seguido no âmbito do esporte e lazer. Os planos e programas atuais de governo de caráter nacional, disponíveis no site oficial do Ministério da Cidadania neste período, em alguma medida são os mesmos registros da gestão anterior; em sua maioria sem qualquer atualização.

Conhecer as políticas públicas de esporte e lazer de um país passa, necessariamente, pela compreensão das condições macroestruturais destas políticas; são elas, que permitem, por exemplo, visualizar os vínculos entre as ações e a agenda de planos e programas concebidos; e permitem saber até que ponto as ações implementadas se articulam de modo coordenado ao planejamento estratégico de um programa abrangente.

Este capítulo tem uma forte relação de complementaridade com as demais produções da obra, que apresentam características de abrangência

setorial das políticas públicas no âmbito do esporte e lazer. Nessa afinidade, o presente capítulo serve tanto como suporte teórico para uma leitura do contexto mais amplo em que as políticas públicas locais se inserem, quanto de alusão aos planos e programas alinhados às políticas de governo formuladas. Estes pressupostos têm amparo na citação de Marcellino, Sampaio, Capi e Silva (2007) ao afirmarem que é impossível considerar as políticas setoriais de forma isolada, sem atentar para os programas nacionais de governo. Portanto, ao se analisar as políticas de esporte e lazer de modo particular não se pode perder de vista sua amplitude nacional e a relação de complementariedade que existe entre elas.

Políticas Públicas de Esporte e Lazer: objetivos e finalidades

Ao longo de décadas, tem-se observado que o direito ao lazer a todos os cidadãos, afiançado legalmente, não tem sido efetivado na prática. Conforme afirma Lazzarotti Filho (2007), os instrumentos legais, por si só, não garantem o acesso à política pública de esporte e lazer. Para o autor, além da legislação, faz-se necessário uma organização social em favor da reivindicação de direitos e da cobrança de sua efetiva implementação.

A fim de garantir os direitos constitucionais dos seus cidadãos, o Estado precisa efetivar políticas públicas que assegurem a todos os indivíduos a promoção do bem-estar. Para tanto, as ações deverão ser desenvolvidas em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança.

Ao termo "políticas públicas", são adotadas distintas definições, mas todas parecem convergir nos seus significados. Para Lopes (2008, p. 5), política pública é entendida como:

> [...] a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade.

Orientado pelo que afirmou Lopes, os autores Ritt e Oliveira (2016) definem políticas públicas como um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade.

Para Menicucci (2006), políticas públicas são estratégias de intervenção e regulação do Estado (e daqueles que o administram), objetivando alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade.

Também políticas públicas são conceituadas como "sistematizações de ações do Estado voltadas para a consecução de determinados fins setoriais ou gerais, baseadas na articulação entre a sociedade, o próprio Estado e o mercado" (Nunes e Cunha apud Rossetto Junior e Borin, 2017, p. 21). Assim, pode-se afirmar que política pública trata de deliberar quem decide o quê, quando, como e para quem e, ainda, reflete as suas consequências (Rossetto Junior e Borin, 2017).

Mais recentemente, numa publicação da Casa Civil da Presidência da República (Brasil, 2018), constata-se a definição de política pública como um conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e suficientes, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, financiadas por recursos orçamentários ou por benefícios de natureza tributária, creditícia e financeira.

Considerando o esporte e o lazer como práticas sociais, outro conceito de políticas públicas alcança também importância: trata-se de políticas públicas sociais. Para Höfling apud Silva, Borges e Roeldes (2014, p. 53), as políticas públicas sociais são "ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico". Sejam quais forem os fins últimos da política pública social, segundo Cohen e Franco apud Silva, Borges e Roeldes (2014), seu princípio orientador é a procura da equidade, que implica na satisfação das necessidades básicas da população.

Uma publicação do SENAC apud Queiroga, Moura, Pazini e Zorzi (2016) menciona que dois elementos são fundamentais na formulação das

políticas públicas: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público. A intencionalidade e a resposta aos problemas têm como base de sustentação uma massa de dados estatísticos e, principalmente, valores, ideais, princípios e ideologias. Todos estes elementos juntos, produzirão o conhecimento necessário para a definição das ações a serem implementadas. Mas quem define qual a intencionalidade e qual ou quais os problemas relevantes a serem solucionados?

Sobre esta questão, existe consenso na literatura que em um país submetido ao regime democrático, a política pública será sempre o resultado de acordos ou pactos que exprimam os valores e princípios, as visões e os interesses comuns à maioria dos atores sociais de uma determinada sociedade. Os problemas públicos, que são objetos de solução nas políticas públicas, são considerados relevantes justamente porque são definidos de forma coletiva. Assim, o segundo elemento fundamental na formulação das políticas (resposta a um problema público), juntamente com o primeiro (a intencionalidade pública), é pactuado coletivamente. De acordo com estes pressupostos, quem define qual a intencionalidade e qual ou quais os problemas relevantes a serem solucionados são os atores sociais.

Segundo Hourcade e Gutierrez (2004), qualquer gestão pública democrática e preocupada em atender as necessidades sociais da população deve estar pautada em um princípio fundamental: que os cidadãos, sós ou agrupados em associações representando a sociedade civil organizada, são e devem ser os principais atores de qualquer política pública. Isto implica elevados níveis de participação tanto na formulação das políticas, como na sua implementação. Os parâmetros que regem essas políticas (as linhas de ação que serão adotadas) irão depender da perspectiva que se adote e dos objetivos que se procure defender sem abandonar os princípios e valores pactuados.

Os estudos recentes relativos às políticas públicas apontam para a descentralização como uma forma de torná-las mais eficientes e eficazes. Em outras palavras, as políticas públicas devem ser desenvolvidas não pela União, mas sim pelo ente federativo que se encontra mais próximo dos cidadãos, ou seja, estados e municípios. Relembra Vieira et al. (2011) que

esta mudança nas responsabilidades de oferecimento das políticas públicas de esporte e lazer e em vários outros setores ocorreu a partir da Constituição Federal de 1988. Os atores locais tornaram-se os elementos executores dos programas, cabendo ao Governo Federal estabelecer princípios e diretrizes que devem ser seguidos por todos os municípios considerando suas peculiaridades.

Starepravo (2011), fundamentado em distintos autores, assinala a existência de diversas barreiras que impedem o desenvolvimento de políticas efetivas para o esporte recreativo e lazer no Brasil. Entre estas barreiras, o autor destaca o olhar prioritário ao esporte de alto rendimento, o assistencialismo e utilitarismo atribuído ao esporte e ao lazer; e finalmente a hierarquização de prioridades sociais, que deixa o esporte e o lazer como últimas demandas a serem atendidas.

Concepções e conceitos de esporte recreativo e lazer

Conforme mencionado anteriormente, as políticas públicas têm suas bases fortemente ancoradas em valores, ideais, princípios e ideologias. Portanto, ao se fazer referências a estas estratégias de intervenção e regulação, é fundamental que se conheça quais os alicerces que norteiam as ações e programas desta política.

Nas palavras de Gutierrez (2000, p. 98), ao se falar em políticas públicas no âmbito do lazer, primeiro "há que entender a questão do objeto lazer e procurar situá-lo, o mais claramente possível, no contexto mais amplo da compreensão das relações sociais e políticas contemporâneas". Entretanto, a partir do que disseram Almeida e Gutierrez (2004) pode-se inferir que a definição do objeto lazer tem gerado polêmica para a elaboração de programas e projetos para o setor. Mesmo diante desta dificuldade, para a elaboração e implementação de políticas públicas, é importante identificar os conteúdos do lazer, seus desdobramentos e os valores que propicia.

Embora o esporte/atividade física seja apenas um dos elementos contidos no lazer, conforme afirma Vieira et al. (2011), as ações públicas aparecem geralmente com um viés esportivo, desconsiderando os outros

conteúdos do lazer. Marcellino (2000) já havia dito que superar o tratamento reducionista ou generalista do lazer implica em entendê-lo como manifestação humana, e não simplesmente como atividade. Enquanto atividade, o lazer e o esporte recreativo possuem características específicas. É vivenciado no tempo isento de obrigações (familiares e sociais, dentre outras) e pode acontecer por meio de inúmeras experiências escolhidas livremente pelos sujeitos, inclusive experiências esportivas. Tem caráter lúdico e desinteressado, pois sua prática não tem nenhuma motivação lucrativa ou utilitária; seu fim é a satisfação que a experiência em si proporciona. O seu caráter hedonístico revela a busca do prazer; a alegria e felicidade que resultam da vivência. Por fim, no que tange ao caráter pessoal, destacam-se que as funções expressas pelas atividades de lazer respondem a necessidades individuais.

Marcellino (2000) argumenta que o objeto lazer em si mantem suas características principais, mas também se insere em uma contextualização mais ampla, cuja prática interfere nas relações sociais e políticas contemporâneas. Assim, sua utilidade social é concretizada em três funções básicas: descanso, diversão e desenvolvimento.

O sociólogo francês Dumazedier (1976, p. 94), conceituou lazer como:

> [...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

A partir destes princípios, ampliaram-se as concepções de lazer, dando suporte para ser interpretado como um fenômeno multidimensional de caráter multissêmico. Além de suas possibilidades lúdicas, esta manifestação humana apresenta interfaces com distintas áreas de conhecimento como saúde, a educação e sociologia; e suas diferentes

manifestações envolvem diversos setores sociais como educação, cultura, esporte, negócios e turismo entre outros.

Considerando que o foi dito anteriormente, pode-se afirmar que a literatura dispõe de diferentes concepções ou abordagens sobre o lazer. Entende-se por concepção ou abordagem as distintas visões teóricas ou olhares de um determinado fenômeno. As correntes filosóficas funcionalismo, materialismo histórico-dialético e novas correntes são abordagens teóricas que podem servir de base para a compreensão do fenômeno lazer. Sem a pretensão de aprofundar os princípios teóricos que embasam estas concepções, serão seguidos aqui os pressupostos teóricos mais gerais que caracterizam estas correntes, tendo como referência discussões feitas por Garcia (1983), Minayo (1989) e Marcellino (2000).

O entendimento de lazer e esporte recreativo ligado às concepções "funcionalistas", em suas várias nuanças (moralista, romântica, compensatória, utilitarista), dá relativamente pouca ou nenhuma ênfase a aspectos que se referem a mudanças ou transformações sociais; ao contrário, a ênfase incide sobre processos funcionais e mutáveis de evolução. Conforme afirma Marcellino (2000), esta visão contribui para reforçar, ainda mais, uma ação que colabora para a manutenção do *status quo*, uma vez que, entre outros aspectos, não leva em conta o contexto social, político e econômico mais amplo.

A concepção materialista histórico-dialética surge em oposição a abordagem funcionalista. Considera a dinâmica da sociedade e suas contradições. Interpreta a história a partir da dinâmica das relações sociais e das lutas de classe, compreendendo e explicando os fenômenos sociais e culturais (o lazer, por exemplo), como depositário de crenças, valores, atitudes e hábitos. Para Marcellino (2000), nesta abordagem, a particularidade concreta do lazer considerada em sua manifestação na sociedade atual é colocada como reivindicação social. Na sua especificidade, o lazer fomenta possibilidades de gerar valores e atitudes que ampliam o universo das manifestações do brinquedo, do jogo, da festa e da recreação, para além do lazer em si. Nesse sentido, analisar o lazer implica em levar em conta seus aspectos educativos - educação para e pelo lazer -, as suas possibilidades como instrumento de mobilização e de participação cultural.

Outras concepções consideradas mais progressistas envolvem a fenomenologia. Consideram que os atos sociais abrangem questões que não estão presentes em outros setores do universo: a propriedade do significado. Husserl apud Garcia (1983) entende que o significado só pode ser entendido subjetivamente e é impossível separar o observador do objeto observado. A verdade não é uma característica individual, mas coletiva, portanto, para a fenomenologia, a verdade é sempre relativa e social.

Como práticas do uso do "tempo livre", o lazer e o esporte recreativo destacam-se como momentos de descanso e de diversão. Entretanto, esta visão se restringe à ideia de atividade e às possibilidades práticas proporcionadas por ela (Marcellino, Sampaio, Capi e Silva, 2007). Orientados por Isayama, estes últimos autores destacam que o direcionamento excessivo das atividades acaba deixando em segundo plano o papel pedagógico da animação, "contribuindo para reforçar os valores da ideologia dominante, encorajando práticas tradicionais que não possibilitam um envolvimento crítico, criativo e consciente dos participantes" (Marcellino, Sampaio, Capi e Silva, 2007, p. 17). Estudos de Oliveira (2004) já indicavam que o lazer como prática do uso do tempo livre e, consequentemente, como recuperação da força de trabalho, tem origem na sociologia do lazer, de autores como Norbert Elias. Esta orientação teórica tem base na ótica funcionalista compensatória e utilitarista do conceito de lazer, conforme abordagens apresentadas por Pessoa e Nascimento (2008).

Com Requixa (1980), iniciam-se os pressupostos de saúde e de educação do lazer. O autor afirma que, nesta ocupação, o indivíduo vive valores que propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social. O sentido de "recuperação" aplicado às concepções de lazer consiste em destacar a busca do prazer como elemento fundamental que distingue esta vivência das demais manifestações sociais e culturais. Nessa perspectiva, não haveria nenhuma forma de lazer que não inclua a expectativa futura de auferir algum nível de prazer, independente do fato da espera vir a ter sucesso ou não (Gutierrez, 2000). A compreensão do lazer unicamente como elemento de prazer pode estar sustentada na ótica funcionalista compensatória e utilitarista, acompanhando a interpretação

do parágrafo anterior. Por outro lado, apesar de o autor enfocar o sentido de "recuperação" do lazer, também adota termos importantes como "desenvolvimento" e "educação".

A partir de uma publicação de Gomes (2003), é possível inferir que Requixa foi precursor em ressaltar expressões relacionadas à "educação através do lazer e para o lazer". Também com o autor vislumbrou-se a adoção da postura de que nas vivências de lazer se inserem valores que propiciam condições de desenvolvimento pessoal e social. Estes dois pressupostos, quando voltados a uma perspectiva de transformação social, admitem outras leituras, extrapolando a interpretação funcionalista.

Marcellino (1995, p. 60) aborda a amplitude de ação desta manifestação humana. De acordo com o autor, no lazer há:

> [...] potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade, as atividades de lazer favorecem, a par do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade ao nível pessoal, pelo incentivo ao auto aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade.

Ao afirmar que o desenvolvimento social decorre do reconhecimento das responsabilidades sociais, constata-se com Marcellino o papel transformador do lazer via educação. Mais adiante, o autor, em parceria com outros pesquisadores, reconhece a estruturação dos processos de educação para e pelo lazer, que visam educar os indivíduos (Marcellino, Sampaio, Capi e Silva, 2007). Entre outros aspectos, o uso da expressão "papel transformador do lazer" favorece o entendimento da presença da concepção materialista histórico-dialética.

Com Diecker (1984), o lazer se vê reforçado como um evento que propicia benefícios de socialização e à saúde das pessoas. Essa linha de

raciocínio refere-se à ocorrência de que, ao participar de algumas vivências de lazer, os indivíduos criam ou fortalecem os grupos sociais ao tempo em que se consolidam como integrantes destes mesmos grupos. Parte do princípio que, no círculo social, os indivíduos promovem sua autoestima e, simultaneamente, exercitam a sociabilidade e evitam o seu isolamento social. Estes pressupostos se identificam com a concepção funcionalista utilitarista de lazer.

Relacionado à saúde, o conceito de lazer se aproxima de valores como o bem-estar físico e mental, a socialização com familiares, amigos e colegas, o interesse em realizar uma atividade, entre outros. A expressão "recuperação psicossomática" mencionada por Requixa (1980) encontra amparo na publicação de Rolin apud Surdi e Tonello (2007), que analisa o lazer numa perspectiva psicossocial. Neste caso, vivências de lazer, que ocorrem em um tempo livre, liberam do cansaço e do aborrecimento, proporcionando repouso e diversão. Com Pessoa e Nascimento (2008), amplia-se a concepção de lazer como instrumento que proporciona prazer ou bem estar. Além dos outros pontos mencionados, os autores citam que se trata de vivências que geram qualidade de vida sob todos os aspectos, favorecendo uma interpretação funcionalista compensatória e utilitarista do lazer.

O conceito de lazer relacionado à trilogia socialização/saúde/educação pode tanto ter como base de sustentação a vertente funcionalista quanto visões mais críticas e transformadoras que se aproximam do materialismo dialético ou de outras concepções consideradas mais progressistas. Entretanto, atualmente, a compreensão de promoção da sociabilização e da saúde estão ancoradas em propostas educativas estratégicas e transformadoras da realidade social e política a partir do empoderamento dos indivíduos. Através da educação, é possível estimar a que o indivíduo dê ou conceda poder para si próprio sobre determinadas situações; neste caso, sobre a socialização e a saúde. De acordo com Marcellino (1995), o desenvolvimento social é potencializado pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade ao nível pessoal, pelo incentivo ao auto aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimento de solidariedade. Estes princípios deixam

clara a perspectiva educacional que perpassa na concepção de lazer do autor. Entende-se que não existe desenvolvimento social sem desenvolvimento pessoal, sendo, este último, ponto de partida e elemento integrante do processo de transformação, vinculado a concepções com viés no materialismo-histórico e de novas correntes.

Sustentam esta afirmativa Marcellino, Sampaio, Capi e Silva (2007) ao pontuarem que as manifestações de lazer podem ter como princípio a educação política do cidadão encerrando, como finalidade básica, intervenções para o desenvolvimento pessoal. Desse modo, se vê superada a visão de processos de educação para e pelo lazer, que mirariam corrigir hábitos dos indivíduos e fixar identidade em valores e significados, consoantes com a ordem social vigente, conforme citou Sant'anna apud Marcellino, Sampaio, Capi e Silva (2007).

Ultrapassar esta visão da educação para o lazer, de acordo com Isayama (2003, p. 63) implica entender que a construção de saberes e competências devem:

> [...] estar relacionados ao comprometimento com os valores alicerçados em uma sociedade democrática; à compreensão de nosso papel social na educação para o lazer; ao domínio dos conteúdos que devem ser socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares; e, por fim, ao conhecimento de processos de investigação que auxiliem no aperfeiçoamento da prática pedagógica e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas.

Isayama (2003, p. 15) também pontua a necessidade de se estabelecer uma nova perspectiva de lazer, baseada em:

> [...] criticidade quanto à ordem vigente, superando, assim, a "perspectiva tradicional de lazer", que se caracteriza por contribuir e reforçar os valores da ideologia dominante, levando os profissionais a desenvolverem práticas tradicionais que não possibilitam envolvimentos críticos, criativos e conscientes dos participantes.

No Brasil, têm-se constatado também inúmeras publicações destacando o lazer enquanto expressão cultural. O sentido de cultura adotado aqui é aquele apresentado por Almeida e Gutierrez (2004), em que o termo designa o conjunto das tradições, técnicas, instituições que caracterizam um grupo humano. A cultura compreendida desta maneira é normativa e adquirida pelo indivíduo, desde a infância. Quando aplicado ao lazer, reporta-se basicamente ao termo cultura popular como re-apropriação e ressignificação temporal, historicamente determinada. Este processo se dá numa evolução da própria construção social. (Almeida e Gutierrez, 2004).

No Brasil, reconhecida inicialmente por Marcellino (1995), a cultura como dimensão do lazer compreende a cultura vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. A afinidade cultura/lazer decorre da íntima relação que se observa entre as muitas atividades designadas lazeres, que são também manifestações culturais. Os jogos, as brincadeiras e as expressões artísticas são lazeres e, simultaneamente, fazem parte da herança cultural das comunidades (Almeida e Gutierrez, 2004). Destaca-se, entretanto, que essa vertente não se aproxima da ótica funcionalista romântica do conceito de lazer cujo entendimento sobre esta vivência resguarda um saudosismo inibidor de novas práticas a partir de uma postura conservadora e às vezes retrógrada. Na abordagem do lazer como manifestação cultural, Marcellino, Sampaio, Capi e Silva (2007) destacam que é imprescindível analisar como os "sujeitos" se apropriam dos diferentes objetos culturais, dando margem para uma interpretação voltada ao materialismo-histórico.

Outro constructo que apoia teoricamente o lazer é a cidadania. A prática consciente e ativa de lazer proporciona a possibilidade de as pessoas exercerem plenamente todos os seus direitos. Desse modo, o lazer como prática cultural se configura como espaço questionador dos valores da sociedade visando modificações no quadro social (Marcellino, 1995). Corroborando com esta opinião, Pinto (1995) entende que o lazer deva ser fundado na vivência lúdica como exercício de cidadania e de criatividade. Já Pinto apud Pessoa e Nascimento (2008) afirma que a prática do lazer exige tomada de consciência em relação às contradições do cotidiano e à humanização das relações fundadas na ética lúdica, na

busca de manter interfaces com a saúde, a educação e a sociabilização para a cidadania.

Isayama e Linhales (2006) mencionam que se tem observado discussões sobre as políticas públicas de lazer envolvendo temáticas ligadas à cidadania, participação popular, reivindicações sociais e como uma possibilidade de contribuição na superação das desigualdades sociais. Marcellino, Sampaio, Capi e Silva (2007, p. 29) reforçam esta questão afirmando que o esporte recreativo e o lazer podem ser vistos também como elementos de "[...] denúncia da realidade opressora e anúncio de novas possibilidades de vida: como direito social, que possibilita a participação cultural do cidadão, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social, além do seu descanso e divertimento". Mais adiante, Vieira et al. (2011), ao citarem diversos autores, reconhecem que o esporte participação fortalece a cidadania daqueles que dela se valem, devendo ser abordado enquanto política pública como uma prática social atenta às mudanças e contradições presentes na sociedade. Estas discussões permanecem em publicações mais recentes como aquelas de Santos e Isayama (2014, p. 64), que defendem que "o lazer tem o potencial de aguçar nos sujeitos a consciência crítica e a capacidade de tomada de decisões, interferindo, com isso, no campo político, econômico e social".

Silva (2012) vai além dos autores anteriormente citados ao abordar o lazer como veículo de mudanças de atitudes e valores frente aos grandes problemas sociais. De acordo com este autor, a prática social do lazer oferece contribuições à emancipação humana. Neste caso, a expressão "emancipação humana" debruça no sentido da práxis revolucionária de transformação e reordenamento da luta popular à reivindicação histórica da sociedade socialista posto à possibilidade ontológica da revolução. A especificação das vivências de lazer como oportunidades de geração de valores e atitudes que ampliam o universo social e político para além do próprio lazer identifica-se fortemente com a concepção materialista-histórica.

Antecedendo o autor mencionado primeiramente, Oliveira (1997), ao citar Lefebvre, pontua que através das práticas de lazer - e por meio delas -, os homens podem elaborar críticas à sua vida cotidiana, mas a superação de problemas, papel atribuído ao lazer, não necessariamente

ocorre. Oliveira (2004) complementa afirmando que há um escasso domínio de conhecimento sobre as possibilidades, a partir do lazer, de mudanças de atitudes e valores frente aos grandes problemas sociais.

As concepções atribuídas às posturas teóricas mencionadas não foram assim denominadas por seus autores. Ou seja, eles não se auto identificam dentro de uma abordagem ou outra. A partir do processo discursivo dos autores e dos princípios que sustentam cada abordagem, se fez um exercício de associação entre estes dois dizeres. Pela análise discursiva, constata-se, na literatura atual, a existência de discurso hegemônico acerca das possibilidades de mudanças de atitudes e valores a partir da prática de lazer, estando, portanto, em consonância com as concepções materialista histórico-dialética e novas correntes.

Características das Políticas Públicas de esporte recreativo e lazer

Considerando os pressupostos teóricos para a elaboração e implementação de políticas públicas, e as distintas vertentes teóricas do lazer e apreciação de distintos autores, sugere-se que sejam ponderados alguns princípios nas estratégias de intervenção e regulação voltadas a este setor.

a. Considerar o lazer como um aspecto da vida social e cultural

Os planos, programas, projetos e ações de intervenção não podem esgotar-se em atividades de esporte e lazer, apesar de esta vivência ter suas especificidades, inclusive enquanto política pública. Contextualizar o lazer aos demais aspectos da vida social e cultural significa, por exemplo, expor claramente os problemas sociais, as contradições da sociedade em que se vive e as relações de poder que permeiam o estágio capitalista atual. Considerando o lazer como manifestação cultural, Maia apud Marcellino, Sampaio, Capi e Silva (2007), assevera que uma política de lazer implica na implementação de programas governamentais que atuem na formação e desenvolvimento pessoal e coletivo das pessoas, considerando a socialização dos bens culturais da humanidade. Marcellino, Sampaio, Capi e Silva (2007) reafirmam que é imprescindível que seja analisado como os "sujeitos" se apropriam dos diferentes objetos culturais.

b. Considerar a multidimensionalidade do lazer

A formulação de políticas públicas de lazer, com base no entendimento conceitual de que se tratam de diretrizes para o alinhamento operacional de planos, programas e projetos para o setor, implica na compreensão multidimensional do fenômeno lazer. Sabe-se que as vivências de lazer dialogam com a educação, saúde, sociabilização entre outras dimensões do conhecimento. Portanto, a formulação de políticas públicas neste âmbito se inicia com base no entendimento conceitual sobre a área e deverá orientar o objetivo da política pública, os programas desenvolvidos e as metas a serem alcançadas (Stigger apud Marcellino Sampaio, Capi e Silva, 2007).

c. Considerar o lazer como parte da educação geral

Além de suas possibilidades de descanso e divertimento, o lazer pode ser vivenciado de modo restrito, alienante, acrítico, irrefletido e isolado. Mas, também, pode favorecer o desenvolvimento pessoal e social, ao tempo em que é utilizado como instrumento de mobilização e participação cultural (Marcellino, Sampaio, Capi e Silva, 2007). Nesse sentido, disponibilizar e fomentar vivências de lazer aos cidadãos alcança perspectivas de programas de intervenção. Complementam esta questão as palavras de Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010, p.15): o "[...] lazer é um fenômeno dinâmico, apresentando tanto características que podem reforçar a ordem social quanto possibilitar a criação de algo novo e a transformação da sociedade, tornando-a mais justa e humanizada".

d. Considerar o lazer como instrumento de melhoria da qualidade de vida

O objetivo primeiro dos programas e projetos de intervenção deve ser o de aumentar a gama de possibilidades de um lazer de qualidade, acessível e adaptado às realidades de cada grupo social (Marcellino, Sampaio, Capi e Silva, 2007). Entre outros objetivos a serem conquistados está a melhoria da qualidade de vida (Santovito, 1988), alcançada através do desenvolvimento pessoal e social, do descanso e divertimento.

e. Superar concepções tradicionais de lazer

Expor de modo consciente a abordagem teórica de lazer constitui-se elemento importante na construção de princípios teóricos que servirão de base para nortear projetos e programas de intervenção. Sabe-se que entre as possibilidades de vivências de lazer estão o repouso e recuperação do trabalho além de desenvolvimento pessoal e social. Avanços nas concepções tradicionais de lazer envolvem interpretar a expressão "desenvolvimento pessoal e social" na perspectiva de empoderamento, de contribuição para o exercício da cidadania. Nas palavras de Marcellino (1995), superar as concepções tradicionais de lazer significa considerar suas possibilidades como veículo de mudanças de atitudes e valores que ampliam o universo social atual.

f. Participação da sociedade

Conforme já afirmado em outro ponto deste capítulo, numa gestão pública democrática e preocupada em atender as necessidades sociais da população, os cidadãos devem ser os principais atores de qualquer política pública. Marcellino (1996) propõe que a política pública deve ser sempre fruto da mais ampla participação dos habitantes da cidade. Stigger apud Marcellino, Sampaio, Capi e Silva (2007) propõe a formulação de políticas públicas, que se iniciem com base no entendimento conceitual sobre a área e alimentem as possibilidades de participação efetiva da população na definição da proposta. Citam Roseto Júnior e Borin (2017) que essa participação pode ocorrer por meio de diversos canais, sendo os mais comuns os conselhos gestores de políticas públicas que atuam nos estados e municípios.

Vieira et al. (2011) mencionam que o Brasil ainda não tem formada e consolidada uma Política Nacional de Esportes, embora sejam evidentes os empenhos realizados nessa direção. Em termos de progresso, os autores citam diversas iniciativas, definição de paradigmas, regulamentações e instrumentos legais voltados ao lazer e ao esporte nas duas últimas décadas. Por outro lado, de acordo com o "Dossiê: Governo Bolsonaro", editado pela Boitempo, a partir de 2019 o Brasil vive um governo regressivo, o que pode resultar numa paralização ou retrocesso dos avanços conquistados.

Dentre as políticas públicas, o lazer e o esporte participação se inserem nas políticas sociais. Orientados por outros autores, Vieira et al. (2011) entendem que as políticas sociais se voltam à satisfação das

necessidades básicas da população, em especial aquelas garantidas como direitos sociais. Segundo os autores, o esporte recreativo e o lazer alcançam este status a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando se supera o paradigma baseado na visão do lazer e do esporte como elementos de suporte e colaboração a outras áreas sociais. Destacam ainda que os avanços agora se situam no estabelecimento do esporte recreativo e do lazer, como políticas governamentais, como políticas de Estado ou como projetos de estado, e não apenas como ações passageiras (Vieira et al., 2011) ou pontuais.

Histórico recente da Política Pública de Esporte Recreativo e Lazer no Brasil

As reflexões aqui apresentadas sobre as Políticas Públicas voltadas ao esporte Recreativo e Lazer no Brasil referem-se aos períodos do governo do PT (sendo a última gestão complementada pelo partido MDB) e do partido PSL. O mandato político do PT foi inicialmente encabeçado por Lula da Silva (de 2003 a 2010) e posteriormente, numa segunda concessão de poderes para desempenho da representação, por Dilma Rousseff (de 2011 a agosto de 2016). Nesta segunda gestão, após o processo de impeachment da presidente, assumiu o cargo Michel Temer (MDB), que liderou o governo federal de Agosto de 2016 a 2018. Este último não apresentou alterações nas políticas públicas para o setor de esporte e lazer delineadas pelo governo do PT. Mais recentemente, com posse no início de 2019, tem-se o governo do PSL liderado por Jair Messias Bolsonaro.

Já no início do Governo do PT, foram observados no Ministério do Esporte/ME delineamentos de uma política pública de esporte e lazer em consonância com o Esporte Social, concretizada através de projetos sociais esportivos, de lazer e de fomento à produção de conhecimento. Neste período iniciou-se, no mesmo ministério, um debate popular materializado em três Conferências Nacionais realizadas em 2004, 2006 e 2010. Desenvolvidas pelo Governo Federal, tais eventos tiveram como objetivo orientar e subsidiar a Política Nacional do Esporte e do Lazer no Brasil

e os Planos Nacionais. Todas as edições do evento foram apresentadas com a ampla presença da sociedade na definição de parâmetros para elaboração das políticas para o setor, valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira com indicativos de avançar rumo à criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas (Brasil, 2004).

Através da Resolução CNE nº 5/2005, foi criada a Política Nacional de Esporte, na qual o governo brasileiro, naquela oportunidade, definiu os principais fundamentos para sua atuação na área de esporte e lazer, com base no controle social e na participação popular. No tocante aos mecanismos de consulta e deliberação popular, ressaltam a importância dos Conselhos Gestores e das Conferências na construção dos rumos do esporte e lazer no país (Araújo, 2013).

Ao realizar uma análise a respeito dos resultados práticos das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer nas políticas públicas de esporte, Araújo (2013) argumenta que não são poucas as críticas sobre a ausência de implementação das deliberações alcançadas nos referidos eventos. Castelani (2010) complementa esta questão afirmando que, diferentemente das deliberações das Conferências, as ações que vinham sendo implementadas pelo Ministério do Esporte não correspondiam às decisões tomadas nesses fóruns. Um exemplo foi o tema tratado na 3ª edição do evento que não correspondeu ao que foi ajustado nos dois fóruns anteriores (Brasil, 2010). Costa (2008) também abordou os papéis das conferências nacionais voltadas ao setor de esporte e lazer. Segundo o autor, as Conferências não tiveram funções deliberativas; e sim consultivas. Dessa forma, tais eventos cumpriram o seu devido papel de fazer a população debater e opinar sobre a política esportiva brasileira. Os resultados se limitaram a serem apenas documentos com intenções, sem a mínima possibilidade de serem efetivados pelo então Ministério do Esporte.

Os programas Segundo Tempo/PST, Luta pela cidadania/PLC, Esporte e Lazer da Cidade/PELC, Vida Saudável/VS, Canoagem Brasil e

Rede Cedes foram as intervenções voltadas ao esporte e ao lazer realizadas (Brasil, 2017[ab]) nos quase 13 anos de Governo do PT.

Ao se observar as diretrizes e projetos destes programas, constata-se que somente aquele denominado Esporte e Lazer da Cidade/PELC está voltado diretamente para a prática do lazer. Conforme visto anteriormente, o lazer possui algumas características próprias e a oferta da prática esportiva como única opção do programa limita a proposta enquanto esporte recreativo e lazer. Por esse motivo, considera-se que a agenda pública federal e o plano de governo para esporte recreativo e lazer nos últimos 15 anos apresentou como principal iniciativa o Programa Esporte e Lazer da Cidade/PELC. Criado em 2003, o PELC é um programa de intervenção que, entre suas diretrizes, oferece atividades relacionadas ao esporte de participação e ao lazer, sem se limitar, entretanto a esta oferta. Além de proporcionar a prática de vivências físicas, culturais e de lazer, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos (Brasil, 2013, 2017[b]). Suas diretrizes são: auto-organização; trabalho coletivo; intergeracionalidade; fomento e difusão da cultura local; respeito à diversidade; intersetorialidade e autogestão, buscando compreender o esporte de participação e o lazer como direitos sociais e dever do Estado (Gualberto, 2013; Silva, Borges e Roeldes, 2014).

O PELC baseia-se nos princípios do esporte e do lazer como direito social e dever do Estado; da universalização e inclusão social; da democratização da gestão e da participação; e da reversão de quadros de exclusão e vulnerabilidade social. O programa é organizado em núcleos, a saber: Núcleo Todas as Idades, que visa ampliar as ações de democratização do acesso ao esporte e ao lazer; Núcleo para os Povos e comunidades Tradicionais, para atender grupos culturalmente diferenciados; e Núcleo Vida Saudável, para atender pessoas a partir de 45 anos. Propõe atividades de esporte, dança, ginástica, teatro, música, dentre outras dimensões da cultura local, através do estabelecimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer (Gualberto, 2013; Silva, Borges e Roeldes, 2014).

Para atender seus objetivos, o programa PELC foi organizado de modo a atender três eixos centrais. A partir do que dizem Souza (2010) e Starepravo (2011), estes eixos podem ser assim resumidos:

a. Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer. Os núcleos estão instalados em diversas regiões do Brasil e têm como objetivo garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa;
b. Funcionamento da Rede CEDES. A Rede, vinculada à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/ SNDEL do Ministério do Esporte, apoia centros de pesquisas voltados ao desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer nas Instituições de Ensino Superior. Ao longo de sua história, apoiou pesquisas que não eram contempladas com os financiamentos até então realizados pelo Ministério do Esporte. Mais adiante, em 2015, o programa Rede CEDES ampliou as ações com o financiamento/apoio à criação de Centros de Pesquisas voltados a Políticas Públicas de esporte e lazer em todos os estados da federação, dispondo atualmente de 26 centros em desenvolvimento de Pesquisa sobre Políticas de Esporte e Lazer do Brasil. Assim, a CEDES é atualmente a maior Rede de Pesquisa sobre Políticas de Esporte e Lazer do Brasil e da América Latina. A Rede tem como objetivos estimular e fomentar a produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados para a qualificação das políticas públicas de esporte recreativo e do lazer.
c. Implantação e modernização de infraestrutura para esporte recreativo e lazer. Essa ação foi realizada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte e previa a construção e a reforma de equipamentos para o setor.

De acordo com Souza (2010, p. 18), "em termos da abrangência geográfica, o PELC teve como meta atingir todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, por meio de atividades desenvolvidas no âmbito municipal e sob a égide estadual, com a participação também de ONGs". Destaca ainda a autora que, para 2010, a meta era beneficiar em torno de

655.100 pessoas, já que neste ano foram aprovados 63 novos convênios. A seleção dos parceiros para a definição dos convênios de funcionamento dos núcleos do PELC, desde 2007, se dá por meio de Chamada Pública (Ewerton e Araújo apud Souza, 2010).

As ações de funcionamento do PELC têm caráter pedagógico e lúdico (Brasil, 2013). Para tanto, o Ministério, responsável pelo programa, financia a contratação e formação continuada de agentes sociais do lazer, a aquisição de material de consumo e permanente, além de eventos de esporte e lazer (Vieira et al. 2010). Este apoio estrutural e pedagógico dura o período de 24 meses, definido como prazo para que a comunidade local se aproprie da filosofia do programa e construa sua própria ação e possibilidades de financiamento, no sentido da municipalização (Brasil, 2013). A contrapartida oferecida pela entidade proponente é exclusivamente financeira, calculada sobre o valor total do objeto pactuado obedecendo a percentuais variados estabelecidos pela quantidade de habitantes no município proponente. Não é exigida contrapartida financeira para os projetos apresentados pelas entidades públicas de esfera federal.

Como objetivo do PELC, destaca-se (Brasil, 2008, s/p):

> Suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

Com 15 anos de criação, o Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC conta com cerca de uma dezena de publicações voltadas ao seu monitoramento e avaliação no contexto das Políticas Públicas. Em sua grande maioria, os estudos apresentam abordagens parciais e pontuais do processo.

São exemplos deste tipo de publicação o trabalho de Vieira, Silveira e Almeida Júnior (2009). Os autores analisaram a metodologia de avaliação proposta pelo PELC, segundo as perspectivas de dois coordenadores gerais

do programa em Minas Gerais. O estudo sinalizou que o programa possui uma concepção relevante, mas, como indicado pela percepção dos coordenadores entrevistados, sua execução, implementação, monitoramento e conclusão, apresentam falhas que devem ser corrigidas. Esta correção implica na busca de uma maior efetividade da política em que se insere, a qual pode ser alcançada pelo maior acompanhamento por parte de seu órgão gestor supremo, à época da publicação, o Ministério do Esporte.

O estudo de Vieira et al. (2011), já mencionado em outros pontos desta publicação, versa sobre a percepção dos gestores federais, elucidando questões relacionadas à gestão do programa sob a perspectiva formativa (foco qualitativo) e, por fim, apresenta a percepção de gestores locais sobre o programa no que diz respeito ao concernente processo de avaliação.

Figueiredo (2009) e Tondin (2012) também publicaram sobre o programa. Descrevem e analisam a política de formação do referido programa, bem como o perfil dos sujeitos que atuam em seus respectivos territórios. Figueiredo (2009) considera a condição dos trabalhadores de lazer e seus perfis e ao mesmo tempo apresenta uma proposta didático-metodológica, construída por um coletivo de professores acerca da formação do programa. O Estudo de Tondin (2012) indicou que os trabalhadores têm uma boa avaliação sobre o PELC, com reconhecimento sobre as contribuições já realizadas no âmbito da formação e seu significado.

Almeida (2013), que analisou o programa a partir da perspectiva dos agentes sociais que executam essa política pública, constatou que há uma prevalência em reconhecer a importância do programa para a vida das pessoas e das comunidades beneficiárias. Entretanto, examinou, no contexto pesquisado, deficiências quanto à definição dos quadros de agentes sociais a serem mobilizados para as ações nos núcleos. Além disso, foram recorrentes os depoimentos que apontam a necessidade de realizar um processo de qualificação continuada dos agentes sociais, mais regular e menos espaçado. Destacou como principais fragilidades do programa a precariedade da infraestrutura local para abrigar atividades do PELC, a inexistência de uma política pública setorial local, a curta duração dos convênios e a total dependência das prefeituras em relação ao repasse de

recursos, além do processo de seleção e a política de remuneração dos agentes sociais do programa. Como fatores sustentadores do PELC, foram citadas a aceitabilidade e adesão por parte das comunidades beneficiárias, a valorização das vivências preexistentes e da cultura local, a abordagem intergeracional em diferentes tipos de espaços e a identificação e participação de lideranças comunitárias.

Pintos (2017) estudou as perspectivas e os desafios para o monitoramento e a avaliação no contexto do programa, no que se refere à qualificação da própria ação, de sua gestão e promoção do controle social. A autora constatou que o programa priorizou sua implementação, qualificação do seu modelo conceitual e a formação de gestores e agentes sociais de esporte e lazer, em detrimento do monitoramento e avaliação. Nessa última ação, o estudo conclui que a Gestão Nacional do PELC buscou garantir, ao longo dos anos, dois tipos de monitoramento e avaliação: um processual e outro à distância. O primeiro com ocorrência especialmente a partir do controle social, representado por conselhos vinculados às entidades conveniadas, com a tarefa de fiscalizar a implementação e acompanhar a execução do programa, encaminhando avaliação oficial ao órgão nacional (o então Ministério do Esporte) responsável pelo programa. O segundo, realizado pelo órgão nacional (antigo Ministério do Esporte), por meio de metodologias, fluxos e procedimentos, constituído no decurso dos anos a partir da organização e qualificação de equipe, designada a orientar gestores e coordenadores a formular, implementar e, mais recentemente, assumir o desafio de buscar meios para dar continuidade à ação.

Em comentários gerais sobre o programa, Castellani Filho (2007) cita que o PELC é uma ação governamental que vem como resposta à necessidade social por políticas de esporte e de lazer. Busca a autonomia esportiva e de lazer do cidadão, justificada pela grande desproporcionalidade entre a demanda por serviços públicos de lazer e a capacidade de seu atendimento por parte do poder público.

Mascarenhas (2007, p.18) menciona que a marca do programa é "a problemática do lazer em suas inter-relações com a educação e a cidadania". Complementa Castellani Filho (2007) que as ações do PELC

estão apoiadas no projeto histórico de emancipação humana. Acompanha estas visões Gualberto e Linhares (2009, p. 188), ao afirmarem que "tratar o esporte e o lazer como instâncias de emancipação e desenvolvimento humano é um dos princípios norteadores do programa".

Vieira et al (2011, p. 68) afirmam que o programa propõe

> [...] constituir uma política de Estado, considerando o lazer e o esporte de participação como direitos sociais a serem geridos pelos governos de forma teórico-prática, tratando esses elementos como possuidores de conteúdos próprios e vastos, e como instrumentos de cidadania. Esta proposição, em princípio, tende a colaborar para o estabelecimento do esporte de participação e do lazer como objetos de política de Estado; entretanto, por sua inserção no plano político não ser muito intensa, não sendo uma das prioridades governamentais, esta possibilidade torna-se menos provável, posto que a formação de políticas de Estado depende de relações políticas e arranjos mais amplos.

Para Silva, Borges e Roeldes (2014), o Programa Esporte e Lazer da Cidade possui um papel estratégico na consolidação do lazer e do esporte como direitos sociais. A intervenção caracteriza-se como a principal ação política do então Ministério do Esporte no campo do lazer.

O PELC oferece oportunidade para vivências físicas, culturais e de lazer na perspectiva da universalização e inclusão social, da democratização da gestão e da participação; e da reversão de quadros de exclusão e vulnerabilidade social e econômica. Chama a atenção o processo de democratização da gestão e da participação dos atores sociais no referido programa. A articulação comunitária no contexto do PELC via mobilização e envolvimento das comunidades para efetivação das atividades do programa foi apontada como uma difícil tarefa no estudo de Almeida (2013). A pesquisa mostrou que, embora a relação entre educadores sociais e comunidade se construa na prática, a articulação comunitária precisa ser estimulada e trabalhada, para que de fato se efetivem os princípios de participação e gestão democrática do programa, que deverá culminar com a auto-organização e autonomia comunitária.

Ao longo de quase 16 anos do programa PELC, as produções científicas divulgadas não deram conta de responder até que ponto as demandas sociais foram atendidas no contexto da ampliação do acesso da população ao esporte e ao lazer de qualidade. A partir de experiências e observações, sabe-se que o PELC, único programa de governo no Brasil destinado ao lazer, não deu conta de garantir igualmente a todos os cidadãos brasileiros o acesso a esta prática social e cultural.

Entretanto, os estudos consultados para este manuscrito apontam que, além da oferta de atividades físicas, culturais e de lazer, o PELC envolve ações educativas que agregam valores compatíveis com os princípios democráticos, de solidariedade, cultura da paz, coletividade e participação. Estes apontamentos decorrem mais do acompanhamento aos documentos divulgados pelo Ministério do Esporte com relação ao programa do que de investigações que demonstrem até que ponto estes valores foram fomentados ou consolidados na prática.

Das publicações disponíveis e consultadas até o momento sobre o Programa Esporte e Lazer na Cidade, única proposta do governo federal voltada ao lazer e esporte participação, constata-se um distanciamento das concepções funcionalistas e uma aproximação das abordagens mais progressistas. Justifica-se a afirmativa pela ênfase dada a aspectos que se referem a mudanças ou transformações sociais, princípios democráticos, emancipação e cidadania.

Até 2018, os princípios e diretrizes de governança pública no âmbito do esporte e do lazer foram divulgados como alicerçados progressivamente, ao longo dos anos, em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania (Marcellino, Sampaio, Capi e Silva, 2007). Tudo com sede no Ministério do Esporte. Com as mudanças políticas no cenário nacional, em 2019 o esporte descendeu de status na estrutura administrativa. O Ministério do Esporte foi extinto, passando as atividades deste órgão para o recém-criado Ministério da Cidadania. Considerando as mudanças de gestão nas distintas esferas do governo, mas principalmente do Governo Federal, o Brasil vive atualmente um período de

transição no âmbito das políticas públicas. No campo do esporte recreativo e lazer, não é diferente.

Ainda sem estrutura regimental no período de produção deste livro, segundo a Portaria nº 18/2019 (Diário Oficial da União, 2019), as unidades dos extintos Ministérios da Cultura e do Esporte, vinculadas à Secretaria Executiva e ao Gabinete do Ministro da Cidadania ficaram assim subordinadas:

I - à Secretaria Especial de Desenvolvimento Social:

a. a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;
b. a Secretaria Nacional de Assistência Social;
c. a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
d. a Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano;
e. a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva; e
f. a Subsecretaria de Economia solidária do extinto Ministério do Trabalho, transferida para o Ministério da Cidadania por força da alínea "a" do inciso II do art. 83 da Medida Provisória nº 870, de 2019;

II - à Secretaria Especial da Cultura:

a. a Secretaria da Diversidade Cultural;
b. a Secretaria do Audiovisual;
c. a Secretaria da Economia Criativa;
d. a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura;
e. a Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural;
f. a Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual;

III - à Secretaria Especial do Esporte:

a. a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;
b. a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento;
c. a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; e
d. a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.

Conforme observado, o lazer e o esporte recreativo ficaram inseridos no Ministério da Cidadania, à Secretaria Especial do Esporte, e uma Secretaria Nacional, que agrega Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Dentre as 16 áreas de competência do citado ministério, 04 (quatro) delas fazem referências ao esporte e nenhuma delas ao lazer (Diário Oficial da União, 2019):

a. Política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;
b. Intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados à promoção do esporte;
c. Estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
d. Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e de inclusão social por intermédio do esporte.

Ressalta-se que a Medida Provisória/MP Nº 870/2019, que criou Ministério da Cidadania, não faz nenhuma menção às políticas de lazer. Em análise a esta medida (Diário Oficial da União, 2019), algumas áreas de competência, como as listadas a continuação, podem dar espaço a políticas de lazer no governo federal atual:

- Política nacional de desenvolvimento social;
- Política nacional de assistência social;
- Políticas sobre drogas;
- Articulação entre os governos federal, estaduais, municipais, distritais e a sociedade no estabelecimento de diretrizes e na execução de ações e programas nas áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
- Orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;

- Normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
- Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;
- Aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria - Sesi, do Serviço Social do Comércio - Sesc e do Serviço Social do Transporte – Sest;
- Política nacional de cultura;
- Proteção do patrimônio histórico e cultural;
- Desenvolvimento e implementação de políticas e ações de acessibilidade cultural.

Sabe-se que o campo do lazer é bastante abrangente, portanto termos e expressões como "desenvolvimento social", "assistência social", "políticas sobre drogas", "cidadania", "cultura", "proteção do patrimônio histórico e cultural" e "acessibilidade cultural" podem abrir um leque de possibilidades para a implementação de políticas para o setor. Entretanto, os avanços teórico-conceituais sinalizam que esta manifestação possui conteúdo próprio específico, que envolvem interesses artísticos, físicos, intelectuais, manuais, turísticos e sociais. Sendo assim, tem potencial para ser protagonista de políticas sociais, e não apenas assumir papel coadjuvante na construção de política pública para outros setores. Conforme já dito anteriormente, o esporte participação e o lazer podem e devem dialogar com outras políticas sociais, mas a possibilidade de inexistência de uma política de investimento clara para o setor significa limitar o potencial transformador desta vivência.

Até o momento, não se tem informações sobre as políticas públicas ou intenções voltadas ao esporte participação e lazer no Brasil. As parcas informações disponíveis se encontram superficiais e fragmentadas no site oficial do Ministério da Cidadania, resultado de entrevistas realizadas com os responsáveis pelas diferentes pastas. Nas falas se verifica, em alguma medida, traços de continuidade de programas, projetos e ações dos governos anteriores. Em seu discurso de posse, o ministro da Cida-

dania afirmou que a fusão dos ministérios não iria tirar a força que cada pasta tinha (Brasil, 2019[ac]).

No site da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania (Brasil, 2019[d]), consta que este setor é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além disso, deve desenvolver o esporte de alto rendimento e trabalhar com ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (Brasil, 2019[d]).

No âmbito do Esporte, o ministro esclareceu que o primeiro objetivo é reforçar o "Bolsa Atleta", programa que patrocina individualmente atletas e para-atletas de alto rendimento: Palavras do ministro: "Vamos privilegiar os esportes de base para garantir um número maior de atletas e descobrir talentos" (Brasil, 2019[e]).

No site do governo, averiguaram-se informações sobre a manutenção do Programa Segundo Tempo/Forças no Esporte (PROFESP) (Brasil, 2017[c]) e a ampliação no número de crianças e de jovens atendidos em municípios distribuídos em todas as regiões brasileiras (Brasil, 2019[b]). O investimento de R$ 20.657.922,00, destinado a estas ações, foi garantido por meio de termo de execução descentralizada para o Ministério da Defesa (Brasil, 2019[b]).

O programa Segundo Tempo/ Forças do Esporte (PROFESP), criado originalmente em 2003, tem sido mencionado pelo Governo Bolsonaro na perspectiva de sua continuidade. Atualmente, a iniciativa beneficia cerca de 26 mil crianças e jovens em todo o país, com 228 polos, em 94 municípios. Conforme divulgado, a ideia do Governo atual é aumentar o número de atendidos nos locais em funcionamento, buscando o aprimoramento e a contínua ascensão do programa (Brasil, 2019[b]).

Durante a campanha, o Esporte e o Lazer não foram apontados pelo então candidato a presidente da República como uma prioridade de Governo. Esta postura negativa se confirmou com a sua posse no início de 2019. Observou-se a redução do status hierárquico do esporte e do lazer, que passou a ficar vinculado a uma Secretaria Especial do Esporte. Esta última, subordinada ao Ministério da Cidadania, que reúne uma

infinidade de temáticas relativas a problemas sociais. Entre outras, uma importante pasta deste ministério é o da Assistência Social, que atende ao programa Bolsa Família, prevenção ao uso de drogas, agricultura familiar e assistência alimentar.

Em consulta ao site oficial do Ministério da Cidadania no dia 16 de outubro de 2020, foi possível constatar que o PELC permanece registrado como um programa do Governo Federal. Sem identificação da data de sua última atualização, constam ali informações sobre o que é o programa, quem é o público alvo (mantendo as mesmas características do programa original) e os nomes dos 52 municípios vigentes beneficiados na qualidade de parceiros. Não há informações do período de vigência destas parcerias. Em consulta neste mesmo dia ao site da Secretaria Especial de Esporte, com última atualização em 23 de Agosto de 2017, no ícone "Editais", vinculados ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) visualiza-se apenas o Edital de Chamada Pública nº 001/2013, referente à seleção de propostas com vistas à implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e lazer do programa PELC. Estes dados podem indicar que o PELC foi efetivamente absorvido como um programa de Governo atual; e as ações desenvolvidas e seus resultados não foram inseridas nos sites oficiais ou que nenhum projeto foi colocado em curso.

Frente aos graves problemas sociais do Brasil (desemprego, violência e criminalidade, poluição, saúde, educação, desigualdade social e falta de moradia) e a inexpressividade oferecida ao esporte recreativo e lazer no atual Governo, possivelmente estas manifestações culturais e sociais deverão permanecer como últimas demandas a serem atendidas. Posturas desta natureza se assemelham ao que Requixa, na década de 1970, denominou de desconhecimento da funcionalidade do lazer, que caminha para uma visão que defende uma pretensa inutilidade ou futilidade desta prática (Gomes, 2003). Reforça esta questão uma publicação de Marcellino (2006) quando afirma que, numa escala de prioridade, o lazer fica entre sétimo a décimo lugar nas vidas das pessoas. Justifica o autor que esta posição se deve por um lado à hierarquia das necessidades em que, por exemplo, alimentação e segurança assumem posições prioritárias; por

outro lado, a pouca "ressonância social do lazer", que ainda não é visto como um direito social.

Mas, conforme disseram Pereira, Cunha, Silva e Isayama (2015), a sociedade que gera o lazer pode influenciá-lo em seu desenvolvimento e ser por ele influenciada tendo em vista a vivência de valores. Uma mudança no quadro atual brasileiro poderá ser vislumbrada por pressão popular, ao poder público, que justifique uma alteração na hierarquia de valores e efetiva ação do Governo em planos e programas específicos para o setor. Para tanto, a sociedade precisa estar consciente das possibilidades do lazer como um importante instrumento de melhoria da qualidade de vida. Entretanto, sem práticas sociais e culturais (como a de lazer, por exemplo) que fomentem vivências educativas de empoderamento dos indivíduos, parece distante a conquista de uma consciência social da importância do lazer.

Considerações finais

Até 2018, notadamente os governos liderados pelo PT, através de três Conferências Nacionais de Esporte e Lazer, obtiveram referenciais da sociedade civil para a formulação das políticas voltadas ao setor. A literatura consultada diverge a respeito dos resultados práticos destas conferências nas políticas públicas de esporte e Lazer. Por um lado, constatou-se visões que fazem referência à ausência de implementação das deliberações alcançadas nos referidos eventos, posto que as ações desenvolvidas pelo Ministério do Esporte não corresponderam às decisões tomadas nos fóruns. Por outro lado, publicações indicam que estes fóruns não tiveram funções deliberativas; e sim consultivas. Uma e outra postura convergem em que a política pública de esporte recreativo e lazer implementada à época não foi pactuada coletivamente uma vez que os atores sociais não participaram de sua formulação.

Nos princípios do programa PELC, única propositura dos governos federal anterior a 2019 para o esporte participação e lazer, foram identificadas intenções voltadas ao atendimento dos direitos sociais contemplados em Constituição Federal. A intervenção apresenta-se como proposta de

universalização e inclusão social; de democratização da gestão e da participação; e da reversão de quadros de exclusão e vulnerabilidade social.
Estes princípios dão a entender que, em alguma medida, no bojo das atividades de esporte e lazer oferecidas pelo programa, está contemplado o diálogo com algumas temáticas sociais tais como democracia, participação popular, inclusão/exclusão entre outras.

Ao analisar o PELC, em sintonia com as distintas concepções teóricas de esporte recreativo e lazer, pode-se inferir que este programa de governo distancia-se da vertente funcionalista e aproxima-se de visões mais críticas e transformadoras, a exemplo do materialismo dialético e de outras concepções consideradas mais progressistas. Esta dedução tem origem no fato de que a proposta do programa visa oferecer, aos participantes, níveis de experiências que vão além das vivências de atividades práticas e contemplativas. Alcançam patamares relacionados a elevados níveis de participação, reflexão, criticidade e criatividade. Quase finalizando seu mandato, o Governo Federal atual (2019-2022) não fez nenhuma menção às políticas de lazer, dando a entender a pouca ou nenhuma expressividade desta prática. Corre-se o risco de haver um grande retrocesso nas políticas públicas para o setor. Contudo, espera-se que, caso não sejam implementados avanços, pelo menos sejam mantidas as ações do programa PELC, único plano do governo federal voltado à melhoria da qualidade de vida através de oportunidade de vivências de esporte recreativo e lazer.

Referências

ALMEIDA, C.G. **Programa esporte e lazer da cidade: uma política pública analisada sob a perspectiva daqueles que a executam.** 2013. Dissertação. (Mestrado em Estudos do Lazer) Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em:< http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A7EGTC >. Acesso em: 19 maio 2019.

ALMEIDA, M.A.B.; GUTIERREZ, G.L. Políticas públicas de lazer e qualidade de vida: a contribuição do conceito de cultura para pensar as políticas de lazer. In: VILARTA, Roberto (Org.). **Qualidade de Vida e Políticas Públicas:** Saúde, lazer e atividade física. Campinas, SP: IPES Editorial, 2004. p.142. Disponível em: < https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/qualidade_politicas_publicas_cap5.pdf site>. Acesso em: 15 maio de 2019.

ARAÚJO, S.M. Conferências Nacionais de Esporte: o debate sobre controle social. In: JORNADA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6. **Anais eletrônicos** ... Maranhão, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-ireitosepoliticaspublicas/conferenciasnacionaisdeesporteodebatesobrecontrolesocial.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República. **Casa Civil:** Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm»>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer.** Catálogo do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Brasília: ME/SNDEL, 2007-2008.

BRASIL. Por um time chamado Brasil: Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTES**, 3, 2010, Brasília - DF. **Anais…**, 2010. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/cartilha.pdf»>. Acesso em: 20 maio 2019.. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. **Programa esporte e lazer da cidade PELC: o lazer vai tomar conta da cidade e a cidade vai tomar conta do lazer:** Orientações para implantação: *Diretrizes*. Edital 2013. 2013. Brasília/DF,2013. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/diretrizesPELCEdital2013.pdf»>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo**. Brasília / DF, 2017a. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2017/diretrizes_pst_padrao_2017.pdf»>. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. **Saiba mais sobre o programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília-DF, s.ed, 2017b. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/esporte/2014/02/esporte-e-lazer-da-cidade>. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Esporte**. Segundo Tempo**, 2019a. <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>. Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Cultura. **Osmar Terra assume o Ministério da Cidadania 2019**. Brasília – DF, 2019b. Disponível em: <http://cultura.gov.br/osmar-terra-assume-o-ministerio-da-cidadania/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria especial do Esporte. **Programa Segundo Tempo/Forças no Esporte recebe aporte de R$ 20 milhões**. Brasília-DF , 2019c. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/58955-programa-segundo-tempo-forcas-no-esporte-recebe-aporte-de-r-20-milhoes>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Osmar Terra assume o Ministério da Cidadania: Administração P**ública: Pasta vai integrar políticas de desenvolvimento social, cultura e esporte. Brasília-DF, 2019d. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/janeiro/osmar-terra-toma-posse-como-ministro-da-cidadania>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CASTELANI, L.P. **As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação Física. Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2010. Disponível em: <http://observatoriodoesporte.org.br/docs/LIA-POLEGATO-CASTELAN.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CASTELLANI FILHO, L. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, (Org.). **Gestão pública e política de lazer:** a formação dos agentes sociais. Campinas: Autores Associados, 2007. p.28-41.

COSTA, R.L.S. **As Políticas Públicas de Esporte no Período de 2003 a 2006**: Análise dos Gastos do Governo Federal. São Paulo: s.ed., 2008. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:NTadRjDZSC4J:defemobras.files.wordpress.com/2010/05/mono_ricardo_xis.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Casa Civil da Presidência da República. **Imprensa Nacional.** Brasília. 01/01/2019. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830/do1esp-2019-01-01-medida-provisoria-n-870-de-1-de-janeiro-de-2019-57510692>. Acesso em: 16 maio 2019.

DIECKERT, J. **Esporte de lazer**: tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

FIGUEIREDO, P.O.F.N. **Política e Formação:** O Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade de Brasília, Educação Física, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4237>. Acesso em: 01 jun. 2019.

GARCIA, J. **Medicina y sociedade**: las correntes de pensamiento en el campo de la salud, Educación Médica y Salud. España*: PAHO COLL,* 1983. Disponível: <http://hist.library.paho.org/Spanish/EMS/6322.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

GOMES, C.M. **Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil**: breve trajetória histórica. Universidade Federal de São João Del Rei. São João del Rei: UFSJ, 2003. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-_breve_trajetoria_historica_12.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

GOMES, C.; PINHEIRO, M., LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social**: Intervenção com idosos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/lazerTurismoInclusaoSocial.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

GUALBERTO, C.; LINHALES, M. A. Análise do PELC no município de Periquito/MG: o ponto de vista de uma comunidade usuária. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social***:* Coletânea de Premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. p.14-21

GUALBERTO, C. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma política pública analisada sob a perspectiva daqueles que a executam.** 2013. Dissertação (Mestrado em Lazer),Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A7EGTC/disserta__o_mestrado_cg___vers_o_biblioteca_ufmg__1_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 jun. 2019.

GUTIERREZ, G. Lazer exclusão social e militância política. In: BRUHNS, H.; GUTIERREZ, G. (Orgs). **Temas sobre o Lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000. p.08-15.

HOURCADE, H.; GUTIERREZ. G. L. Qualidade de vida e os estudos sobre políticas públicas de lazer. In: VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de Vida e Políticas Públicas**: Saúde, Lazer e Atividade Física. Campinas: Ipes Editorial, 2004. p.85-94. Disponível em: <https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/qualidade_politicas_publicas_completo.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

ISAYAMA, F. H. O profissional da Educação Física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte.** Campinas: Papirus, 2003. p.35-47.

ISAYAMA, H.F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras do fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/livro%201.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LAZZAROTTI FILHO, A. Formação para a Ação: a Experiência do Esporte e Lazer da Cidade no "Nortão" do Mato Grosso. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). **Gestão Pública e Política de Lazer:** A Formação de Agentes Sociais. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p.23-49.

LOPES, B.; AMARAL, J.N.; CALDAS, R.W. **Políticas Públicas:** conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em:< http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação.** 3.ed. Campinas: Papirus, 1995.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N.C. O conceito de lazer nas concepções da Educação Física Escolar: o dito e o não dito. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, *8.,* 2000, Porto. **Anais eletrônicos ...** Porto, 2000. p.52-68. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/13o_conceito_de_lazer_nas_concepcoes_da_ef_escolar-o_dito_e_o_nao_dito10.pdf >. Acesso em: 06 ago. 2018.

MARCELLINO, N.C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.65-92. Disponível em: < file:///C:/Users/UNIR/Downloads/livro%201.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MARCELLINO, N.C.; SAMPAIO, T.M.V.; CAPI, A.H.C.; SILVA, D.A.M. **Políticas Públicas de Lazer**: formação e desenvolvimento de pessoal: Os casos de Campinas e Piracicaba-SP. Curitiba/PR: OPUS, 2007. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/cedes/politicasPublicas/politicasPublicas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MASCARENHAS, F. Outro Lazer é possível! Desafio para o Esporte e Lazer da Cidade. In: CASTELLANI FILHO, L. (Org.). **Gestão Pública e Política de Lazer:** A Formação de Agentes Sociais. Campinas: Autores Associados, 2007. p.74-97.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. (Orgs.). **Sobre Lazer e Política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.53-72.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9.ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006.

OLIVEIRA, C.B. Reflexões acerca do lazer em suas diferentes dimensões: da proposta teórica a prática na Universidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10., Goiânia, 1997. **Anais ...** Goiânia: S.ed, 1997. p. 966-970.

OLIVEIRA, C.B. Sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo. **Conexões**, v. 2, n. 1, p.20-34, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/8637908-Texto%20do%20artigo-7970-1-10-20150703.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

PEREIRA, A.; CUNHA, C.; SILVA, M.S.; ISAYAMA, H.F. A atuação profissional no campo do lazer: reflexões sobre aspectos éticos. **Licere,** Belo Horizonte, v.18, n.2, p.243-261, jun/2015. Disponível em: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/1109-Texto%20do%20artigo-4126-1-10-20150824.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PESSOA, R.W.A.; NASCIMENTO, L.F. O Lazer como ferramenta da qualidade de vida no trabalho. **Organizações em contexto**, ano 4, n. 7, p.18-34, junho 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/viewFile/1340/1358>. Acesso em: 20 maio 2019.

PINTO, L.M.S.M. Lazer: vivência privilegiada do lúdico. In: Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes. **O lúdico e as políticas públicas**: realidade e perspectivas. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995. p.14-35.

PINTOS,A.E.S. **Análise da experiência em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade/PELC.2017**. 2017. Pós-graduação (Especialização em Educação Física) Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, 2017. Disponível em:< http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/727/2017_AnaElenaradaSilvaPintos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2019.

QUEIROGA, B.A.M.; MOURA,M.C.; PAZINI,S.; ZORZI, J.A importância das produções científicas para o fortalecimento político da profissão. **CoDAS,** São Paulo, v. 28, n.2, p.91-92, mar./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822016000200091>. Acesso em: 19 jun. 2019.

REQUIXA, R.**O lazer no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer.** São Paulo: São Paulo: SESC,1980.

RITT, C.F.; OLIVEIRA, C.M. Políticas públicas que garantem os direitos fundamentais: o necessário controle social para evitar e combater práticas corruptivas em sua execução. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA,12.,2016, Santa Catarina. **Anais eletrônicos...** Santa Catarina, 2016. p.01-20. Disponível em: < file:///C:/Users/UNIR/Downloads/14711-11701-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

ROSSETTO JUNIOR, A.J.; BORIN, M.E.S. Políticas públicas de esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE) (on-line)**, São Paulo, v.2, n.2, p.154-172, nov./2017. Disponível em: <http://revistagestaodoesporte.com.br/pluginfile.php/491/mod_resource/content/2/4%20-%20Politicas%20publcas%20de%20esporte%20no%20Brasil%20e%20os%20nexos%20com%20os%20megaeventos%20esportivos.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

SANTOS, S.; ISAYAMA, H.F. O Lazer na política de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais: O Programa Fica Vivo! **Rev. Bras. Ci. e Mov.**, v.22, n.1, p.58-69, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/4411-18853-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

SANTOVITO, T. C. **A eficácia da administração pública frente ao lazer: o caso de São Paulo.** 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892014000300640&lng=en&nrm=iso&tlng=pt#B05>. Acesso em: 25 mar.2019.

SILVA, D.S.; BORGES, C.N.F.; ROELDES, A.D. **Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória/ES**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Porto Alegre, v.36, n.3, p.640-647, jul./set. 2014. Disponível em:< https://www.scielo.br/j/rbce/a/53jKBmMQKDPMs9VQN9x4xHz/abstract/?lang=pt SITE>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SILVA, H.R. **A prática social do lazer e a emancipação humana**: um estudo à luz da ontologia do ser social. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/9415-26524-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

SOUZA, E.S. **Sistema de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério**. Rio Grande do Sul: O Lutador, 2010. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/sistemaMonitoramentoAvaliacaoProgramasEsporte.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

STAREPRAVO, F.A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil:** aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico.2011. Tese (Doutorado em Educação Física)Universidade Federal do Paraná, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/TESES/2011/Tese%20Fernando%20Augusto%20Starepravo.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SURDI, A.C.; TONELLO, J. Lazer e saúde: algumas aproximações em direção à melhoria da qualidade de vida das pessoas. **Visão Global**, Joaçaba, v.10, n.2, p.201-228, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://projetoseeduc.cecierj.edu.br/eja/recurso-multimidia-professor/educacao-fisica/novaeja/m1u04/2-saude-e-lazer.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

TAFFAREL, C.N.Z. Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do Esporte. **Motrivivência**, Florianópolis, v.31, n.60, p.01-33, outubro/dezembro 2019. Disponível em: < file:///C:/Users/UNIR/Downloads/66105-Texto%20do%20Artigo-237913-1-10-20191024.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

TONDIN, G. **A formação dos educadores sociais de esporte e lazer no Programa Esporte e lazer da Cidade em Porto Alegre**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento)Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2012.

VIEIRA, L.H.S. et al. **Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer da cidade.** Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/ESPORTE-E-LAZER-NA-CIDADE.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019

2 DIAGNÓSTICO DA GESTÃO, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E OFERTA DE ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Ivete de Aquino Freire
Ramón Núñez Cárdenas
Yesica Nunez Pumariega
Catalina Dominga Pumariega Torres

Introdução

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos no projeto de pesquisa "Avaliação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Estado de Rondônia" e seu subprojeto "Diagnóstico da gestão, estrutura e organização do esporte recreativo e lazer". Considerando tais projetos, neste capítulo pretende-se apresentar um diagnóstico relativo à gestão, estrutura, organização de esporte e lazer no estado de Rondônia. Dentre os objetivos específicos são nomeados os seguintes: a) exibir o perfil sócio demográfico dos dirigentes municipais de Esporte e Lazer do estado de Rondônia; b) expor as experiências em gestão dos dirigentes; c) indicar os cargos que exercem os gestores de esporte e lazer; e d) apresentar as características da gestão dos espaços de esporte e lazer no estado de Rondônia.

Os estudos recentes relativos às políticas públicas apontam a descentralização como uma forma de torná-las mais eficientes e eficazes. No campo da Administração Pública, ela constitui uma política para se diluir o poder decisório e administrativo dentro das agências públicas centrais. Trata-se, pois, da desconcentração, ou transferência de responsabilidade administrativa sobre os serviços básicos públicos do nível nacional para os governos regional e local (Penfold-Becerra, 1998, p. 3). Em outras palavras, as políticas públicas devem ser desenvolvidas não pela União, mas sim pelo ente federativo que se encontra mais próximo dos cidadãos, ou seja, estados e municípios. Conforme já mencionado no capítulo anterior,

desde 2003 o Brasil conta com o programa PELC, que, segundo o Ministério do Esporte (Brasil, 2008), pretende suprir a carência de políticas públicas e sociais no âmbito do esporte recreativo e lazer.

Por outro lado, de acordo com as concepções modernas de políticas públicas, os programas de esporte e lazer não podem estar dissociados de outros que envolvem a área social, incidindo, assim, na necessidade de ações macro que, quando desdobradas, se manifestam conjugando todos os setores. Desse modo, programas de esporte e lazer devem estar vinculados numa relação de complementaridade com outros campos sociais, tendo sua concepção inicial em nível de macro política pública e sua operacionalização, em menor escala, em nível político. Linhales et al. (2008) reafirmam esta questão ao dizer que a presença do esporte e do lazer vai além das ações públicas destinadas à sua promoção como política isolada; estão vinculadas às políticas de saúde, educação, segurança e previdência social. Envolvendo as políticas de esporte e lazer, no Brasil, apenas o programa PELC se aproximou desta relação de complementaridade com outros setores sociais, ao ser apresentado como um programa com foco na inclusão social e na promoção de ações educativas.

No nosso país, a política pública é desenvolvida direta ou indiretamente pelo Estado, através da gestão pública. Este último termo admite alguns sentidos no seu aspecto geral, e concomitantemente insere outros termos que dão a especificidade ao conceito. Na generalidade, gestão pública diz respeito a ações desenvolvidas direta ou indiretamente pelo Estado, com a participação de entidades públicas ou privadas, que visam impactar de alguma forma a realidade social, cultural, política ou econômica (Uzemar, 2017). Em suas especificidades, e de acordo com Carneiro e Menicucci (2013 p. 135), a gestão pública:

> […] incorpora temas como democracia e responsabilidade, e valores como equidade, igualdade e probidade; da orientação instrumental, aceita que o setor público compartilha com o setor privado a necessidade de alcançar seus objetivos de forma mais econômica e mais eficiente.

Além dos aspectos já citados, Carneiro e Menicucci (2013) lembram que o termo gestão pública também chama para si a expressão "políticas públicas". Segundo os autores, numa concepção mais ampla, a gestão pública é o principal resultado da ligação entre Estado e sociedade civil, a qual se caracteriza por ser de mão dupla: inclui a implementação de políticas públicas e as demandas dos atores privados sobre as decisões.

A relação entre gestão pública e política pública expressa os valores que não são apenas instrumentais, mas políticos. Conforme citam Carneiro e Menicucci (2013), tais valores políticos não se limitam aos meios, mas incorporam também os objetivos, sua definição e sua articulação operativa, orientando-se a partir de valores sociais. Destacam ainda as autoras que, dentro da lógica política, a gestão pública deve facilitar a expressão de vontades, mediar entre elas e encontrar valores para conduzir as ações. A gestão pública como facilitadora da expressão de vontades do povo nos remete a outro conceito importante neste contexto: gestão democrática. Este termo, no dizer de Lima apud Souza (2009) refere-se a ações democráticas e de processos participativos de tomada de decisões, mas sem limitar-se a estas questões. Envolve, sobretudo, ações voltadas à "educação política na medida em que são ações que criam e recriam alternativas mais democráticas no cotidiano institucional no que se refere, em especial, às relações de poder ali presentes" (p.126).

Segundo Bobbio (2000), os sujeitos que são chamados a participar dos processos de tomada de decisões nem sempre estão preparados para desempenhar tal tarefa; e devem ter as condições mais próximas possíveis do ideal para tais procedimentos, daí o valor da educação política citada por Lima apud Souza (2009). Complementa Souza (2009) sobre a importância dos conhecimentos técnicos: além da avaliação, entre as ações a serem desenvolvidas no processo de gestão democrática podem-se citar a identificação de problemas, o acompanhamento de ações, o controle e a fiscalização. Sobre esta questão, Marcellino et al. (2007) menciona que quando se pensa em gestão democrática e/ou nos modelos de gestão participativa, a preocupação no que diz respeito a formação e desenvolvimento de pessoal não deve se limitar à pessoa de um gestor, mas na

formação de todos os sujeitos chamados a participar. A partir do que dizem estes dois últimos autores, é possível afirmar que a formação técnica e a educação política são condições fundamentais para a democracia, para a gestão democrática e para a gestão pública.

A democratização, no contexto da gestão pública, implica na ampliação da participação das pessoas nessa gestão. Conforme afirma Bobbio (2000), a participação democrática pressupõe uma ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora, além de decisória, sobre os rumos da vida política e social das instituições e da sociedade - daí a exigência da participação de um número elevado de sujeitos nos processos de tomada de decisões e a garantia de que o processo democrático está sendo evidenciado.

Todos estes conceitos que perpassam a compreensão do termo gestão pública expressam, de modo explícito, um determinado modelo de gestão que, por sua vez, representa as principais determinações, vontades e expectativas com relação a todas as ações institucionais. O conceito de gestão democrática, por exemplo, remonta o conceito de gestão participativa. Segundo Leal apud Menezes; Oliveira e Souza (2012, p. 25) "os modelos de gestão participativa são instrumentos de aperfeiçoamento democráticos, complementando, de certa forma, o sistema de representação política".

Com relação à oferta de serviços públicos de esporte e lazer, o conceito de gestão envolve as características específicas deste tipo de serviço: a administração de todos os recursos disponibilizados pela organização, a fim de serem atingidos os objetivos pré-determinados. São considerados recursos os espaços, equipamentos e atividades de esporte e de lazer. Dito isto e a partir dos conceitos de gestão já apresentados aqui, entende-se que a gestão dos serviços públicos de esporte e de lazer é uma ação intencional voltada para o processo de organização e implementação da oferta de amplas possibilidades de vivências a todos os cidadãos, no âmbito do lazer e esporte recreativo, orientadas pelas políticas para o setor.

No Brasil, historicamente os governos federal, estadual e municipal têm sido os principais responsáveis pela elaboração de políticas públicas. Na maioria das vezes, estes programas não dialogam entre si; e em alguns setores, como esporte e lazer, por exemplo, os governos

locais são os principais provedores das ações realizadas. Em alguns casos, conforme afirmam Suassuna e Almeida, apud Ungheri e Isayama (2017) averígua-se a ausência de planejamento nestes setores. Ações improvisadas e/ou fragmentadas podem impedir o avanço na definição de políticas para qualquer setor.

Em 2006, através da II Conferência Nacional de Esporte e Lazer (Brasil, 2006), definiu-se que:

> As Secretarias - e/ou outros órgãos vinculados ao campo do esporte e do lazer - implantadas, nas três esferas de governo, quanto à gestão, deverão: […] descentralizar o poder garantindo a representatividade dos segmentos comunitários e sociais, prioritariamente àqueles envolvidos com o esporte e com o lazer […]utilizar-se do planejamento participativo e fundar-se no controle social, caracterizados pelo trabalho em conjunto com os conselhos de esporte, tanto no repasse de recursos quanto na construção da política, pautando-se no planejamento estratégico […].

A partir deste evento, a gestão descentralizada e participativa, nas três esferas de poder, foram as opções de modelo de gestão de esporte e lazer no Brasil. Os termos descentralização e participação remontam à expressão gestão compartilhada, conforme nos apresenta Ribeiro (2007). A partir do que disseram Araújo e Magalhães (2008), é possível inferir que, na gestão compartilhada, o Estado diminui o seu poder de centralização, passando apenas a ser promotor e gerenciador das ações de esporte e lazer. Quanto menor a ingerência do Estado, maior o investimento numa cultura política que amplia e fortalece a cidadania e a democracia. Nesse sentido, as ações do gestor de esporte e lazer nos três níveis de administração pública são reflexos da forma e dos princípios norteadores do governo instalado. Na prática, os indivíduos gestores de níveis hierarquicamente inferiores na estrutura organizacional dependem sobremaneira do grau de comprometimento democrático que prevalece na configuração administrativa como um todo, e daqueles que ocupam níveis hierarquicamente superiores nesta estrutura. Por este

motivo, há que se ter cautela ao vincular o êxito na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer a um determinado quadro de pessoal. Há que se saber até que ponto existe autonomia nas suas diversas nuances, inclusive financeira, para a gestão. Em tese, o gestor atua como gerente, diretor, organizador ou qualquer outra nomenclatura que o designe como responsável pelos programas e ações de esporte e lazer. É o profissional que estará à frente de ações relativas à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer, definindo estratégias que possam garantir o alcance dos objetivos institucionais. Independentemente do tipo de gestão adotado, a literatura atual fala da importância de uma formação qualificada para este profissional.

No Brasil, novamente o PELC é aqui citado como uma única referência de programa que contempla, em suas diretrizes principais, o estímulo à formação de gestores e lideranças comunitárias. Dentre as ações educativas do programa situa-se a necessidade de se desenvolver na perspectiva de uma gestão compartilhada, através do Conselho Gestor, que:

> Trata-se de uma instância de gestão do projeto, com caráter consultivo, deliberativo e executivo, composta por representantes dos diversos segmentos envolvidos no desenvolvimento das ações dos Núcleos de Esporte e Lazer (representante dos inscritos em cada núcleo, das entidades parceiras, dos agentes sociais, coordenadores gerais e de núcleo, representante da entidade conveniada e da entidade de controle social, entre outros, de acordo com a realidade local). O grupo gestor deve reunir-se sistematicamente para: acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do Convênio; realizar a avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas.

Segundo Ungheri e Isayama (2017) é possível afirmar que a formação acadêmica em Educação Física não é o único caminho para a constituição de profissionais para atuarem nesta área. Entretanto, conforme citam Silva e Silva (2012), as especificidades de alguns conteúdos

ou atividades de lazer, em especial aquelas de caráter físicos esportivos da Educação Física, fazem com que o profissional desta área tenha no seu currículo acadêmico alguns conhecimentos inerentes a estas vivências. Por outro lado, estes profissionais não têm uma formação estritamente física esportiva, mas também trazem em seus currículos conhecimentos voltados as áreas de ciências sociais e humanas. Destacam Ungheri e Isayama (2017) que uma formação sólida nestas temáticas poderá dispor, ao profissional de Educação Física, maiores condições de uma intervenção efetiva no âmbito do lazer, considerando a abrangência destas vivências. Assim, há de se concluir, conforme recomendam estes autores que a figura do gestor não se enquadra somente em padrões técnicos ou executivos; relaciona-se também com a perspectiva gerencial. Estudos mostram as limitações do profissional de Educação Física na atuação de políticas públicas de esporte e lazer (Araújo e Magalhães, 2008; Ungheri e Isayama, 2017). Estes últimos autores argumentam que se faz necessário um processo de formação especializada, que acumule diferentes tipos de experiências que permitam ao profissional reunir elementos adequados para nortear as propostas de esporte e lazer, além de formação continuada.

Relevância de estudos locais voltados à gestão, estrutura e organização do esporte recreativo e lazer

São diversos os pontos que justificam a importância de estudos locais voltados à gestão, estrutura e organização do esporte recreativo e lazer. Publicações que envolvem a gestão no âmbito do esporte e do lazer são carentes no Brasil. São mais abundantes as produções no âmbito da gestão esportiva, em especial de organizações esportivas, tais como clubes e/ou associações esportivas, a exemplo das publicações de Gomes (2001) e Campos e Nassif (2017). No estado de Rondônia, se amplia a carência de estudos voltados a políticas públicas de esporte e lazer.

Por outro lado, nos anos 2004, 2006 e 2010, o Governo Federal, através do Ministério do Esporte, promoveu três Conferências Nacionais,

com a presença da sociedade, a fim de orientar e subsidiar a Política Nacional do Esporte e do Lazer no Brasil. Pela primeira vez na história do país, pode-se observar uma sequência de ações municipais, estaduais e federais inter-relacionadas no sentido de discutir e apontar ações que viabilizassem uma política de esporte e lazer para a nação brasileira.

Na II Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2006, foram debatidos os eixos para estruturação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer: estrutura, organização, agentes e competências; recursos humanos e formação; gestão e controle social; e financiamento. O Sistema Nacional de Esporte e Lazer "tem por princípio a gestão democrática da esfera pública, objetivando o exercício pleno da cidadania, por meio da participação e da inclusão social" (Brasil, 2006). Na I Conferência Nacional com o tema "Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano", realizada em 2004, já havia sido proposta a criação do referido sistema. A apresentação de um diagnóstico da gestão, estrutura e organização do esporte e lazer no estado de Rondônia, conforme se propõe aqui, pontuando aspectos relativos a situação dos recursos humanos e sua formação, tem como pano de fundo investigar a efetividade ou não do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

As distintas estruturas esportivas favorecem a compreensão dos fatores determinantes do desenvolvimento do esporte e lazer. A partir da estrutura, é possível identificar aspectos relativos às políticas públicas; averiguando como a instituição ou órgão se articula para desenvolver suas atividades e alcançar suas metas e objetivos. Desse modo, o presente capítulo apresenta um diagnóstico inédito sobre as estruturas de esporte e lazer de alguns municípios do Estado de Rondônia.

Outro ponto importante refere-se a que, conforme diz Crozatti (1998), pelas características que implicam esta prática, é possível determinar algumas linhas de poder que perpassam na gestão; estabelecer as principais formas de ação na instituição e determinar a importância das coisas, ao estabelecer os critérios de análise de desempenho. Em 2006, através da II Conferência Nacional do Esporte, definiu-se que a gestão das Secretarias e/ou outros órgãos vinculados ao campo do esporte e do lazer, nas três esferas

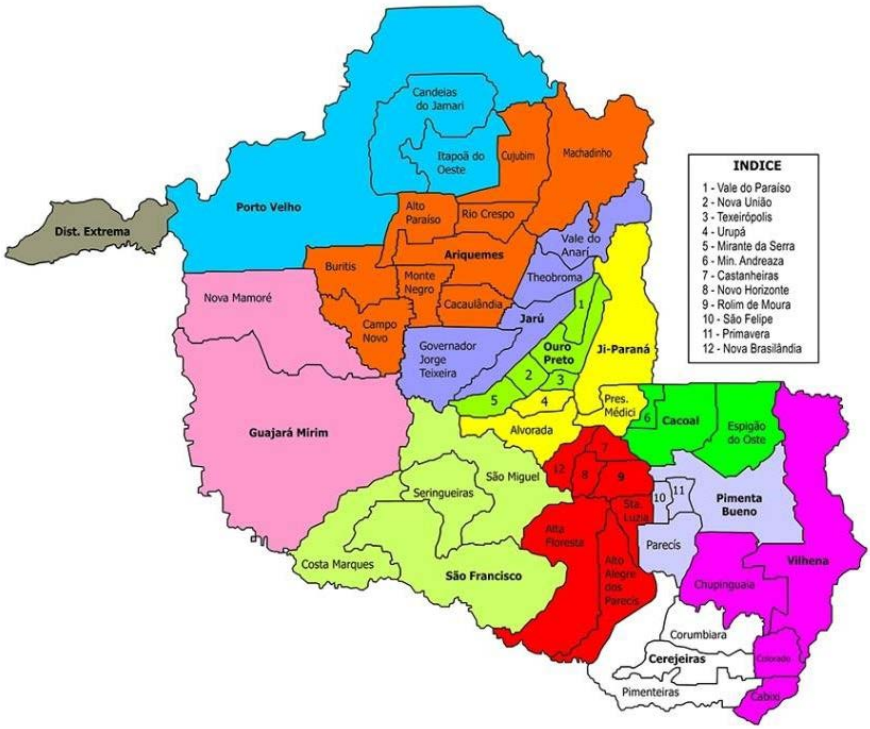
de governo, deveriam ser descentralizadas, garantindo a representatividade dos segmentos comunitários e sociais, prioritariamente àqueles envolvidos com o esporte e com o lazer. O planejamento deveria ser do tipo participativo, fundado no controle social, caracterizados pelo trabalho em conjunto com os conselhos de esporte (Brasil, 2006). Os dados a seguir apresentados podem contribuir para a reflexão sobre a consonância das ações de esporte e lazer no estado de Rondônia e os preceitos de gestão determinados nas conferências nacionais do setor.

Aspectos metodológicos empregados na pesquisa sobre a gestão, estrutura e organização do esporte recreativo e lazer no estado de Rondônia

Os dados apresentados neste capítulo são resultados de uma pesquisa exploratória, com a utilização de métodos qualitativos. O estudo foi realizado junto a indivíduos que atuam como gestores de programas de esporte e lazer dos municípios do estado de Rondônia.

De acordo com o IBGE, em 2018 o estado de Rondônia tinha a população estimada em 1.757.589 habitantes, distribuídos nos seus 52 municípios. A Figura 2 explicita o senso de 2010 (IBGE, 2010) com um quantitativo que já se aproximava deste número. Rondônia é a terceira unidade federativa mais populosa da região Norte, superado pelo Pará e Amazonas. Apesar deste número populacional, apenas dois de seus municípios possuem acima de 100 mil habitantes: Porto Velho, a capital, e Ji-Paraná. Sua distribuição geográfica está ilustrada na Figura 1.

Figura 1 – Mapa ilustrativo da distribuição geográfica do estado de Rondônia.



Fonte: Rondoniagora (2008).

O estado possui uma área que supera os 250 mil km², sendo a décima terceira mais extensa do país. O maior município é a capital, Porto Velho, com mais de 34 mil quilômetros quadrados; e com o maior número de habitantes, que supera 500.000 pessoas. A menor unidade é Teixeirópolis, com 460 km²; e aquela com menor índice populacional é Pimenteiras, com 2.324 habitantes (informações extraídas de diversas fontes e resumidas na Figura 2).

A amostra da pesquisa foi selecionada por conveniência. Considerando que o estudo foi realizado no município de Porto Velho, todos os gestores de Esporte e Lazer, tanto aqueles inseridos na administração municipal como estadual, que atuam na capital do estado, participaram da pesquisa. Os respondentes dos demais municípios foram convidados a integrar a pesquisa durante o encontro Estadual de Gestores de Esporte

e Lazer, realizado pela Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer/SEJUCEL do Estado de Rondônia, nos dias 18 e 19 de dezembro de 2018. Desse modo, participaram da investigação 30 gestores de 20 municípios, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Municípios, número de habitantes, área e quantitativo de gestores que participaram da pesquisa.

Ident	Municípios	N° de Habitantes	Área/Km2	Amostra
1	Alta Floresta do Oeste	25.578	7067	0
2	Alto Alegre dos Parecis	13.940	3959	1
3	Alto Paraíso	20.210	2648	1
4	Alvorada do Oeste	17.063	3029	1
5	Ariquemes	104.401	4427	2
6	Buritis	37.838	3867	0
7	Cabixi	6.355	1314	1
8	Cacaulândia	6.367	1962	0
9	Cacoal	87.226	3793	1
10	Campo Novo de Rondônia	14.220	3456	0
11	Candeias do Jamari	24.155	6867	0
12	Castanheiras	3.617	893	0
13	Cerejeiras	17.986	2783	0
14	Chupinguaia	10.129	5227	1
15	Colorado do Oeste	18.817	1442	0
16	Corumbiara	8.842	3060	0
17	Costa Marques	16.651	12722	0
18	Cujubim	20.974	3864	0
19	Espigão do Oeste	32.385	4900	1
20	Governador Jorge Teixeira	10.127	5067	0
21	Guajará Mirim	46.632	24856	1
22	Itapuã	9.995	4081	0
23	Jaru	55.738	2910	1
24	Ji-Paraná	130.419	6897	1

Ident	Municípios	N° de Habitantes	Área/Km2	Amostra
25	Machadinho do Oeste	37.167	8556	0
26	Ministro Andreazza	10.823	875,30	0
27	Mirante da Serra	12.360	1254	0
28	Monte Negro	15.873	1413	2
29	Nova Brasilândia do Oeste	21.592	1160	0
30	Nova Mamoré	27.600	10113	1
31	Nova União	7.824	807	0
32	Novo Horizonte do Oeste	10.276	830	1
33	Ouro Preto do Oeste	39.924	1978	0
34	Parecis	5.697	2549	0
35	Pimenta Bueno	37.512	6241	1
36	Pimenteiras do Oeste	2.424	6015	0
37	Porto Velho	502.748	34082	8
38	Presidente Médici	22.557	1758	1
39	Primavera de Rondônia	3.501	606	0
40	Rio Crespo	3.750	1718	0
41	Rolim de Moura	56.242	14579	1
42	Santa Luzia do Oeste	8.532	1188	0
43	São Felipe do Oeste	6.103	542	0
44	São Francisco do Guaporé	19.002	4747	1
45	São Miguel do Guaporé	23.933	7815	0
46	Seringueiras	12.581	2251	0
47	Teixeirópolis	5.003	460	0
48	Theobroma	11.347	2200	1
49	Urupá	13.293	832	0
50	Vale do Anari	10.843	3135	0
51	Vale do Paraíso	8.231	965	0
52	Vilhena	91.801	11519	1
Total		1.768.204	251.279	30

Fonte: Dos Autores.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário semiestruturado contendo 14 questões que tinham como objetivo realizar um diagnóstico relativo à gestão, estrutura, organização de esporte e lazer no estado de Rondônia.

Perfil dos gestores do esporte e lazer no estado de Rondônia

Os estudos voltados ao perfil dos gestores de esporte recreativo e lazer são ainda incipientes, o que não ocorre num mesmo nível com aqueles sobre a gestão de academias, escolas de iniciação esportiva, clubes e demais espaços esportivos. Dada esta carência de pesquisas voltadas à temática aqui abordada, serão utilizados como referência teórica os achados relativos ao segundo enfoque, apesar das diferenças teóricas conceituais entre os objetos e entre a oferta de uns e outros serviços.

No tocante ao perfil sociodemográfico dos gestores de Esporte e Lazer do estado de Rondônia, ilustrado na Figura 3, entre os 30 indivíduos que participaram do estudo, constatou-se que a maioria do grupo é formada por homens (26). Em estudo semelhante desenvolvido por Azevedo; Barros e Suaide (2004) verificou-se um percentual bem maior: 100% dos gestores eram homens. Em outro contexto, um estudo mais recente apontou alterações nestes dados. A pesquisa de Couto et al. (2011) mostrou que 76,6% dos gestores de esporte eram do sexo masculino. Conforme citam Rodrigues e Ventura (2011), observam-se clara evolução da participação feminina, apesar de ainda prevalecer o sexo masculino nos cargos de gestão esportiva. Os achados aqui corroboram com esta afirmativa.

A média de idade dos gestores e gestoras é de 47 anos, com um desvio padrão baixo, de 10,12. O coeficiente de variação é menor do que 20%, demonstrando, portanto, que se trata de uma amostra homogênea (Figura 3). Com relação à idade, a pesquisa de Couto et al. (2011) localizou gestores com idade mínima de 20 anos e máxima de 50, destoando dos achados desta pesquisa, conforme demonstra a Figura 4, cujos gestores e gestoras iniciam e permanecem na função com mais idade.

Figura 3 – Perfil sócio demográfico dos gestores

Variáveis de Análise	**Resultados**
Idade Mínima	25 anos
Idade Máxima	63 anos
Média	47
Desvio Padrão	10,12232871
Coeficiente de Variação	0,259753512

Fonte: Dos autores.

Figura 4 – Detalhamento das Idades dos gestores

Ordem	**Idade**	**Nº Indivíd**
1	20-29	1
2	30-39	6
3	40-49	11
4	50-59	7
5	60-69	3
6	NI	2
	TOTAL	30

Fonte: Dos autores.

Conforme descrito na Figura 5, dentre os informantes, 24 afirmaram que têm Formação em Ensino Superior, 04 disseram ter Ensino Médio Completo e 2 não informaram. Daqueles com Ensino Superior, a maioria (18 informantes) tem graduação em Educação Física. Estes resultados acompanham um estudo de Azevedo; Barros e Suaide (2004), em que daqueles que possuíam nível superior, 78,3% eram graduados em Educação Física.

Uma pesquisa específica voltada à gestão na área de lazer (Maciel, 2009) demonstrou predominância de profissionais da área de Educação Física ocupando cargos de gerência intermediária e profissionais com formação nas áreas de Administração e Psicologia ocupando os níveis hierárquicos mais altos, relacionadas à gestão de pessoas e/ou administração

geral da organização. Essa informação corrobora com outros estudos que têm demonstrado que os currículos de Educação Física das IES brasileiras, por si só, não têm dado conta de formar profissionais que garantam uma gestão, segundo os princípios da Política Nacional de Esportes e Lazer.

Trabalhos de Rezer e Fensterseifer (2008) sustentam que esta formação inicial deficiente reflete não só num conjunto de conhecimentos básicos deficiente, como também na falta de conhecimentos específicos sobre determinados assuntos que possibilitariam uma gestão eficaz.

Para a função de gestor em esporte e lazer, a literatura menciona a necessidade de um perfil profissional genérico que tenha habilidades com enfoque nas áreas de Administração (técnicas gerenciais, conhecimento fiscal, programação de eventos), Comunicação e Relacionamento Humano (gestão de pessoas, marketing e vendas, habilidades de comunicação); que possua conhecimentos técnicos que vão além da avaliação, entre as ações a serem desenvolvidas no processo de gestão democrática, mas que atue na identificação de problemas, acompanhamento de ações, controle e fiscalização. Destaca Tardif (2002) que a formação acadêmica não pode ser entendida como único caminho para a constituição de profissionais; devem-se considerar as relações e experiências vividas pelas pessoas nas relações cotidianas. Além destes aspectos, destaca-se também a educação política, fundamental para a gestão pública democrática.

Chama a atenção o fato de 4 (quatro) informantes terem formação acadêmica em nível de Ensino Médio, o que pode indicar ausência dos conhecimentos técnicos nomeados anteriormente e necessários para o acompanhamento de ações, controle e fiscalização no âmbito da gestão de esporte e lazer. Ungheri e Isayama (2017) afirmam a ocorrência de avanço no Brasil quanto à formação de profissionais para atuação na área, apesar de ainda se observar que algumas vezes a formação profissional é desconsiderada para a escolha daqueles que irão ocupar o cargo, levando-se em conta somente o passado esportivo do gestor. Outra possibilidade amplamente utilizada para a ocupação de cargos públicos vinculados ao esporte e ao lazer é a indicação política, conforme demonstrou estudo de Linhales et al. (2008).

A opinião de Stigger apud Rodrigues e Toldin (2009), de que o profissional desta área não pode ser prescritivo, mas, sim, o condutor de uma determinada política, pode abrir possibilidade para uma gestão satisfatória por parte dos profissionais sem uma formação de ensino superior. Defende o autor que, entre as competências do profissional que atua em políticas públicas no esporte, cultura e lazer, está a capacidade de escuta, de conduzir um processo de participação na gestão das políticas da área.

Apesar de prioritariamente a formação dos participantes do estudo exposto ser na área de Educação Física, constatou-se certa heterogeneidade na formação daqueles que não se amoldam a esta formação. Destes, destaca-se apenas um, com formação em gestão pública, que possivelmente pode ter adquirido os conhecimentos que mais se aproximam para o exercício das atividades de gestor.

Dentre os informantes, 15 (quinze) têm formação em Pós-Graduação. Destes, 13 (treze) em nível de especialização (nas mais variadas áreas, tais como Treinamento Esportivo, Educação Física e Leitura, dentre outras formações voltados à área escolar). Nenhuma especialização com enfoque na gestão pública de esporte e lazer foi identificada. Um informante explicitou sua formação em MBA. Este curso pode ser classificado como *stricto sensu;* e pela especificidade da área, pode significar a garantia de aquisição de alguns conhecimentos específicos para a administração de negócios, uma vez que este curso forma executivos na área de Administração, com enfoque em disciplinas voltadas a finanças, contabilidade, recursos humanos, marketing, entre outras. Igual análise pode ser feita com um informante que citou ter formação acadêmica em nível de Mestrado. Apesar de não citar a área de concentração do curso mencionado, compreende-se que em um curso *stricto sensu* adquire-se um nível de conhecimento mais aprofundado, uma vez que estas formações são bastante exigentes do ponto de vista acadêmico e favorecem uma reflexão teórica, que pode levar a uma prática eficiente.

Figura 5 – Formação acadêmica dos gestores de Esporte e Lazer de Rondônia

Formação Acadêmica	Especificação	Quant
Curso de Graduação	Educação Física	18
	Ciências Contábeis	1
	Letras	1
	Pedagogia	3
	Gestão Pública	1
Pós-Graduação	Especialização	13
	MBA	1
	Mestrado	1

Fonte: Dos Autores.

Constatou-se, conforme ilustrado na Figura 6, que 25% dos respondentes possuem experiência de gestão de 6 (seis) anos ou mais. A concentração maior ficou entre 1 e 2 anos de experiência, somando os conhecimentos do cargo atual com os anteriores. Conforme já mencionado anteriormente, as práticas vivenciadas no contexto de gestão do esporte e do lazer têm sido altamente valorizadas no contexto de formação de gestores esportivos, conforme cita a literatura, a exemplo de estudo Linhales et al. (2008). A possibilidade de ter vivenciado uma variedade de experiências esportivas e de lazer no âmbito administrativo pode, sem dúvida, contribuir direta ou indiretamente para uma atuação profissional orientada por conhecimentos técnicos e políticos que irão agregar qualidade as ações. Cárdenas e Feuerschütte (2012) afirmam que, no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades relacionadas às áreas administrativa e esportiva, a experiência é um fator importante. Entretanto, conforme já dito em outros pontos deste capítulo, a vivência prática, por si só, limita a ação do gestor nos aspectos técnico-gerenciais e outros conhecimentos de gestão pública. Igualmente, uma boa formação política não é garantia de experiências exitosas de gestão. Chama a atenção nos resultados do estudo, que mais de 50% dos respondentes não informaram o tempo de experiência que tiveram na função atual antes de ocuparem o cargo em que estão atualmente.

Figura 6 – Tempo de experiência em gestão dos participantes da pesquisa

Tempo de trabalho no cargo atual de gestor		**tempo de experiência com a gestão do lazer antes do cargo atual**	
Menos de 1 ano	6	Menos de 1 ano	1
Entre 1 e 2 anos	10	Entre 1 e 2 anos	3
Entre 2 e 5 anos	4	Entre 2 e 5 anos	0
Entre 6 e 10 anos	5	Entre 6 e 10 anos	0
mais de 10 anos	5	mais de 10 anos	8
NI*	0	NI*	18
Total	30	Total	30

OBS: NI* (Não Informado)
Fonte: Dos Autores.

Dentre os informantes, 17 disseram que não acumulam outras funções e/ou profissões, dedicando-se integralmente às atividades de Esporte e Lazer nas instituições em que foram registrados na pesquisa. Este achado diverge do resultado encontrado por Valente (2011), que constatou que 95% dos gestores esportivos possuíam outra profissão. A maioria dos depoentes também comunicou que dedica à gestão de esporte e lazer 40 horas ou mais. Apenas um deles não respondeu a esta questão e dois disseram trabalhar em torno de 20 horas por semana. É importante ressaltar que a jornada de trabalho, por si só, não é parâmetro para análise da eficiência da atuação do gestor. Entretanto, aspectos como dedicação, compromisso, produtividade e eficiência na gestão estão em sintonia com o tempo dedicado às atividades que o cargo requer. Este tempo dedicado para se alcançar a eficiência na gestão não é impeditivo para a flexibilização da jornada de trabalho, que permite ao trabalhador gerir seu horário de entrada ou de saída de acordo com a sua agenda diária, conforme propõem Campos e Pires (2014).

Dentre os cargos que ocupam os gestores participantes da pesquisa (descritos na Figura 7), constatou-se que 7 (sete) deles ocupam o cargo de secretário (nas secretarias municipais), embora empregando-se nomenclaturas distintas para as referidas pastas. A ocupação de uma secretaria, em tese, pode significar uma posição de decisão na estrutura organizacional da instituição, mesmo no caso de uma gestão participativa, envolvendo a sociedade civil nas decisões políticas. Entende-se que os

secretários municipais, bem como os superintendentes, são auxiliares diretos dos chefes do Poder Executivo, tendo sob seus encargos orçamentos específicos. São considerados ordenadores de despesas secundários por assumirem a gerência da execução orçamentária em suas áreas de atuação por meio de ato administrativo individual (Portaria), que lhes delega tais poderes.

Dentre os informantes, 7 (sete) ocupam os cargos de diretores e coordenadores. Entende-se que, mesmo ocupando cargos de gerência intermediária, quando comparados àqueles com níveis hierárquicos mais altos (citados no parágrafo anterior), e que não sejam considerados ordenadores de despesas, estes gestores ocupam as denominadas funções de confiança ou gratificada na estrutura institucional. As atribuições de chefia, direção e assessoramento na administração pública são preenchidas mediante livre nomeação pela autoridade competente, que muitas vezes nomeia servidores cedidos por outros órgãos. Supostamente, a estes são delegados poderes de decisão nas suas áreas de atuação.

Apenas 4 (quatro) respondentes se identificaram como técnicos. Aqui se entende como técnico na área o profissional em esporte e lazer com uma formação instrumentalizada para elaborar, implantar, gerenciar e avaliar programas, projetos e planos, sejam eles de lazer, arte, cultura e desporto. Estudo de Santos (2011), ao fazer referência aos profissionais técnicos de lazer, menciona aqueles sem curso superior que, na maioria das vezes, é responsável pela parte prática do cumprimento de tarefas, prestação de serviços e ao trabalho manual/braçal. Já os profissionais com curso superior não recebem esta nomenclatura e suas ações estão voltadas para o trabalho de orientar, fiscalizar, organizar, criar, avaliar, ou seja, mais vinculados ao trabalho intelectual. Apesar dessa diferença conceitual, todos os respondentes que se identificaram como técnicos possuem curso superior.

Constatou-se que são diversificados os cargos que ocupam os gestores, e em alguns casos, para desempenharem a mesma função. De acordo com Ungheri e Isayama (2017), a tendência de se limitar o lazer às atividades esportivas, à arte e à recreação reflete nas diferenciadas nomenclaturas atribuídas nas repartições públicas e políticas que tratam o tema.

Figura 7 – Quantitativo e cargos dos trabalhadores que participaram da pesquisa

Função	**Cargo/Detalhamento**	**Quant**
Secretário/a	Esporte	2
	Cultura e Turismo	1
	Educação, Cultura e Esporte	1
	Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	1
	Não Especificou	2
Superintendente	Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	1
Diretores/as	Esporte	3
	Esporte e Lazer	1
	Não Especificou	2
	Cultura, Esporte e Lazer	1
Coordenador/a	Esporte	1
	Esporte e Lazer	1
	Atividades Esportivas	1
	Iniciação Esportiva	1
	Eventos	1
	Não Especificou	1
	Cultura	1
Gestor	Cultura e Turismo	1
Assessor	Cultura, Esporte e Lazer	1
Técnico/a	Executor de atividades físicas e esportivas	1
	Elaboração de projetos e capacitação de recursos	1
	Coordenadoria de Esporte e Lazer	1
	Não Especificou	1
Não Informou		1
Evadiu-se		1
	TOTAL	30

Fonte: Dos Autores.

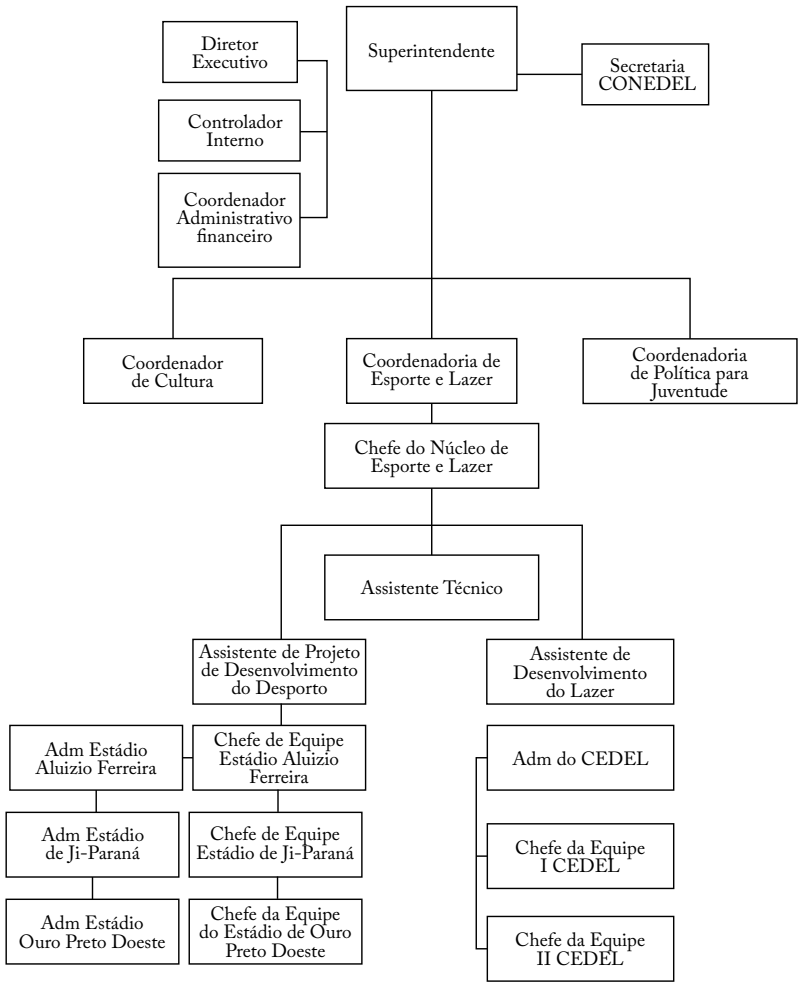
Caracterização da gestão do esporte e lazer no estado de Rondônia

Em nível estadual, o Esporte e o Lazer em Rondônia estão vinculados à Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer/SEJUCEL. Em 2015, através da Lei Complementar nº 827, Art. 45, a antiga Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer/SECEL passou a denominar-se Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer/

SEJUCEL. A instituição está vinculada à Secretaria Estadual de Educação. Apesar deste vínculo, o superintendente da SEJUCEL é revestido de autoridade para realizar despesas orçamentárias em suas áreas especificas de atuação.

A partir da Lei Complementar nº 827/2015, elaborou-se a representação gráfica do fluxo de trabalho da SEJUCEL, ilustrado na Figura 8. Segundo a referida lei, o cargo de superintendente é ordenador de despesas; e todos os cargos constantes no fluxo têm direito a gratificação denominada CDS ou FG.

Figura 8 – Representação gráfica do fluxo de trabalho da SEJUCEL



Fonte: Dos Autores

Ao serem questionados sobre os programas e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento na SEJUCEL, os gestores entrevistados informaram que o objetivo da superintendência é apoiar a realização de eventos dos 52 municípios, o que ocorre da seguinte forma: O município apresenta o projeto e a superintendência estadual, a partir de seleção que segue critérios internos, apoia ou não a execução. Desse modo, justificaram que o referido órgão não trabalha com projetos, mas somente apoia os municípios.

Conforme determinam as diretrizes nacionais, a gestão das políticas públicas de Esporte e Lazer no Estado de Rondônia funciona de forma autônoma entre o estado e os municípios. Na prática, constata-se um vínculo tênue que consiste em alguma ajuda às ações e projetos dos municípios por parte da Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer/SEJUCEL. Os informantes desta superintendência não mencionaram o tipo de apoio que costumam disponibilizar aos municípios; do mesmo modo que os sujeitos vinculados aos municípios não explicaram como se dá o apoio que recebem da entidade.

Observou-se uma variação entre os tipos de espaços disponíveis para a prática de lazer. O mesmo município pode dispor tanto de áreas específicas destinadas à prática do Esporte de Rendimento quanto àquelas destinadas ao Esporte Recreativo e Lazer. Neste último caso, foram constatadas 23 manifestações de locais por parte dos respondentes, já para o Esporte de Rendimento, 11 menções. Apenas uma citação foi feita sobre área específica para o Lazer, conforme ilustra a Figura 9.

Figura 9 – Nomenclaturas atribuídas aos espaços de esporte e lazer dos municípios do estado de Rondônia

Classificação dos Espaços	**Quant**
Lazer	1
Esporte de Rendimento	11
Esporte Recreativo e Lazer	23
Outros	1

Fonte: Dos Autores.

Ao serem questionados sobre os critérios para o uso dos espaços de esporte e lazer pela comunidade, as respostas variaram, segundo o tipo de espaço. O retorno que mais se reproduziu foi o critério de "Agendamento" prévio para o uso dos espaços, com 24 repetições. Em seguida, com 09 repetições, constatou-se que o critério para o uso dos espaços é um acordo entre os gestores e os usuários; e com 08 repetições verificou-se a "Gestão Compartilhada". Dentre as respostas, observadas na Figura 10, destacam-se apenas 03 citações ao uso dos espaços sem uma organização prévia, com os usuários podendo usufruir livremente das áreas; e uma citação de que os espaços são alugados.

Destas indicações, avultam-se aquelas relacionadas à gestão compartilhada na organização do uso dos espaços. A presença de mecanismos de democratização do uso dos espaços pode ser um indicativo de participação popular nos processos decisórios no âmbito do esporte e lazer nos municípios do estado de Rondônia. Segundo Stigger (1998), a participação popular nas decisões políticas caracteriza-se como espaço legítimo para o exercício da cidadania e democracia e persistem diferenças entre as políticas públicas desenvolvidas para a população e as desenvolvidas com a população. Naquelas, tendem à postura conformista e dependente do Estado, enquanto nestas, há participação conjunta nas decisões, sendo a população coautora das políticas. Matos (2009) pontua que os espaços de discussão e participação popular na política políticas públicas de esporte e lazer ainda são incipientes

Figura 10 – Forma de organização para utilização dos espaços de esporte e lazer dos municípios do estado de Rondônia.

Critérios para o uso dos espaços	**Quant**
Agendamento	24
Acordo entre gestão e usuários	9
Sem organizção prévia para utilização	3
Gestão compartilhada com a comunidade	8
Aluguel	1
Outros	1

Fonte: Dos Autores.

A Figura 11 indica a forma como os usuários se organizam para frequentar os espaços de esporte e lazer dos municípios do estado de Rondônia. Constatou-se a predominância para a organização informal de grupos (21 repetições); seguida de grupos institucionalizados (18 repetições) e individualmente (17 repetições). Entre os dados menos expressivos (repetições) destacam-se aqueles relacionados às famílias, sugerindo que este grupo social é o que menos se reúne para frequentar os espaços de esporte e lazer dos municípios.

Figura 11 – Forma de organização dos usuários para frequentarem os espaços de esporte e lazer dos municípios do estado de Rondônia

Formas de organização	**Repetições**
Grupos organizados informalmente	21
Grupos Institucionalizados	18
Famílias	7
Individualmente	15
Não informado	1

Fonte: Dos Autores.

Considerações finais

Este capítulo apresentou um diagnóstico relativo à gestão, estrutura, organização de esporte e lazer no estado de Rondônia. Ao finalizá-lo, conclui-se que:

a. Relativo ao perfil sociodemográfico dos dirigentes municipais de Esporte e Lazer, verificou-se que a maioria do grupo é formada por homens; a média de idade dos gestores e gestoras é de 47 anos, indicando que os profissionais se encontram em plena maturidade. A maioria tem formação em ensino superior, com predominância no curso de Educação Física; e a metade deles tem curso de pós-graduação em nível de especialização. Apenas dois disseram ter formação *stricto senso* e um profissional indicou ter formação voltada para área de gestão pública. Constata-se a necessidade de capacitação dos profissionais para suporte no

gerenciamento envolvendo as áreas técnica, financeira, administrativa e eventos, entre outros aspectos;

b. Sobre as experiências em gestão dos dirigentes, a concentração maior ficou entre 1 e 2 anos de prática, somando as experiências do cargo atual com os anteriores. Mais da metade não acumula outras funções e/ou profissões, dedicando-se integralmente às atividades de Esporte e Lazer nas instituições.

c. São diversificados os cargos que ocupam os gestores participantes da pesquisa e, em alguns casos, para desempenharem a mesma função. Os cargos identificados foram os seguintes: secretário/a, superintendente, diretor/a, coordenador/a, gestor/a, assessor/a e técnico/a.

d. Os tipos de espaços destinados e disponíveis para as práticas de esportes e lazer no estado de Rondônia são predominantemente específicos para Esporte Recreativo e Lazer. Entretanto, o mesmo município pode dispor, além destas áreas, outras destinadas ao Esporte de Rendimento. Os critérios assinalados para o uso variaram segundo o tipo de espaço. Entretanto, o retorno que mais se reproduziu foi o critério de "Agendamento" prévio; seguido pela "Gestão Compartilhada". Este último modelo de gestão é um indicativo da participação da comunidade e da possibilidade de democratização das decisões no âmbito do Esporte e do Lazer. Sobre o acondicionamento dos usuários para o uso dos espaços, destacou-se a organização informal de grupos; seguida de coletivos institucionalizados. Entre os dados menos expressivos, destacam-se a organização familiar no uso dos espaços de esporte e lazer.

Finalizando, sugerem-se novos estudos que busquem as características da gestão do esporte e do lazer nos municípios do estado de Rondônia, ampliando os resultados encontrados para averiguação do poder de decisão dos usuários sobre as prioridades da gestão, tanto no planejamento como no acompanhamento e avaliação das ações e, principalmente, na aplicação dos recursos. Entretanto, conforme menciona a

literatura, não existe participação concedida, e sim aquela que é resultado de conquistas políticas. Nesse sentido, o papel dos movimentos sociais é fundamental para a conquista de uma gestão de esporte e lazer democrática, em que o Estado diminui o seu poder e se amplia a participação popular.

Referências

ARAUJO, S. M; MAGALHÃES, Y. C. S. Políticas públicas de esporte e lazer em São Luís–MA: A gestão, participação popular e o controle social em discussão. In: ARAÚJO, S.M.; VIANA, R.N.A.(Orgs). **Esporte e lazer na cidade de São Luís/MA**: Elementos para a construção de uma política pública. São Luís: EDUFMA, 2008. p.33-56. Disponível em: <http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/269/livro%20ESPORTE%20E%20LAZER%20NA%20CIDADE%20DE%20SAO%20LUIS-MA%2C%20UFMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jan. 2019.

AZEVEDO, P.H.; BARROS, J.F.; SUAIDEN, S. Caracterização do perfil do gestor esportivo dos clubes da Primeira divisão de futebol do distrito federal e suas relações com a legislação esportiva brasileira. **Revista da educação física/UEM**, Maringá, v.15, n.1, p.33-42, 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3427>. Acesso em: 15 fev. 2019.

AZEVÊDO, P. H; SPESSOTO, R. E. N. Caracterização do perfil retrospectivo do dirigente esportivo de clube de futebol profissional da primeira divisão, entre os anos 2003 e 2007. Rev. **Port. Cien. Desp.**, Porto, v.9, n.2, p. 103-112, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-05232009000200012>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BATISTA, M. C. A. A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esporte e lazer no governo estado de Pernambuco – 1999-2001: analisando o projeto "Idosos em Movimento". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13, 2003, Caxambu. **Anais eletrônicos**... Campinas: CBCE, 2003. 1 CD-ROM. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2881>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000400010>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. Documento final. CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE, 1., 2004, Brasília-DF. Brasília: Ministério do Esporte, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes_1_conferencia_esporte.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER, 2, 2006, Brasília. **Anais eletrônicos ....** Brasília-DF: Ministério do Esporte, 2006. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/documentoFinal.jsp>. Acesso em: 04 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade. **O lazer vai tomar conta da cidade e a cidade vai tomar conta do lazer.** Ministério do Esporte Esporte e Lazer da Cidade – PELC. Diretrizes 2016. Brasília-DF, s.ed, 2016. Disponível < http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Diretriz_PELC_2016_atualizada.pdf >. Acesso em: 20 fevereiro 2019.

CAMPOS, J. G; NASSIF, V. M. J. Gestão esportiva voluntária e gestão esportiva remunerada: análise de conflitos administrativos que impactam no desempenho organizacional de associações desportivas**. G&A,** João Pessoa, v.6, n.1, p.07-23, jan./jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/IVETE/Documents/Ivete%2025-08-2015/Documentos/Documents/Publica%C3%A7%C3%B5es%20internas/2018/Gestor/Gest%C3%A3o%20Esportiva%20Remunerada.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CAMPOS, S. M; PIRES, F. C. Flexibilização da jornada de trabalho como instrumento da estão para resultados. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÙBLICA, 4, 2014, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: EDITORA, 2014. p.1-18. Disponível em: < https://pt.calameo.com/read/003677033f3386fa4b3a8 >. Acesso em: 02 mar.2019.

CÁRDENAS, A. R; FEUERSCHÜTTE, S.G. **A percepção de gestores esportivos sobre a formação necessária para atuar na gestão de organizações esportivas**. Unisul, 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/51460508-A-percepcao-de-gestores-esportivos--sobre-a-formacao-necessaria-para-atuar-na-gestao-de-organizacoes-esportivas.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CARNEIRO, R; MENICUCCI, T.M.G. Gestão pública no século XXI as reformas pendentes. In: FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. p.135-194. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-06.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

CASTELLANI FILHO, L. O. **Gestão Pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. Campinas/SP: Autores Associados, 2007. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/gestao-publica-e-politica-de-lazer.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

COUTO, A.C.P.; ALEIXO, I.M.S.; LEMOS, K.L.M.; COUTO, M.A. Perfil do gestor Esportivo – análise centrada na região metropolitana de Belo Horizonte. **FIEP BULLETIN**, n.81, (Special Edition), s/p, 2011. Disponível em: <http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/92>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CROZATTI, J. Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. **Cad. estud.**, São Paulo, n.18, s/p, May/Aug. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000200004>. Acesso em: 08 jan. 2019.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Sesc, 1980. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/2939/2143>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GOMES, M. Á. F. **Estratégia de desenvolvimento do associativismo desportivo: uma proposta para a quantificação do índice de satisfação dos praticantes**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência do Desporto), Universidade do Porto, PORTO, 2001. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9663/5/4124_TM_01_P.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

IBGE. **Rondônia**. [s.l.: s.ed.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 15 abr. 2019.

IBGE. ***Rondônia*.** [s.l.: s.ed.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LIBERATO, A.; SOARES, A. (Orgs.). SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/seminarioNacionalPoliticasPublicasEsporteLazer.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LINHALES, M.A. et. al. Esporte e lazer na Grande BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Ed. da UFMG , 2008. p.13-58. *Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n249/2176-6681-rbeped-98-249-00389.pdf*>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MACHADO-DA-SILVA, C.L; FONSECA, V.S. Estruturação da Estrutura Organizacional: o Caso de uma Empresa Familiar. **RAC**, Curitiba, edição especial, p.11-32, 2010. Disponível: em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v14nspe/a02v14ns.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MACIEL, M.G. Perfil do gestor de lazer de empresas. **Rev. Bras. Cienc. Esporte,** Campinas, v.31, n.1, p.57-73, 2009. Disponível em: <http://www.abgl.org.br/restrito/dezembro_09/maciel_2009_RBCE_Perfil_Gestor.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

MARCELLINO, N. C. A teoria sociológica da decisão e a ação comunitária como estratégia de planejamento em ação. In: PINTO. L.M.S.M (org). **Como fazer projetos de lazer**: Elaboração, execução e avaliação. Campinas: Papirus, 2007. p.83-170. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8544900666>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MARCELLINO, N. C. (Org**.). Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Coleção Educação Física e Esportes. Campinas: Autores Associados, 1996. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/politicasPublicas/politicasPublicas.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

MARCELLINO, N. C.(Org.). **Sistema nacional de esporte e lazer**. Cadernos interativos: elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo 3ed. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128032/CADERNO%20INTERATIVO%203.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2006. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/HTOIKXNPRWJO.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

MARCELLINO, N. C. et al. **Políticas públicas de lazer:** formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba/SP. Curitiba: Opus, 2007. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/politicasPublicas/politicasPublicas.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2019.

MATOS, L. S. Cidade e Urbanismo: Espaços e Equipamentos de Lazer 2009. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER EM BELÉM, 3., 2009, Belém. **Anais eletrônicos ...** Belém: s.ed, 2099. s/p. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/seminarioNacionalPoliticasPublicasEsporteLazer.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

MEIRA, T.B; BASTOS, F.C.; BÖHME, M.T.S. Análise da estrutura organizacional do esporte. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.251-62, abr./jun. 2012. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/08.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MENEZES, V. G; OLIVEIRA, A. M; SOUZA, E. F. Gestão desportiva e política pública na região metropolitana de Recife. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.219-30, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/05.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

NIEDERAUER, Juliano Zambom. **Rondônia:** *Só Geografia 2*010. Porto Velho: S.ed, 2010. Disponível em: <https://www.sogeografia.com.br/Conteudos/Estados/Rondonia/>. Acesso em: 15 ***mar. 2019.***

PENFOLD-BECERRA, M. **Towards a Politcal Theory of Decentralization**: Passing the Ball in Venezuela. [s.l.:s.ed.], 1998 [online]. Disponível em:< map43@columbia.edu>.Acesso em: 18 nov.1998.

RIBEIRO, S. P. Participação popular na gestão pública: quais as armadilhas e quais os caminhos? *In:* **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 3., São Luís, 2007. **Anais eletrônicos...** São Luís: S.ed, 2007. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/9/artigo_eixo9_231_1410368478.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

REZER, R; FENSTERSEIFER, P.E. Docência em educação física: reflexões acerca de sua complexidade. **Revista Pensar a prática**, Goiânia, v. 11 n. 3, p.319-329, 2008. Disponível < https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/4960/4978>. Acesso em: 01 fev. 2019.

RODRIGUES, A.; VENTURA, P. **O perfil do gestor de academias de grande porte em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro**. Volta Redonda. Centro Universitário de Volta Redonda, 2011. Disponível em: <http://www.edvaldodefarias.com/perfildegestores.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

RONDONIAAGORA. **Saiba tudo sobre os 52 estados de Rondônia**. Porto Velho: s.ed, 2008. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/cidades/saiba-tudo-sobre-os-52-municipios-de-rondonia>. Acesso em: 12 out. 2019.

SANTOS, C. A. N. L. **O currículo dos cursos técnicos de lazer no Brasil: um estudo de caso da formação profissional**. 2011. Dissertação (Mestrado em estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional , Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8M4GVP/o_curr_culo_dos_cursos_t_cnicos_de_lazer_no_brasil___um_estu.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2011.

SIGNIFICADOS. **O que é Gestão**. [s.l.: s.ed.], 2019. Disponível em: https://www.significados.com.br/gestao/. Acesso em: 08 jan. 2019.

SILVA, D.S; BORGES, C.N.F; ROELDES, A.D. Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória/ES. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre,v.36, n.3, p.640-647, Jul/Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892014000300640&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SILVA, C. L.; SILVA, T. P. **Lazer e educação física**: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer. Campinas: Papirus, 2012

SOUZA, A.R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educ. rev**., Belo Horizonte, v.25, n.3, p.123-140, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 jan. 2019.

STIGGER, M.P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: "são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?" **Motrivivência**, v.10, n.11, p. 83-96, jul.1998. Disponível em: https://www.academia.edu/11811051/O_ESTADO_DA_ARTE_EM_POL%C3%8DTICAS_SOCIAIS_DE_ESPORTE_E_LAZER_NO_BRASIL_2000-2009>_. Acesso em: 04 maio 2019.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Os saberes e a formação profissional em lazer: uma análise no campo das políticas públicas. **Rev. Bras. Estud. Pedagog**., Brasília, v.98, n.249, p.389-409, May/Aug. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812017000200389>. Acesso em: 09 jan. 2019.

UNGHERI, B.O. **A atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer:** saberes e competências. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer),Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2014. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Bruno%20Ocelli%20Ungheri.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VALENTE, L. ***O perfil do gestor esportivo:*** *Um estudo dos centros de esporte e lazer da Prefeitura Municipal de Man*aus. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desporto), Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, 2011. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3896/1/TESE%20MESTRADO%20LILIAN%20VALENTE.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

3 AÇÕES SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE RONDÔNIA: APONTAMENTOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ivete de Aquino Freire
Ramón Núñez Cárdenas
Yesica Nunez Pumariega
Catalina Dominga Pumariega Torres

Introdução

Este capítulo apresenta os resultados do projeto de pesquisa *Avaliação das Políticas Públicas de esporte e lazer no Estado de Rondônia,* que por sua vez está organizado em dois subprojetos: 1) Diagnóstico da gestão, estrutura, organização e oferta de atividades de esporte e lazer no Estado de Rondônia; e 2) Ações sociais de Esporte e Lazer no Estado de Rondônia. Esta publicação refere-se especificamente à segunda proposta, cujo objetivo geral é investigar as ações e os projetos voltados ao esporte e lazer. Os objetivos específicos são os seguintes: a) quantificar e qualificar as ações realizadas; b) caracterizar os espaços de esporte recreativo e lazer; c) conhecer as principais dificuldades para administrar estes espaços; d) estabelecer relação entre as prioridades que devem ser orientadas para o esporte recreativo e lazer e os projetos em desenvolvimento; e) conhecer as opiniões dos gestores sobre as condições de infraestrutura dos espaços de esporte recreativo e de lazer.

Considerando o exposto, este capítulo, igualmente o anterior, guarda relação com as políticas públicas do esporte e lazer de abrangência setorial, onde são executados os programas cujos princípios e diretrizes são estabelecidos pelo Governo Federal. Independente da sua abrangência, os princípios e diretrizes de um programa voltado ao lazer, sejam orientados em nível de macro política, sejam guiados pela micropolítica, trazem consigo valores, ideais, princípios e ideologias que embasam ou que nutrem

estas políticas e, consequentemente, fazem com que estas se aproximem dos seus objetivos práticos.

A dimensão sociocultural do lazer respalda este fenômeno como produção humana de ressignificação constante ao reconhecer a presença de certos significados, valores, normas e jeitos de ser em suas manifestações. As vivências entranhadas nas atividades são expressões humanas e formas de intervir no mundo, e não somente uma parcela de tempo ou uma ação desprovida de sentido, conforme já dito anteriormente. Nas práticas de lazer, os sujeitos não são "meros objetos desprovidos de histórias de vida particulares e que ignoram as questões culturais, políticas e sociais mais amplas que os constituem" (Werneck, Isayama, 2001, p. 65).

Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010, p. 21) também avançam neste conceito destacando que o lazer representa "uma possibilidade de mobilização e engajamento político, facilita a criação de redes de sociabilidade e estimula a reflexão sobre nossa sociedade [...]". Esta reflexão nos remonta a três variáveis importantes que parecem estar implícitas nas afirmativas destas autoras: criticidade, cidadania e desenvolvimento pessoal e social. Estas variáveis, que nos remetem para uma abordagem da qualidade do lazer, e que serão aqui denominadas de traços qualitativos do lazer, emergem desta prática enquanto manifestação sociocultural.

Assim, para qualificação desta atividade, faz-se necessário considerar as especificidades concretas do lazer, tal como cita Zingoni (2007, p. 13). Para o autor, considerar tais especificidades significa levar em conta os conteúdos do lazer, as atitudes que envolvem a prática, os valores que propiciam a consideração dos seus aspectos educativos, as suas possibilidades como instrumento de mobilização e participação cultural, e as barreiras socioculturais verificadas para seu efetivo exercício. E mais, o autor afirma, categoricamente, que o lazer pode constituir-se tanto em elemento de conformismo como de resistência à ordem social estabelecida; que existem práticas de lazer mais comprometidas com o desenvolvimento pessoal e social e outras menos comprometidas.

Considerando o aporte teórico apresentado, no presente trabalho emprega-se a expressão clássica "Esporte e Lazer", acompanhando a

nomenclatura utilizada por muitos órgãos públicos, inclusive sendo o termo oficial empregado no âmbito das políticas de governo no Brasil. Neste caso, o termo "esporte" que acompanha a palavra "lazer" envolve atividades físicas esportivas, especificamente recreativas.

Conforme a Política Nacional para o Esporte (Brasil, 2005), o termo Esporte de Lazer ou Recreativo se expressa na compreensão de que, em sua realização, deve prevalecer o sentido lúdico, caracterizado pela busca da satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores ético-políticos a serem materializados. Realiza-se em limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria. Por meio desta prática, o ser humano vivencia situações esportivas lúdicas e prazerosas. O esporte em sua dimensão de lazer tem por finalidade atender aos interesses e necessidades sociais dos cidadãos a partir da prática das suas manifestações lúdico-esportivas. A prática do Esporte Recreativo tem ainda como finalidade atender aspectos do conceito ampliado de saúde, sintonizados com a Política Nacional de Promoção da Saúde.

No Estado de Rondônia, o esporte e o lazer estão vinculados à Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer/SEJUCEL, que por sua vez está subordinada à Secretaria de Estado da Educação (Governo do Estado de Rondônia, 2014). De acordo com o Governo do Estado de Rondônia (2014), compete à SEJUCEL:

I - a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social da juventude;

II - a formulação de políticas públicas voltadas ao fomento das atividades de cultura, esporte e lazer, viabilizando inclusive o acesso das classes sociais menos favorecidas;

III - a coordenação, supervisão e execução das atividades ligadas ao esporte amador e profissional;

IV - a coordenação, supervisão e execução da política do lazer;

V - o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligados ao desenvolvimento do lazer comunitário; e

VI - a promoção, o estímulo, a difusão e a orientação das atividades culturais em todas as suas formas e manifestações, bem como a preservação do patrimônio histórico e cultural de Rondônia.

Dentro das competências da Secretaria de Estado da Educação, observa-se que o lazer adquire um espaço diferenciado, não sendo inclusive o termo acompanhado pela palavra "esporte", em um ponto específico da lista de jurisdições. Araújo, Dominici e Cardoso (2008) aludem que a forma que são mencionados "o esporte e o lazer" nos documentos oficiais tanto do governo federal, estadual quanto municipal constitui-se respeitável indicador da importância que é dada a estes setores. Em um estudo desenvolvido em São Luís, os autores localizaram o emprego dos termos de modo bastante genérico, inclusive próximo ao senso comum, nos ordenamentos legais. De acordo com os autores, a inexistência documental de diretrizes claras sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer pode ser um dos fatores que dificultam a implementação de ações para atender aos munícipes.

Entretanto, apesar da criação da SEJUCEL em 2014, o Plano Estratégico do Governo do Estado de Rondônia para o período de 2016/2020 (Governo do Estado de Rondônia, 2016[a]), não faz nenhuma referência ao esporte e lazer. Acena termos como "bem estar social", "saúde com qualidade", "educação e cultura transformadora" e "inclusão social", ignorando que, nas políticas públicas em nível nacional, o esporte e o lazer são citados como instrumentos que potencializam o desenvolvimento humano, envolvendo todas as expressões citadas no documento.

Em aparente discordância com o Plano Estratégico do Governo, foi criado em 2014 o Conselho Estadual de Desportos e Lazer do Estado de Rondônia/CONEDEL-RO (Governo do Estado de Rondônia, 2016[b]),

> [...] criado para assegurar e fomentar as práticas desportivas formais, reguladas por normas nacionais e internacionais e não formais caracterizadas pela liberdade lúdica de seus praticantes, bem como desenvolver políticas de apoio e melhorias do padrão de qualidade dos esportes em Rondônia.

A lei que cria o referido conselho, ao citar as 12 prioridades da instituição, faz apenas três referências (algumas vezes de modo indireto) ao lazer. São as seguintes menções: "promover e incentivar nas áreas do desporto e lazer a todas as camadas da população"; "estimular a prática do desporto de participação" e "desenvolver políticas de incentivo ao lazer como forma de promoção social". O CONEDEL/RO (Governo do Estado de Rondônia, 2016(b)), no seu Regimento Interno, segue esta mesma linha de valorização do lazer, vezes utilizando a expressão esporte e lazer como se não fossem termos confluentes; vezes utilizando os termos "esporte" e "desporto" como sinônimos e sem demarcar os limites entre um termo e outro.

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, em âmbito nacional, o Programa Esporte e Lazer da Cidade/PELC, criado pelo governo federal, é a única referência voltada especificamente à política pública de lazer no Brasil. O Programa pretende garantir o direito social ao esporte e lazer previstos na Constituição Federal, mediante os seguintes objetivos: nortear ações sistemáticas e assistemáticas voltadas para diferentes faixas etárias; estimular a gestão participativa; orientar as entidades parceiras na condução e estruturação das políticas públicas de esporte e lazer; realizar formação continuada dos trabalhadores e gestores do PELC; e reconhecer a cultura local (Souza et al. 2010). Sob as diretrizes do Ministério do Esporte, o PELC era executado através de parceria entre este ministério e os governos municipais, estaduais, distrital e instituições federais de ensino (Institutos Federais e Universidades), por meio de edital público, emenda parlamentar e proponente específico. A partir das propostas enviadas, eram selecionados os pleitos que receberiam recursos do Orçamento da União para execução do programa.

Morais (2017, p. 18) considera que, independentemente do tipo de parceria, o proponente deveria apresentar um Planejamento Pedagógico (PP) que contemplasse os seguintes elementos:

> […] apresentação do município e da entidade proponente (inclusive considerando experiências tidas com o Programa ou demais ações voltadas para políticas públicas de esporte e lazer); importância do PELC

> para a entidade e população a ser atendida; os objetivos e as metas a serem alcançados no desenvolvimento das ações; quantidade e endereço para implantação dos núcleos do Programa; equipe de trabalho; entidades parceiras para execução do Programa; representante da entidade de controle social; programa das atividades sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos); processo de monitoramento e avaliação por parte da entidade parceira; descrever como será a divulgação e inscrição da população para as atividades do PELC e identificar as perspectivas de continuidade das ações de esporte e lazer no município.

O PP é um instrumento de planejamento que antecipa a implantação do programa, e reflete a pretensão dos entes que desejam se conveniar (Khalifa, 2016). São diversas as informações que devem constar neste documento. A Secretaria Especial do Esporte disponibiliza pessoal para orientar, informar, capacitar e instruir prefeitos e gestores para atenderem aos editais do programa PELC e outros. Segundo o Ministério do Esporte e Lazer, no ano de 2016, na região Norte foram programadas oficinas em Rio Branco/AC, Porto Velho/RO e Boa Vista/RR.

Constata-se que houve um esforço por parte do ME em garantir a adesão dos municípios aos editais dos seus programas. Contudo, a região Norte, com toda a sua imensidão geográfica, não tem como ser contemplada na sua totalidade nas oficinas de Planejamento de Projetos, sendo os treinamentos oferecidos nas capitais. Porto Velho e seus distritos, por exemplo, correspondem a somente 18,94% do território (IBGE, 2010) do estado, que possui uma área de 237.576,167 km² (IBGE. 2010).

De qualquer modo, estudos de Khalifa (2016), orientados por outras publicações, dão conta de que o programa PELC está concentrado majoritariamente em municípios das regiões Nordeste e Sudeste do país e em municípios de médio e grande porte. Constatou-se também uma tendência de que os municípios com maior desempenho socioeconômico e maior grau de institucionalização da política de esporte têm maior acesso ao programa em questão do que a outros. O autor conclui que o PELC e outros programas não conseguiram alcançar os municípios com maior carência em

políticas públicas e sociais; justamente aqueles que são mais pobres e com baixo grau de institucionalização da política de esporte e lazer.

Aspectos metodológicos empregados para o estudo das ações sociais de Esporte e Lazer no Estado de Rondônia

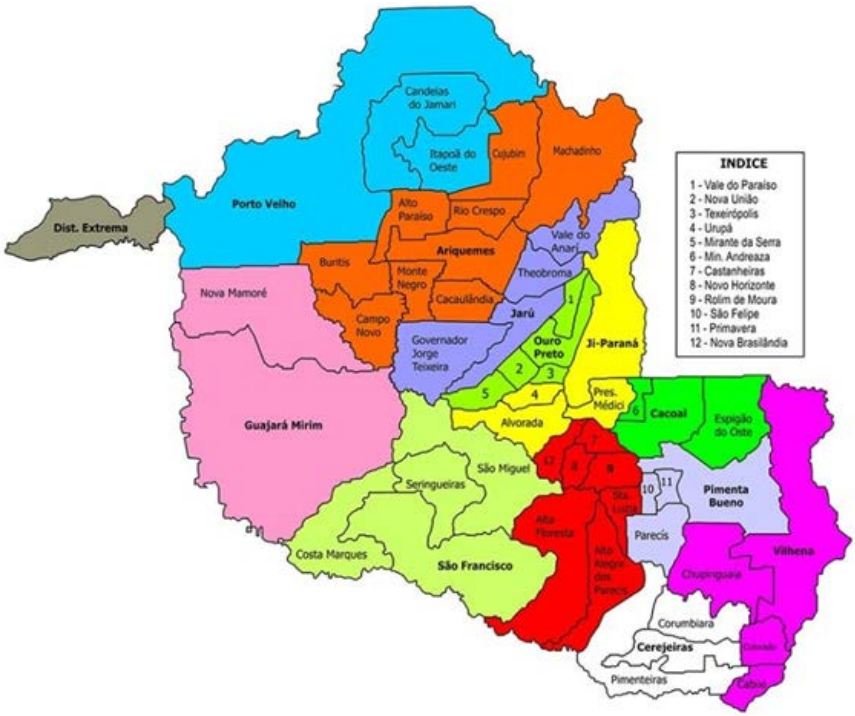
Aqui se entende como ações sociais de esporte e lazer aqueles projetos específicos, de cunho prático, cujos objetivos estão voltados ao uso do esporte e do lazer como instrumentos que contribuem para a diminuição da vulnerabilidade social de alguns grupos ou comunidades, tendo o desenvolvimento social como principal motivação. Trata-se da ênfase de uma dentre as diversas possibilidades desta manifestação.

A fim de identificar as ações sociais de Esporte e Lazer desenvolvidas no Estado de Rondônia, foi realizada uma pesquisa exploratória utilizando métodos qualitativos, junto a Gestores de Esporte e Lazer dos municípios deste estado da federação.

De acordo com o IBGE, em 2018 o Estado de Rondônia tinha a população estimada em 1.757.589 pessoas (IBGE, 2018), sendo a terceira unidade federativa mais populosa da região Norte, superada apenas pelo Pará e Amazonas. No entanto, somente dois de seus municípios possuem acima de 100 mil habitantes: Porto Velho, a capital, e Ji-Paraná.

O Estado é dividido em 52 municípios. Sua distribuição geográfica está ilustrada na Figura 1.

Figura 1 – Ilustração da distribuição geográfica do Estado de Rondônia.



Fonte: Rondoniagora (2008).

O Estado possui uma área de 237.576,167 km², sendo a décima-terceira mais extensa do país. O maior município é a capital, Porto Velho, com mais de 34 mil quilômetros quadrados; e com o maior número de habitantes, quase 500.000 pessoas. A menor unidade é Teixeirópolis, 460 km²; e aquela com menor índice populacional é Pimenteiras, com 2.015 habitantes (IBGE. 2010).

Os gestores que participaram da pesquisa foram selecionados por conveniência. Considerando que o estudo foi realizado no município de Porto Velho, todos os gestores de Esporte e Lazer, tanto aqueles inseridos na administração municipal quanto estadual, que atuam na capital do estado, participaram da pesquisa. Os respondentes dos demais municípios foram convidados a integrar a pesquisa durante o encontro Estadual de Gestores de Esporte e Lazer, realizado pela Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer do Estado de Rondônia, nos dias 18 e 19 de

dezembro de 2018. Desse modo, participaram da investigação, 30 gestores distribuídos em 21 municípios, conforme ilustra a Figura 2.

Para coletar os dados junto aos gestores foi elaborado um questionário semiestruturado contendo 14 questões. Após a organização qualitativa e quantitativa dos dados, realizou-se uma análise de conteúdo confrontando com a literatura e observando a existência de conflitos que impactam no desempenho organizacional. Também para subsidiar o processo de análise dos dados, recorreu-se a alguns ordenamentos legais do Estado tais como Plano Estratégico do Governo do Estado de Rondônia para o período de 2016/2020 e Plano Plurianual/PPE para o período de 2016-2019.

Figura 2 – Municípios e quantitativo de gestores que participaram da pesquisa

Ident	Municípios	N° de Habitantes	Área/Km2	Amostra
1	Alta Floresta do Oeste	25.578	7067	0
2	Alto Alegre dos Parecis	13.940	3959	1
3	Alto Paraíso	20.210	2648	1
4	Alvorada do Oeste	17.063	3029	1
5	Ariquemes	104.401	4427	2
6	Buritis	37.838	3867	0
7	Cabixi	6.355	1314	1
8	Cacaulância	6.367	1962	0
9	Cacoal	87.226	3793	1
10	Campo Novo de Rondônia	14.220	3456	0
11	Candeias do Jamari	24.155	6867	0
12	Castanheiras	3.617	893	0
13	Cerejeiras	17.986	2783	0
14	Chupinguaia	10.129	5227	1
15	Colorado do Oeste	18.817	1442	0
16	Corumbiara	8.842	3060	0
17	Costa Marques	16.651	12722	0
18	Cujubim	20.974	3864	0
19	Espigão do Oeste	32.385	4900	1
20	Governador Jorge Teixeira	10.127	5067	0

Ident	Municípios	N° de Habitantes	Área/Km2	Amostra
21	Guajará Mirim	46.632	24856	1
22	Itapuã	9.995	4081	0
23	Jaru	55.738	2910	1
24	Ji-Paraná	130.419	6897	1
25	Machadinho do Oeste	37.167	8556	0
26	Ministro Andreazza	10.823	875,30	0
27	Mirante da Serra	12.360	1254	0
28	Monte Negro	15.873	1413	2
29	Nova Brasilândia do Oeste	21.592	1160	0
30	Nova Mamoré	27.600	10113	1
31	Nova União	7.824	807	0
32	Novo Horizonte do Oeste	10.276	830	1
33	Ouro Preto do Oeste	39.924	1978	0
34	Parecis	5.697	2549	0
35	Pimenta Bueno	37.512	6241	1
36	Pimenteiras do Oeste	2.424	6015	0
37	Porto Velho	502.748	34082	8
38	Presidente Médici	22.557	1758	1
39	Primavera de Rondônia	3.501	606	0
40	Rio Crespo	3.750	1718	0
41	Rolim de Moura	56.242	14579	1
42	Santa Luzia do Oeste	8.532	1188	0
43	São Felipe do Oeste	6.103	542	0
44	São Francisco do Guaporé	19.002	4747	1
45	São Miguel do Guaporé	23.933	7815	0
46	Seringueiras	12.581	2251	0
47	Teixeirópolis	5.003	460	0
48	Theobroma	11.347	2200	1
49	Urupá	13.293	832	0
50	Vale do Anari	10.843	3135	0
51	Vale do Paraíso	8.231	965	0
52	Vilhena	91.801	11519	1
Total		1.768.204	251.279	30

Fonte: Adaptado de: IBGE (2010), Rondoniagora (2008).

Resultados do estudo relativo as ações sociais de Esporte e Lazer no Estado de Rondônia

Ações e projetos desenvolvidos

A organização, a estrutura e as políticas para o esporte recreativo e de lazer se manifestam por meio das ações, projetos e programas realizados e em desenvolvimento. Portanto, procurou-se, neste item, quantificar e qualificar as ações realizadas nas gestões municipais de esporte recreativo e lazer utilizando como referência os projetos desenvolvidos e apontados pelos gestores. Estes elementos podem ser indicadores tanto da eficácia da gestão quanto de conflitos administrativos que impactam no desempenho organizacional.

Os gestores foram questionados se conheciam algum projeto ou ação voltadas ao esporte e ao lazer, desenvolvido em outros anos ou em outras gestões. Dos informantes consultados, 6 disseram não ter conhecimento; 22 afirmaram conhecer e 2 não responderam, conforme especifica a Figura 3. Quando perguntados sobre as ações e projetos em desenvolvimento ou previstas, obtiveram-se as respostas representadas na Figura 4, iniciando por aquelas mais citadas.

Figura 3 – Demonstrativo dos conhecimentos sobre os projetos/ações executados e em realização

Qualificação	Conhecimento sobre projetos realizados em gestões anteriores	Conhecimentos sobre projetos em realização
Não Tem conhecimentos	6	5
Tem conhecimentos	22	22
Não Informado	2	3
Total Informantes	30	30

Fonte: Dos Autores

Dos números apresentados, chama a atenção que 5 (cinco) gestores informaram não ter conhecimento dos projetos em realização voltados ao esporte e lazer. Este desconhecimento pode ser explicado pelo fato de 7 (sete) respondentes de Porto Velho atuarem na SEJUCEL. Os gestores desta instituição que participaram do estudo informaram que a superintendência não

trabalha diretamente com projetos; que a atuação desta entidade consiste em apoiar ações dos 52 municípios. Daí justificarem o fato de não terem conhecimento dos projetos em processo de realização. Esta justificativa causa estranheza, pois, se compete à superintendência apoiar as ações (que devem iniciar com projetos ou programas) dos municípios, como entender que alguns gestores desta instituição não têm conhecimento destas ações?

A partir deste desconhecimento mencionado e da identificação dos projetos listados pela maioria dos gestores dos municípios (expresso na Figura 4), é possível qualificar, em alguma medida, traços das políticas públicas de Esporte Recreativo e Lazer do Estado de Rondônia.

Figura 4 – Identificação dos projetos/ações em realização

Categoria de Atividade	Projetos/ações	Variações
Físico-esportiva	Iniciação Esportiva	Esporte na Escola
		Futsal
		Futebol
	Realização de competições Esportivas	Futebol Society
		Futebol Suiço
		Futebol
	Realização de competições Esportivas	
	Campeonatos Esportivos	
	Incentivo ao Esporte Amador	
	Bom de bola	
	Ginástica Rítmica	
	Jogos Escolares	
	Capoeira	
	Passeio ciclístico	
	Jogos Indígenas	
	Jogos da cidade	
Culturais	gincanas	
	festivais	
	Ruas de Lazer	
	Shows e outras atividades	
	Brinca Cacoal	

Fonte: Dos Autores.

Dentre os gestores representantes dos municípios, 7 mencionaram projetos de: "Iniciação Esportiva"; 4 não utilizaram esta expressão mas mencionaram outras nomenclaturas equivalentes, tais como "Esporte na Escola", "Iniciação ao Futebol", "Jogos Escolares" e "Bom de bola". Chama a atenção que 3 gestores não nomearam os projetos voltados ao Esporte Recreativo e Lazer em processo de realização; 1 deles não informou nada e 2 deles mencionaram como projetos de lazer a "Guarda Mirim" e "Aquisição de equipamentos". Estas duas últimas respostas podem indicar evasão à pergunta, falta de compreensão sobre o que foi questionado ou simplesmente desconhecimento do que é considerado um projeto voltado ao esporte e lazer.

A partir do que dizem Dumazedier (1980) e Camargo (1992), as atividades de lazer podem ser classificadas como: a) manuais, nas quais predominam atividades que utilizam as mãos e o manuseio de ferramentas; b) sociais, nas quais o encontro face a face prevalece; c) intelectuais, em que o uso e o desenvolvimento do intelecto se sobressaem; d) físico-esportivas, quando o destaque é o movimento corporal; e) artísticas, com predominância da imaginação, beleza, artes; e f) turísticas. Conforme demonstrado na figura 4, e acompanhando o que dizem Dumazedier (1980) e Camargo (1992) sobre a classificação das atividades de lazer, observam-se, entre os achados, projetos predominantemente voltados a atividades físicas esportivas. Estes achados acompanham o dizer de Marcellino (2008), quando afirma a necessidade de se ter profissionais competentes na área, que compreendam as interfaces do lazer, e que estimulem a prática dos diferentes conteúdos culturais desta prática. Sabe-se que o lazer conjuga inúmeras atividades, estando o movimento corporal inserido em apenas uma delas. Os achados nos permitem inferir que a cultura do lazer nas localidades de Rondônia está orientada prioritariamente pelas atividades de movimento corporal, e estas, por sua vez, atreladas ao esporte.

Projetos voltados a Gincanas, Festivais, Shows, Ruas de Lazer e outras brincadeiras, escassamente mencionados pelos gestores, podem abranger atividades que vão além do movimento humano; neles, se sobressaem o desenvolvimento manual, intelectual, social e artístico. Estes projetos se

aproximam da variabilidade dos conteúdos culturais do lazer, uma vez que potencializam a criticidade e a criatividade, oferecendo possibilidade de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social.

Outro aspecto que se destaca no escopo desta análise diz respeito à forte presença do futebol e suas variações. A exceção dos projetos de Iniciação Esportiva, que se identificam como uma das fases do Esporte de Rendimento, as demais ações podem ser consideradas, à primeira vista, como "esporte participação", o que estaria em consonância com os conceitos atuais de lazer. Ocorre que se constataram inúmeros projetos voltados a competições e campeonatos esportivos, além daqueles mencionados diretamente com o objetivo de estimular o esporte amador. Estes aspectos nos remetem ao que se convencionou chamar de esporte de representação que, com práticas formais ou informais, enfatizam o caráter competitivo. Costa (2003) entende o esporte de representação como qualquer manifestação esportiva em que os atletas representem uma instituição, seja ela pública ou particular, seja na esfera municipal, estadual ou nacional. Neste tipo de prática, alguns indivíduos buscam a satisfação pessoal, o bem-estar físico, o prazer da convivência e a recreação; outros, entretanto, objetivam a realização pessoal através da competição e de poder representar a instituição a qual estão vinculados, a sua cidade, o estado ou até o país em competições oficiais. Estudos de Scansette Fernandes e Bezerra (2008), em São Luís no Maranhão, também localizou entre as políticas públicas no âmbito do esporte e lazer, ações prioritariamente de caráter esportivo e competitivo.

Para compreender como o esporte de representação se situa no âmbito do lazer, recorremos aos gêneros do lazer estudados por Marcellino (2006). Segundo o autor, um dos gêneros do lazer é o da assistência, em que o usuário observa as atividades que outras pessoas praticam, assumindo, assim, uma postura contemplativa. Outro gênero do lazer é o da prática propriamente dita de atividades de lazer. Neste caso, o usuário se desloca da posição de indivíduo que assiste para ser sujeito ativo da prática.

Dito isto, pode-se inferir que o esporte de representação tem um viés amparado na categoria amadora, que não é acessível a toda a

população enquanto usuários ativos. Neste caso, a participação da maioria da população é meramente contemplativa. Isto porque nem todos têm as habilidades físicas esportivas necessárias que oportunizem as vivências destas práticas de maneira igualitária e participativa. Por outro lado, a diversidade de faixa etária, gênero e preferências de uma comunidade também é um impeditivo para o atendimento da maioria da população via projetos voltados a competições esportivas. Portanto, há que saber se: a) as ações, constantes nos projetos de competições e eventos esportivos, garantem a participação ativa de todos os cidadãos, para que se identifique como prática de esporte recreativo e lazer; e b) se são destinadas a um grupo seleto de atletas amadores restringindo a predominância e o interesse pessoal da maioria dos munícipes. Pelas características dos projetos citados, com amparo nas competições e eventos esportivos, pode-se entender que, no âmbito do esporte recreativo e lazer, a maioria dos munícipes do Estado de Rondônia se enquadra na categoria de espectadores.

A partir dos projetos e ações desenvolvidas, constatou-se que a SEJUCEL, como representante do esporte e lazer em nível estadual, não tem atuado, no período do estudo, como uma diretriz central norteadora baseada em uma política pública específica para esta unidade da federação; tampouco segue orientação de programas e políticas de esporte e lazer criadas a nível nacional, a exemplo dos Programas de Esporte e Lazer da Cidade/PELC. O PELC, criado pelo Governo Federal em 2003, é a única referência voltada especificamente à política pública de lazer no Brasil. Atualmente é executado através de parceria entre o Ministério da Cidadania com governos municipais, estaduais, distrital e instituições federais de ensino.

A ausência de programas, projetos e atividades ligados ao desenvolvimento especificamente do lazer comunitário por parte da SEJUCEL nos leva a inferir que a coordenação, a supervisão e a execução da política do lazer do Estado não têm sido atendidas pela superintendência, conforme especificado na lei que criou este órgão administrativo. Por outro lado, essa superintendência tem atendido sua jurisdição no que se refere ao esporte amador, conforme dados apresentados anteriormente.

Constatou-se que alguns projetos parecem apresentar uma linha condutora comum, por adotarem a mesma nomenclatura; mas quando analisados do ponto de vista de sua abrangência, percebe-se que nenhum deles vai além do âmbito municipal. Tratam-se, pois, de ações municipais isoladas, sem nenhum viés de abrangência macro, nos quais se perceba a presença coordenada do governo estadual congregando ações vinculadas a uma política pública de lazer. Enfim, de modo geral, averígua-se que os projetos citados pelos gestores carecem de qualificação do ponto de vista de vínculo a programas e planos de ações estadual e nacional; são pontuais e fragmentados, aparentemente desvinculados, inclusive, de uma política nacional e estadual de lazer.

Alguns elementos da organização do lazer e esporte recreativo vêm funcionando de modo eficaz em outras unidades da federação, em particular em determinados municípios do país. Estudos realizados principalmente nas regiões Sul e Sudeste mostram resultados que podem servir de referências positivas para localidades como Rondônia, que ainda se mostram incipientes nas políticas públicas deste setor.

A partir do que diz Marcellino (1996), pode-se inferir que o modelo de ações identificadas pelos gestores participantes da pesquisa faz com que a formulação de políticas de esporte e lazer se resuma ao calendário de eventos ou a pacotes de atividades formuladas em gabinetes técnicos. Com isso, não são contempladas as possibilidades de transformação pessoal e social que os conteúdos do lazer podem viabilizar.

Entretanto, esta forma de atuação não é específica dos municípios de Rondônia. A partir da fala de Marcellino (1996), pode-se afirmar que a configuração de projetos desvinculados de planos de ações estadual e nacional ainda se apresenta como uma realidade brasileira.

Constata-se que as ações mencionadas pelos gestores de esporte e lazer do estado de Rondônia, conforme citou Pintos (2017), assemelham-se a um modelo de política pública de esporte recreativo e de lazer baseado na reprodução de atividades e no pacote de eventos. Programas do Governo Federal, a exemplo do PELC, poderia contribuir para a superação deste modelo de gestão. Pintos (2017) afirma que, através do PELC, é possível

se estabelecer uma política voltada para a qualificação das intervenções por meio da formação continuada e propostas participativas tanto nas atividades sistemáticas (oficinas) quanto nas atividades assistemáticas (eventos).

Ao se estabelecer o cenário para as políticas públicas de esporte e lazer, uma ação fundamental é conhecer as atividades do cotidiano da comunidade mediante a identificação dos dados da realidade, que apontará os hábitos, costumes, valores e manifestações culturais presentes naquele território. Esta ação tem por finalidade desenvolver programas e projetos que atendam aos interesses e necessidades sociais dos cidadãos, reconhecendo-os como protagonistas das ações a serem desenvolvidas, e não como simples receptores passivos de iniciativas de órgãos públicos governamentais.

A partir deste entendimento, perguntou-se aos gestores quais eram as atividades de lazer e esporte recreativo mais praticadas pelos munícipes. As respostas e o número de repetições estão expressos na Figura 5.

Dentre as atividades mais praticadas, destacou-se o futebol e suas variações, com 31 repetições pelos informantes. Na segunda colocação das atividades mais praticadas foram identificadas a caminhada e o voleibol e suas variações, com 10 menções respectivamente.

Destes achados, e conforme análise anterior, verifica-se coerência entre os projetos desenvolvidos e as práticas mais vivenciadas pela comunidade. Observa-se também que as vivências de esporte recreativo e lazer estão praticamente limitadas aos movimentos corporais, sendo o esporte um elemento que se destaca no conjunto das atividades citadas. Conforme já comentado no capítulo 1 deste livro, as práticas de lazer vão além dos movimentos corporais e o esporte, devendo prevalecer o sentido lúdico, a busca da satisfação e o prazer e da potencialização do desenvolvimento pessoal e social dos praticantes. Desse modo, falar de esporte recreativo, com enfoque no lazer, significa a vivência de situações esportivas lúdicas, como expressão de festa e alegria.

Estas dimensões do lazer podem mais facilmente ser identificadas nos projetos de festas, mencionado apenas uma vez entre os pesquisados. A ausência de termos como bem-estar, ludicidade, criatividade e desenvolvimento

pessoal e social nas ações mencionadas, bem como o predomínio de atividades físico-motoras, nos leva a refletir sobre a necessidade de se ampliar os projetos existentes para outras dimensões do lazer.

Figura 5 – Atividades de lazer e esporte recreativo mais praticadas nos municípios do Estado de Rondônia: Percepção dos gestores

Atividades mais praticadas	Variações mencionadas	Número de Repetições
Futebol		17
	Futsal	12
	Campo	1
	Futebol Soçaite	1
Atletismo		4
Voleibol		8
	De areia	1
	De praia	1
Caminhada		10
Esportes		2
Handebol		3
Dança		1
	Zumba	1
Exercícios resistidos		3
Basquete		2
Ciclismo		4
Festas		1
Rodeios		1
Capoeira		1
Judô		1
Corridas		1
Ginástica Ritmica		1
Natação		1
Cross fitness		1
Não Informado		2

Fonte: Dos Autores.

De forma genérica, averígua-se, dentre as ações listadas, a quase inexistência de atividades de convivência, práticas culturais e artísticas. Algumas das atividades citadas parecem se identificar mais como prática física com enfoque na busca ou manutenção da saúde via condicionamento físico do que com vivências de lazer. As práticas de Cross fitness, os exercícios resistidos e as corridas são exemplos de atividades que parecem distanciar-se daquelas voltadas ao entretenimento e ludicidade. Esta questão é reafirmada ao se observar que 2 (dois) gestores disseram que as práticas de exercícios resistidos são desenvolvidas nas academias ao ar livre.

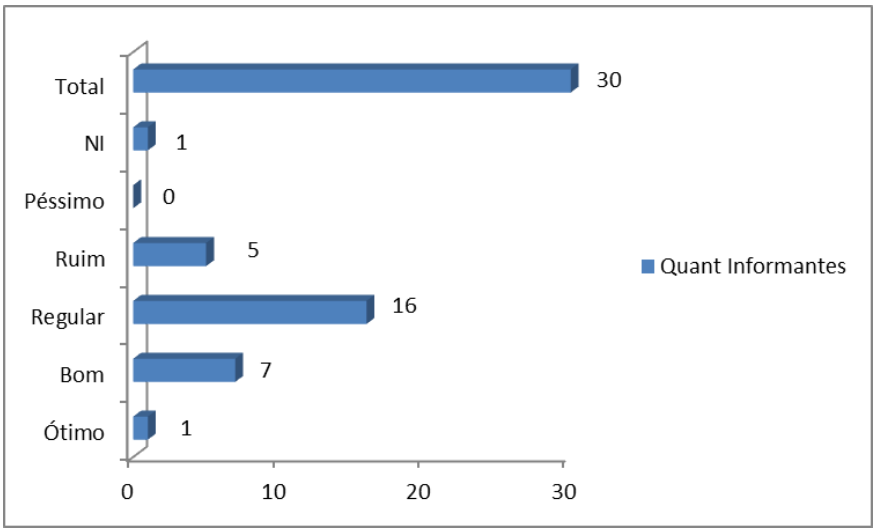
Caracterização dos espaços de esporte recreativo e lazer do estado de Rondônia

Conforme ilustra a Figura 6, a maioria dos gestores participantes do estudo (16) considerou que a qualidade dos espaços destinados ao esporte recreativo e lazer nas suas localidades é regular; 7 consideraram que os espaços e infraestrutura são de boa qualidade; 5 opinaram que são ruins e apenas 1 avaliou com qualidade ótima. Alguns entrevistados ponderaram que a qualidade dos espaços varia de um para outro; sendo uns de melhor qualidade e outros com qualidade precária, conforme apresentado no fragmento a seguir:

> "Campos e quadras bem conservados. Estádio depredado e sem iluminação"

A maioria dos gestores estimou uma média entre todos os espaços, chegando-se ao que se apresenta na Figura 6.

Figura 6 – Representação gráfica da qualificação dos espaços de lazer e esporte recreativo dos municípios do Estado de Rondônia: visão dos gestores.



Fonte: Dos Autores.

As justificativas para a atribuições das avaliações variaram entre três aspectos: falta de recursos financeiros e menções correlatas (42 repetições); falta de envolvimento da comunidade (04 repetições); burocracia pública (2 repetições); aspecto político e aspecto cultural (1 repetição respectivamente). A principal justificativa para a atribuição da qualificação dos espaços foi voltada à falta de recursos financeiros, observando-se 12 menções diretamente à ausência ou carência destes recursos; e 30 repetições fazendo referências a aspectos correlatos à questão financeira, conforme se pode observar na Figura 7.

Perguntou-se também, aos gestores, se tinham conhecimento sobre os comentários que a população faz acerca dos espaços de esporte e lazer da localidade. Um informante asseverou desconhecer estes tipos de comentários; outro não informou nada; e um terceiro evadiu-se ao afirmar o seguinte:

> *"Bons comentários [...] quadras de areia todas movimentadas [...], mas por se tratar de local público, várias críticas*".

Os demais gestores indicaram comentários da comunidade sobre os espaços de esporte recreativo e lazer da localidade que envolve a qualificação dos ambientes e especificações dos problemas identificados. Sobre a qualificação, obtivemos as seguintes respostas:

"[Os espaços] são horríveis".
"O espaço é bom, mas pode ser melhorado".
"Precisam ser melhorados para serem mais utilizados"

Sobre a especificação dos problemas dos espaços de esporte e lazer, que conduzem também a uma qualificação, as respostas foram as seguintes:

"Falta de melhorias nas estruturas".
"Falta de melhorias nas estruturas e recuperação".
"Poucos espaços e deficiência na infraestrutura (iluminação)".

Figura 7 – Justificativas dos gestores para as avaliações atribuídas às condições dos espaços de esporte recreativo e lazer dos seus municípios.

Justificativas		**Detalhamentos**	**Frequência de repetições**
Aspecto financeiro			12
Correlatos ao aspecto financeiro	Falta de manutenção dos espaços e infraestrutura	Limpeza e conservação	3
	Falta de reformas	Locais depredados e sem iluminação	1
	Necessidade de ampliação		3
	Falta de materiais, estrutura adequada e equipamentos		1
	Falta de recursos para segurança	Furtos frequentes, depredação	3
	Falta de estrutura e equipamento		1

Justificativas		**Detalhamentos**	**Frequência de repetições**
Correlatos ao aspecto financeiro	Falta/deficiência de investimento		1
	Orçamento pequeno		1
	Falta de recursos humanos	Quantitativo	14
		Qualitativo	1
	Falta de transporte		1
Relação a falta de envolvimento da comunidade	Mal uso do espaço por parte da comunidade	Falta de cuidado com o bem público	2
	Falta de conscientização por parte da população	Conscientização ambiental	1
	Falta de comprometimento		2
Aspecto político	Falta de comprometimento institucional		1
Aspecto da burocracia pública	Trâmites burocráticos que dificultam a efetivação das tomadas de decisões		2
Aspecto cultural	Resgate da cultura do lazer		1
Não informou			1

Fonte: Dos Autores.

"*Necessidade de aplicação de recursos na realização de competições de Futsal e Futebol*".
"Aumento do número de espaços e reforma e ampliação dos existentes".
"Falta investimento em infraestrutura e pessoal".
"Falta de estrutura e equipamentos".
"Precisa manutenção dos espaços, iluminação e servidor exclusivo para atender a cada espaço".
"Precisa mais apoio".

"Cobram mais investimento do poder público"
"Apoio insuficiente"
"[Necessita] fazer melhorias"
"Aumentar número de atividades (outros esportes)"
"Aumentar eventos de categoria de base"
"Falta de estrutura física"

Afirma Gomes (2001) que os gestores possuem a responsabilidade de organizar, definir os objetivos, promover as atividades, assegurar o seu funcionamento e o futuro da organização, mesmo aquelas sem fins lucrativos. Complementa Ziperovich (2007) que os espaços de esporte e lazer necessitam ser amparados por uma infraestrutura organizada, que possibilite um interesse de utilização pelos usuários. No caso do estudo aqui retratado, verificou-se que predominam, nos espaços, a falta de infraestrutura básica, como atendimento de limpeza e conservação, escassez de materiais e equipamento, além de infraestrutura diversificada, iluminação e pessoal, tanto para segurança quanto para o atendimento às vivências de esporte recreativo e de lazer dentre outros.

Considerando o exposto, parece que a sustentabilidade e a eficácia na oferta de espaços e infraestrutura qualificada não estão sendo atendidas na sua totalidade, nos municípios do Estado de Rondônia.

Principais dificuldades para administrar os espaços

Ao falarem sobre as dificuldades para administrar os espaços de lazer das suas localidades, foram inúmeros os pontos destacados pelos depoentes. Estes aspectos estão resumidos na Figura 8. Em observação a estes dados, nota-se que, novamente, predominaram as dificuldades relativas à falta de recursos financeiros. Dos participantes, 12 gestores utilizaram exatamente esta expressão: "Falta de recursos financeiros". Outros, entretanto, utilizaram expressões correlatas ou que estão arroladas diretamente com a necessidade de recursos financeiros para a solução dos problemas. Enfim, de forma direta ou indireta, a quase totalidade das dificuldades distinguidas pelos informantes estão relacionadas à insuficiência de recursos, o que

pode indicar que não existe um controle público, tanto em nível municipal quanto estadual, para aprimorar a qualidade destes espaços como um todo. Resultado semelhante foi encontrado no estudo desenvolvido por Brust, Baggio e Saldanha Filho (2006), em uma localidade do Sul do país. Possivelmente, a falta de autonomia na dotação orçamentária própria seja uma explicação para estas respostas dos gestores. Citam Scansette Fernandes e Bezerra (2008) que, nas três esferas do poder, as decisões das prioridades para uso dos recursos orçamentários são centralizadas pelo poder público e, em sua maioria, as prioridades são definidas a partir das relações de interesses no campo político. Estes interesses podem ou não contribuir para a realização e ampliação das políticas de esporte e lazer nos municípios, nos estados e no Brasil.

Em 2006, na II Conferência Nacional (Brasil, 2006) deste setor, decidiu-se que, do ponto de vista da estrutura organizacional do Esporte e do Lazer no Brasil, deveriam ser criadas pastas específicas de esporte e lazer nas esferas estaduais e municipais, com autonomia administrativa e orçamentária, conselhos específicos e planos de desenvolvimento, para implementação e continuidade de políticas de esporte e lazer em todas as dimensões. Parece que, passados mais de 20 anos deste indicativo da sociedade, Rondônia ainda não assegurou estas mudanças, inclusive apresentou retrocessos em 2014, com a substituição da Secretaria Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer/SECEL pela SEJUCEL. Esta última, em nível de superintendência, está vinculada à Secretaria de Estado de Educação/SEDUC.

Figura 8 – Dificuldades apontadas pelos gestores para administrar os espaços públicos de esporte e lazer nos municípios do estado de Rondônia

Categorias de Análise	Sub Categorias	Detalhamentos	Frequência de Repetições
Falta de Recursos Financeiros e correlatos	Falta de Recursos financeiros		12
	Falta de Manutenção dos espaços e infraestrutura	Limpeza e conservação	3
	Falta de Reformas	Locais depredados e sem iluminação	1
	Necessidade de ampliação		3
	Falta de Materiais, estrutura adequada e equipamentos		1
	Falta de recursos para Segurança	Furtos frequentes, depredação	3
	Falta de estrutura e equipamento		1
	Falta/deficiência de investimentos		1
	Orçamento pequeno		1
	Falta de recursos humanos	Quantitativo	14
		Qualitativo	
	Falta de Transporte		1
Ausência de envolvimento da comunidade	Mal uso do espaço por parte da comunidade	Falta de cuidado com o bem público	2
	Falta de consciência por parte da população	Falta de Conscientização ambiental	1
	Falta de comprometimento		1
Burocracia Pública	Tramites burocráticos que dificultam a efetivação das tomadas de decisões		2
Aspectos culturais	Resgate da Cultura do Lazer		1

Fonte: Dos Autores.

Apenas 1 (um) informante não apresentou suas dificuldades para a gestão dos espaços de lazer do seu município. Entretanto, ao qualificar estes ambientes, atribuiu a avaliação "Regular", deixando explícito que existem dificuldades na administração do setor, embora tenha optado por não mencioná-las. Dos 30 informantes, 23 classificaram a infraestrutura de lazer dos seus municípios entre "Regular" (16) e "Boa" (07). Estes resultados não estão em consonância com as dificuldades sinalizadas pelos gestores para administrar os espaços públicos nos municípios. Por outro lado, as justificativas dos gestores para as avaliações atribuídas às condições dos espaços de esporte recreativo e lazer dos seus municípios são semelhantes às dificuldades sinalizadas pelos gestores para administrar estes mesmos espaços. Ambos os casos indicam ausência de políticas públicas voltadas à manutenção, ampliação, limpeza, segurança, aspectos básicos para a utilização destes ambientes. Do que foi apresentado, infere-se que estes espaços apresentam-se sem a qualidade necessária para a acessibilidade dos usuários, tanto do ponto de vista da segurança quanto da disponibilidade de espaços de convivência prazerosa para a prática de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.

Sobre a categoria de análise "Ausência de envolvimento da comunidade", constata-se a possibilidade de inexistência ou insuficiência do processo de descentralização da gestão, concebida como democratização. A descentralização, que implica o envolvimento da comunidade em todos os processos de tomada de decisões (inclusive de priorização na utilização dos recursos financeiros) requer a criação de mecanismos de representação como partidos, comissões e conselhos gestores, entre outros. Esta participação tende a potencializar a valorização e o compromisso da comunidade pelo bem público, acercando-se da garantia da sustentabilidade e da eficácia das atividades.

Apesar de os gestores terem apontado a falta de recursos financeiros como a principal dificuldade para uma satisfatória qualificação do esporte recreativo e lazer dos seus municípios, não se sabe até que ponto os recursos obtidos através dos tributos são suficientes para atender com qualidade a todas as áreas sociais. Publicação de Castellani Filho apud Mendes e

Azevedo (2010) indica que governos municipais dos estados brasileiros destinam em torno de 0,4% de seus orçamentos para os setores de cultura, esporte e lazer, o que é pouco, dada a demanda de recursos para contratação de profissionais, construção e manutenção de equipamentos, conforme apontaram os resultados da pesquisa com os gestores.

A descentralização do poder através da democratização remonta à expressão "gestão compartilhada", que implica valorizar práticas de planejamento, programação, gestão e avaliação que incluam a participação e o saber do usuário, além do gestor. A gestão compartilhada, através da criação de mecanismos de representação, pode vislumbrar outras fontes de receitas além do município e estado, além de assegurar o cuidado da comunidade com o bem público.

Na II conferência Nacional de Esporte e Lazer, definiu-se como atribuições dos órgãos gestores estaduais e municipais de Esporte e Lazer construir, reformar, implantar, ampliar, adaptar e modernizar a infraestrutura esportiva pública em articulação entre as entidades privadas e as três esferas de governo, considerando a intersetorialidade. Apesar desta articulação, definiu-se como atribuição do Ministério do Esporte (na época) dar suporte às Secretarias estaduais e municipais de Esporte e Lazer (Brasil, 2006).

Sabe-se, conforme lembram Scansette Fernandes, Bezerra (2008), que os relatórios resultados nas Conferências não são textos normativos, mas meramente diretrizes. Entretanto, estes documentos são valiosos por dois motivos. O primeiro deles, porque retratam os resultados de fóruns de debates entre todos os segmentos da sociedade representada através de entidades. Desse modo, atendia-se à finalidade destes eventos, que era avaliar a situação do Esporte e do Lazer nas três esferas de poder, fixar diretrizes da política para o setor, definir e priorizar propostas para melhorar a qualidade dos serviços. E o segundo motivo, é que no Brasil, não dispomos de outro expediente tão abarcante, que possa orientar as Políticas Públicas para o setor.

Prioridades em Esporte de rendimento e Esporte recreativo e de lazer no estado de Rondônia

Na pesquisa, os gestores foram questionados sobre quais deveriam ser as prioridades dos governos municipal e estadual no investimento em atividades desportivas (de Rendimento) e aquelas voltadas ao esporte recreativo e lazer nos seus respectivos municípios. No formulário de levantamento de dados, apresentaram-se algumas possibilidades de respostas ao tempo em que espaços foram destinados para que outras prioridades fossem indicadas. A Figura 9 apresenta a síntese do que se obteve como resposta sobre estas questões.

As prioridades no âmbito do esporte de alto nível e de lazer sinalizadas pelos informantes, de certo modo, acompanha os projetos desenvolvidos nas localidades, majoritariamente identificados com as atividades físico-esportivas. Conforme a argumentação de Isayama (2007), o interesse pelas práticas físicas e esportivas é amplamente difundido em nossa sociedade como uma possibilidade de lazer. Entretanto, não se pode confundir o lazer com práticas esportivas, conforme os conceitos já apresentados. As prioridades mais repetidas pelos gestores no âmbito do esporte recreativo e lazer foram: a necessidade de programas permanentes e de atividades físicas e esportivas para a população; e a criação e a adequação de espaços e equipamentos para esporte recreativo e lazer. Igualmente, como mostrou estudo de Scansette Fernandes, Bezerra (2008), aqui também são pouco visíveis as fronteiras entre as prioridades voltadas ao esporte de lazer e aquelas de práticas esportivas.

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer compreende o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de alto rendimento, como atividades não excludentes entre si, articulados de forma equânime em uma estrutura aberta, democrática e descentralizada. Entretanto, quando se fala de esporte recreativo e lazer, a categoria "esporte de alto rendimento" restringe a participação ampla dos cidadãos enquanto praticantes e os coloca na posição de assistentes; inviabilizando, obviamente a possibilidade de lazer enquanto sujeito ativo da prática em si. Análise semelhante foi realizada sobre o esporte de representação, em outro ponto deste capítulo.

Figura 9 – Opinião dos gestores sobre as prioridades dos governos municipal e estadual no investimento em atividades desportivas (de Rendimento) e esporte recreativo e lazer nos seus respectivos municípios.

Prioridades no Esporte de Rendimento	**Número de Repetições**		**Prioridades em Esporte Recreativo e Lazer**		**Número de Repetições**
Priorizar a formação de atletas de alto nível	4		Priorizar a realização de eventos culturais (shows, feiras culturais etc.).		4
Investir nas atividades físicas e esportivas para os cidadãos em geral	20		Priorizar programas permanentes de atividades físicas e esportivas para a população.		20
Ivestir nas atividades físicas e esportivas para os cidadãos em geral e na formação de atletas de alto nível	11		Priorizar programas permanentes de atividades culturais para a população.		14
Investir nas atividads físicas e esportivas dentro das escolas	15		Priorizar criação e adequação de espaços e equipamentos públicos para esporte recreativo e lazer.		19
Outras. Especificar	Destinar recursos financeiros	1	Outras. Especificar	Modernizar e construir áreas decentes	1
	Iniciação Esportiva	1			
	Formação qualificada de profissionais	1			
	Formação de atletas de categoria base	1			

Fonte: Dos Autores.

São compreensíveis os resultados encontrados neste estudo, considerando que no Plano Estratégico do Governo do Estado de Rondônia para o período de 2016/2020 não consta nenhuma menção ao esporte e ao lazer. Já no PPE para o período de 2016-2019 e seus respectivos gastos nos anos de

2016 a 2020, aderem como proposta para o desenvolvimento do desporto e do lazer, os seguintes pontos:

- Implementar o desenvolvimento do desporto de rendimento
- Apoiar entidades desportivas
- Capacitar os agentes do esporte;
- Gerir os espaços desportivos;

Com o Governo do Estado que assumiu em 2019, constataram-se medidas legais, através de leis que alteram o PPE para aquele período. Desta feita, se inserem as três áreas de abrangência da SEJUCEL, especificando o programa, a justificativa e o objetivo conforme se esclarece na Figura 10.

Figura 10 – Demonstrativo dos programas da SEJUCEL no PPE do Estado de Rondônia/PPE para o período 2016/2019

Programa	Justificativa	Objetivo
Desenvolvimento social da juventude	Necessidade de promover, fomentar e valorizar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social da juventude do Estado de Rondônia.	Promover o desenvolvimento, planejamento e fomento das atividades juvenis com uma visão ampla e integrada no Estado; Estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos; assegurar uma partilha equilibrada dos recursos entre os diversos segmentos; articular e implementar políticas que promovam a interação da juventude com as demais áreas do conhecimento.
Desenvolvimento cultural	Promover e fomentar a cultura e o patrimônio cultural do Estado de Rondônia, bem como democratizar o acesso da população.	Promover o desenvolvimento cultural no Estado

Programa	Justificativa	Objetivo
Desenvolvimento do desporto e lazer	Oferecer atividades desportivas e de lazer	Proporcionar atividades desportivas e de lazer à população com incentivos para o surgimento de novos talentos esportivos contribuindo para o desenvolvimento humano, melhoria de qualidade de vida e inclusão social. Indicadores: Ofertas de atividades de práticas desportivas e competição intermunicipal por meio de diversos eventos Quantidade de Entidades esportivas atendidas Capacitar profissionais da área desportiva

Fonte: Dos Autores.

Chama a atenção que o objetivo no programa voltado ao desenvolvimento do desporto e ao lazer é "proporcionar atividades para incentivar o surgimento de novos talentos esportivos contribuindo para o desenvolvimento humano, melhoria de qualidade de vida e inclusão social". Este objetivo não acompanha as políticas públicas em nível nacional para o esporte recreativo e lazer, principalmente na referência feita "ao surgimento de novos talentos". Sabe-se que expressões como "talentos esportivos" estão voltadas ao esporte de rendimento, que não contribui para a inclusão social; ao contrário, exclui aqueles que não apresentam potencial esportivo.

Para atender ao objetivo mencionado anteriormente, o PPE menciona as seguintes ações: a) construir áreas de lazer; b) construir praças de esporte e lazer; e c) construir e reformar espaços de educação, desporto e de lazer. Estas três ações, que não se apresentam em total consonância com

o objetivo, parecem se aproximar mais do que se compreende atualmente como política pública de esporte recreativo e lazer.

Outro ponto a destacar no PPE é que no item "Bem-Estar Social", para o ano de 2019, todo o enfoque foi dado à questão da Segurança Pública. Sabe-se que o lazer e o esporte recreativo são práticas imprescindíveis à dignidade humana, pois promovem o bem-estar e desenvolvem habilidades relacionadas a criatividade, às inter-relações humanas, desenvolvimento pessoal e social. Portanto, o lazer é um instrumento importante no alcance do bem-estar social, mas foi ignorado na proposição em tela.

A partir das palavras de Castellani apud Mendes e Azevedo (2010), constata-se que na concretização das políticas públicas em esporte e lazer, no Estado de Rondônia, e consequentemente nos municípios, ora o lazer se esgota na expressão amplamente conhecida como "esporte e lazer", praticamente negando a possibilidade da existência de políticas públicas específicas tanto para o lazer quanto para o esporte; ora confunde-se o lazer com práticas esportivas; e ora cai no senso comum automático e mecânico da associação do esporte à lógica do esporte de rendimento.

Desse modo, tanto pelo que dizem os gestores quanto pelos documentos analisados, constata-se que o caráter transformador e socializador do lazer, vivenciado em momentos de diversão, recreação, criatividade, manifestação cultural e tranquilidade no uso do tempo livre do trabalho como forma de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, não estão garantidos em sua totalidade nas políticas públicas de esporte e lazer do Estado de Rondônia. Essa garantia pressupõe um conjunto de superações individuais e coletivas; e a participação maciça do poder público nas suas três esferas, que vai além da questão dos recursos financeiros. Igualmente, não foram identificadas ações sociais específicas de esporte e lazer, cujos objetivos estivessem voltados à diminuição da vulnerabilidade social de determinados grupos.

A garantia do acesso ao esporte e ao lazer em todas as suas dimensões, e a utilização destes instrumentos como potencializadores da diminuição de aspectos da vulnerabilidade social, passa necessariamente por uma gestão qualificada, na qual compromissos políticos e técnicos caminham lado a lado.

Por outro lado, uma política eficiente não deve se limitar à construção e à manutenção de espaços ou ao calendário de eventos. Examina-se a necessidade de que as políticas públicas avancem para a oferta de programas e ações sociais consistentes que não se limitem a projetos esportivos, mas que se ampliem qualitativamente, viabilizando maior socialização e democratização dos bens culturais da humanidade e da comunidade.

Considerações finais

Ponderando os objetivos da pesquisa retratada neste capítulo, concluiu-se que:

- São inúmeros e diversificados os projetos voltados ao esporte e lazer desenvolvidos ou em desenvolvimento nos municípios estudados do Estado de Rondônia. Entretanto, estes se identificam com as diretrizes do desporto competitivo, de representação e/ou amador. Não seguem nenhum programa nacional ou estadual e, ao mesmo tempo, não sinalizam qualquer integração entre si. Parece não haver a existência de instrumentos de avaliação institucional das políticas públicas de esporte e lazer no Estado de Rondônia;
- Não se observou consonância entre as ações desenvolvidas e as prioridades nas políticas públicas para o esporte recreativo e lazer apontadas pelos gestores. Este descompasso entre o real e o ideal pode ter como justificativa a deficiência de recursos financeiros, amplamente comentada pelos gestores participantes da pesquisa.
- Na maior parte dos casos, os gestores informaram que as condições de infraestrutura dos espaços de esporte e lazer são precárias, fato confirmado quando foram questionados sobre a opinião dos usuários referente aos ambientes disponíveis para a oferta destes serviços.
- As ações da instituição estadual de Esporte e Lazer de Rondônia, SEJUCEL, têm caminhado em descompasso com os propósitos determinados na sua criação;

- São tímidas ou ausentes as políticas públicas na área de esporte recreativo e lazer em todos os municípios estudados do Estado de Rondônia. No caso de existirem, têm sido insuficientes, tanto quando se fazem referências aos projetos oferecidos aos usuários, quanto aos espaços disponibilizados para as vivências de lazer dos distintos municípios e comunidades. Constatou-se a necessidade de criação e revitalização dos espaços públicos, de modo que atendam as demandas do lazer em toda a sua abrangência.
- As dificuldades apontadas pelos gestores para avançar na oferta de serviços de esporte recreativo e lazer nos municípios de Rondônia estão prioritariamente relacionadas à questão financeira. Por outro lado, nenhum dos projetos mencionados é vinculado a programas específicos do Governo Federal, que libera recursos para os municípios desenvolverem ações específicas, a exemplo do Programa PELC. Ser parceiro neste programa do governo federal oferece chances reais se de ter acesso a recursos financeiros.

Ao final desta pesquisa, sugere-se:

- Aos gestores, que busquem conhecer experiências exitosas em outros estados da federação, a fim de viabilizar políticas públicas alternativas para atender as várias demandas das localidades. Parcerias com o poder privado, organizações não governamentais e outros grupos populares organizados, tais como associações de moradores tem demonstrado ser um excelente ponto de partida. Tais ações podem contribuir para iniciar um processo de descentralização e democratização da gestão.
- Novos estudos que procurem conhecer as diretrizes e prioridades constantes nos planos municipais voltadas ao desporto, lazer e esporte recreativo. Saber se estes setores de serviço público se constituem objeto de políticas públicas com financiamento próprio e suficiente.
- Que seja criada uma estruturação esportiva estadual, cujos programas e projetos esportivos dialoguem e funcionem de maneira

local, mas de modo integrado com diretrizes propostas e coordenadas por órgãos governamentais de nível federal, estadual e municipal, de modo a efetivar o esporte e o lazer como direitos sociais, conforme determina a constituição brasileira.

Referências

ARAUJO, S. M.; DOMINICI, K. R. L.; CARDOSO, G. M. Os ordenamentos legais do município de São Luís-MA: o esporte e o lazer em foco. In: ARAÚJO, S.M.; VIANA, R.N.A.(orgs) **Esporte e Lazer na Cidade de São Luís do Maranhão**: elementos para construção de uma política pública. São Luís: EDUFMA, 2008. p.5-11. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/127922/livro%20ESPORTE%20E%20LAZER%20NA%20CIDADE%20DE%20SAO%20LUIS-MA,%20UFMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. Documento Final. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE, 1, 2004, Brasília. Anais… **Documento Final**. Brasília: Ministério do Esporte, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes_1_conferencia_esporte.pdf >. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Política Nacional do Esporte. Texto V. ***Resolução nº 05 do Conselho Nacional do Esporte***. Aprovada em 14 de junho de 2005. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/textoVPoliticaNacionalEsporte180106.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE**, 2, 2006, Brasília. **Anais**… Brasília: Ministério do Esporte, 2006. Disponível em: <www2.esporte.gov.br/conferencianacional/.../textoVPoliticaNacionalEsporte180106>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER**, 2, 2006, Brasília. **Anais**… Brasília: Ministério do Esporte, 2006. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/documentoFinal.jsp>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; SALDANHA FILHO, M. F. Repensar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer: o caso de Santa Maria/RS. **Motrivivência**, ano XVIII, n. 27, p.179-192, dez./2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2271/3860>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CASTELLANI FILHO, L.O. **Gestão pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. Campinas/SP: Autores Associados, 2007. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/gestao-publica-e-politica-de-lazer.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

COSTA, J. P. C. G. **O esporte de representação em Campinas**: o papel dos clubes esportivos. 2003. Graduação (Curso de Bacharelado em Educação Física) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/CostaJoaoPauloCastilhoGon%C3%A7alves_TCC%20(1).pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** São Paulo: Sesc, 1980. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/2939/2143>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GOMES, C. M. **Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil**: breve trajetória histórica.[s.l.: s.ed.], 2004. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-_breve_trajetoria_historica_12.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GOMES, M. A. F. **Estratégia de desenvolvimento do associativismo desportivo: uma proposta para a quantificação do índice de satisfação dos praticantes.** 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência do Desporto), Universidade do Porto, PORTO, 2001. Disponível em: < file:///C:/Users/UNIR/Downloads/4124_TM_01_P.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GOMES, C.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L**. Lazer, turismo e inclusão social**: intervenção com idosos. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/lazerTurismoInclusaoSocial.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Lei Complementar n. 775**, de 02 de Junho de 2014. Porto Velho/ Rondônia, 2014. Disponível em: <ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/LC775.docx>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Diário oficial. nº 2739**. 2015. Disponível em: <http://gcftaskforce-database.org/assets/downloads/managed/brazil/rondonia/rondonia_complementary_law_827.pdf> . Acesso em: 18 dez. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Casa Civil. **Lei n. 4.454**, de 7 de Janeiro de 2019. Plano Plurianual para o período de 2016-2019. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L4454.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Plano estratégico do Governo do Estado de Rondônia 2010/2016**. Porto Velho, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/Plano-Estrategico-2016-2020%20(1).pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Regimento CONEDEL**. 2016. Disponível em: <http://conedel.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/REGIMENTO%20INTERNO%202015.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

GUALBERTTO, C.; TOLEDO, L.; LÔMEU, L. M. Processo de qualificação do animador cultural do Programa Esporte Lazer da Cidade/PELC. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 20, 2008, São Paulo. **Anais… São Paulo:** Enarel, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A7EGTC/disserta__o_mestrado_cg___vers_o_biblioteca_ufmg__1_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil:** Rondônia. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>. Acesso em: 20 dez. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil Chanel**: Rondônia. RO. Dados Gerais. 2018. Disponível em:< https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de Lazer. In: MARCELLINO, N.C. (Org.). **Lazer e Cultura**. Campinas: Alínea, 2007. p.31-46. Disponível em: <editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/download/5249/5122>. Acesso em: 18 ago. 2018.

KHALIFA, M. P. **Monitoramento e avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS) do Ministério do Esporte**. 2016. Graduação (Conclusão de Curso em Gestão Pública) Universidade Federal de Minas Geais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/gestaopublica/wp-content/uploads/2018/10/MEHREZ-PALUMBO-KHALIFA.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 2.ed. Campinas/ SP: Autores Associados, 1996. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/nelson-carvalho-marcellino/estudos-do-lazer-uma-introducao/1063895825>. Acesso em: 9 jul. 2018

MARCELLINO, N.C. **Repertório de atividades por fases da vida**. Campinas: Papirus, 2006.

MARCELLINO, N.C. Políticas de lazer: Mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: (Org.). _____. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008. p.35-52.

MENDES, A.D.; AZEVÊDO, P.H. Políticas públicas de esporte e lazer e políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v.32, n.1, p.127-142, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v32n1/v32n1a09.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

MORAIS, A. F. S. de A. **Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no convênio de Recife.** 2017. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL/UFMG), 2017. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Tese%20Final%20digital%20-%20Aniele%20Fernanda%20Silva%20de%20Assis%20Morais.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

PEREIRA, R. Grandes obras deixam como herança progresso e caos. Altamira, no Pará, e Porto Velho, em Rondônia, se transformam com a construção de usinas hidrelétricas. **Jornal O Estadão**, São Paulo, 14 junho 2014**.** Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,grandes-obras-deixam-como-heranca-progresso-e-caos,1512050>. Acesso em: 05 jan. 2019.

PINTOS. A. E. S. **Análise da experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas do programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC**). 2017. Graduação (Especialização em Educação Física) Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física Programa de Pós-graduação Stricto-Sensu em Educação Física. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/727/2017_AnaElenaradaSilva-Pintos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 abr. 2019.

RIBEIRO, S. P. Participação popular na gestão pública: quais as armadilhas e quais os caminhos? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís, 2007. CD-ROM. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/35ce2ac5b8c22444ee46Sambara.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ROGERS, A.P**. Ranking ABES da Universalização do Saneamento 2018 mostra um país de extremos**: enquanto apenas 80 municípios do Brasil estão classificados com pontuação máxima, outros 1.613 sofrem com falta de saneamento. S.l.: *ABES*. 2018. Disponível em:< http://abes-dn.org.br/?p=18603>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RONDONIAAGORA. **Saiba tudo sobre os 52 municípios de Rondônia**. Porto Velho: s.ed, 2008. Disponível em:< https://www.rondoniagora.com/cidades/saiba-tudo-sobre-os--52-municipios-de-rondonia>. Acesso: 25 nov. 2019.

SCANSETTE FERNANDES, C. A.; BEZERRA, S. R. Financiamento de políticas de esporte e lazer em São Luís-MA: o oficial, o dito e o observável. In: ARAÚJO, S.M.; VIANA, R.N.A (orgs). **Esporte e Lazer na Cidade de São Luís do Maranhão:** elementos para construção de uma política pública. São Luís: EDUFMA, 2008. p. 57-92. Disponível em: <http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/269/livro%20ESPORTE%20E%20LAZER%20NA%20CIDADE%20DE%20SAO%20LUIS-MA%2C%20UFMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 fev. 2019.

SOUZA, E.S. et al. **Sistema de monitoramento e avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. Disponível em: < http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/sistemaMonitoramentoAvaliacaoProgramasEsporte.pdf>. 2018. Acesso em: 20 dez. 2018.

VIEIRA, A. P; SILVA, M. M. S; ARAÚJO, S. M. **Recursos humanos para o sistema nacional de esporte e lazer: município de Cajari-MA**. In: CONGRESSO CBCE, s/NUMERO, s/ ANO, s/LOCAL. Anais… s/LOCAL: s/EDITORA, s/ANO. sem numeração de páginas. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conece/3conece/paper/viewFile/2428/955>. Acesso em: 19 jan. 2019.

VIEIRA, L. H. S. **Estudos sobre a gestão do programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Ideal, 2011. Disponível em: <http://vitormarinho.ufsc.br/jspui/bitstream/123456789/418/1/ESPORTE-E-LAZER-NA-CIDADE.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

WERNECK, C.L.G.; ISAYAMA, H.F. Lazer, Cultura, indústria cultural e consumo. In: **Lazer e Mercado.** (Orgs.). WERNECK, C.L.G; STOPPA, E.A; ISAYAMA, H.F. p. 21-68. Campinas: Papirus, 2001.

ZINGONI, P. Marco lógico: uma metodologia de elaboração, gestão e avaliação de projeto social de lazer. In: PINTO, L. M. de M.; MARCELLINO, N. C.; ZINGONI, P. (Org.). Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação. São Paulo: Editora Papirus, 2007. p. 13-18.

ZIPEROVICH, P.C. **Espaços e Equipamentos Recreativos.** Recife: Editora Instituto Tempo Livre, 2007.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE RONDÔNIA

Ramón Núñez Cárdenas
Ivete Aquino Freire
André Luiz Nascentes Coelho
Joeser Álvares da Silva Júnior
Yesica Nunez Pumariega
Catalina Dominga Pumariega Torres

Introdução

A temática do lazer tem se tornado presente em diversas discussões e se amplia dentro das distintas áreas de conhecimento com os mais variados enfoques. Um destes delimita-se aos espaços públicos destinados às vivências de esporte e lazer. A atenção dada a estes locais/equipamentos públicos está vinculada a uma política pública para o setor (nas distintas esferas do poder), cabendo aos órgãos públicos a busca de soluções para realizar transformações e as adaptações necessárias, de modo que as metas e os objetivos propostos no âmbito do esporte e lazer sejam alcançados.

Segundo Jesus (1999), espaços públicos de lazer esportivo são aqueles locais que possibilitam a execução de modalidades esportivas de forma prioritária, cujo acesso se dê de maneira livre. Magnani (2015) apresenta uma definição mais abrangente: os espaços esportivos de lazer e educação referem-se às instalações e equipamentos urbanos destinados à prática de atividades físicas e/ou esportivas de caráter espontâneo e livre, presentes em áreas públicas. Dessas visões, é possível deduzir que espaços públicos de lazer são ambientes de acesso livre à população com algum tipo de infraestrutura voltada ao lazer, educação ou participação. Para as práticas físico-motoras, como o lazer esportivo, por exemplo, estes espaços carecem de infraestrutura físico-técnica específica, além de outras gerais relativas ao conforto, segurança e acessibilidade.

Considerando os conceitos apresentados, as instalações e os equipamentos públicos de esporte e lazer dependem de programas, projetos, ações e atividades vinculadas às políticas públicas para o setor, sejam estas de abrangência nacional, estadual, regional ou municipal. Apesar de a abrangência do seu planejamento variar entre os mecanismos macroestruturais e microestruturais, suas condições quantitativas e qualitativas só podem ser compreendidas e avaliadas a partir do funcionamento das microestruturas. Ou seja, é no município, comunidade e bairro que se efetiva diretamente as políticas públicas voltadas aos espaços públicos de lazer esportivo.

Reiterando o que já foi dito nos capítulos anteriores, em nível nacional, desde 2003, o Governo Federal conta com o Programa Esporte e Lazer da Cidade/PELC que, na sua essência, visa (Ministério da Cidadania 2019, s/p.):

> [...] além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam todas as faixas etárias, incluindo as com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

O programa se viabiliza nos municípios a partir de parceria entre o Governo Federal e Estados, Municípios e/ou Entidades da Iniciativa Privada. De acordo com o Ministério da Cidadania (2019, s/p.), se desenvolve

> [...] a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer, sejam eles localizados em regiões urbanas ou rurais, em comunidades e povos tradicionais ou povos indígenas. [...]. As praças, as quadras, os salões paroquiais, os ginásios esportivos, os campos de futebol e os clubes sociais são exemplos de espaços destinados aos núcleos. Nesses, as atividades de lazer, de esporte, culturais, artísticas e intelectuais acontecem baseadas no princípio da gestão participativa e democrática.

Dentre os demais objetivos do PELC, um deles chama a atenção para o contexto temático que se aborda aqui neste capítulo: promover a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer

e esporte recreativo (Ministério da Cidadania, 2019, s/p.). Segundo Soares e Guadanini (2018) esta promoção consiste na disponibilização de equipamentos públicos para a prática de lazer e esporte recreativo. Não foram localizadas publicações que oferecessem detalhes de como se dá o processo de disponibilização de tais equipamentos.

A importância da destinação destes espaços, por parte do poder público nas áreas urbanas reside nos benefícios culturais, sociais e para a saúde que são potencializados com a oferta de tais ambientes. Distintos pesquisadores se dedicaram a abordar os inúmeros benefícios que os espaços públicos de esporte e lazer proporcionam aos usuários. Estes ambientes incentivam simultaneamente atividades de promoção da saúde e práticas sociais. Oportunizam, por um lado, momentos de lazer e prática de atividades físicas que favorecem a adesão a um estilo de vida saudável e melhoria da qualidade de vida; e, por outro, favorecem experiências socializadoras (Fermino, Reis e Cassou, 2012; Araújo, Cândido e Leite, 2009; Kaczynski e Henderson, 2007; Mccormack et al., 2010; Silva et al., 2008; Cohen et al., 2007; Godbey et al., 2005; Weiss et al., 2011). Enfim, a disponibilização desses espaços pode incentivar um conjunto de vivências que engloba práticas de exercícios físicos, atividades culturais diversas, repouso, divertimento, contemplação e formação, entre outras finalidades, contribuindo para o bem-estar e desenvolvimento humano dos usuários.

Devido à importância social, cultural e de saúde destes ambientes, estudos nacionais e estrangeiros têm se dedicado a avaliar o funcionamento, manutenção e opções de ofertas nos espaços públicos de lazer. Estas, entre outras variáveis, exercem influência tanto na satisfação dos usuários, como também na frequência e participação nas atividades realizadas nestes ambientes (Silva et al., 2012; Mccormack et al., 2010; Kaczynski; Henderson, 2007).

A literatura atual é unânime em indicar que a estrutura física e os equipamentos apresentam relação direta com a frequência dos usuários e, por sua vez, funcionam como indicador da qualidade dos espaços de esporte e lazer (Collet et al., 2008; Gehl, 2013; Reis, 2001; Costa Da Silva et al., 2013).

Considerando o exposto, este capítulo apresenta o resultado de um estudo que teve como objetivo principal identificar as características quantitativas e qualitativas dos espaços públicos de esporte e lazer do estado de Rondônia. Foram definidos os seguintes objetivos específicos de pesquisa: a) levantar a localização dos espaços públicos; b) conhecer aspectos relativos às condições de infraestrutura; c) analisar os equipamentos disponíveis; e d) qualificar o uso dos espaços públicos de esporte e lazer do município de Porto Velho.

Percurso metodológico para o estudo dos espaços públicos de esporte e lazer do estado de Rondônia

Para concretizar o estudo sobre os espaços públicos de esporte e lazer, realizou-se uma pesquisa de campo descritiva com abordagem qualitativa. Para a pesquisa, foram identificados todos os espaços públicos de esporte e lazer da cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia, conforme documentos cedidos pelas secretarias municipal e estadual de esporte e lazer.

As imagens fotográficas como instrumentos de pesquisa

Para a coleta dos dados, foram realizadas visitas *in loco* nas áreas de esporte e lazer. Os registros das informações foram conseguidos através de imagens fotográficas e diários de campo. Foi coletado um total de 218 imagens fotográficas dos 46 espaços de esporte e de lazer da cidade. Para este trabalho, selecionou-se 168 imagens, utilizando como critério de escolha a concordância verificada entre o/s conteúdo/s do registro imagético e os atributos, categorias e variáveis estudadas. Estas últimas, por sua vez, encontram respaldo na literatura consultada.

O Diário de Campo foi utilizado para registrar as informações fornecidas pelos gestores estadual e municipal dos espaços de esporte e lazer, e anotar as observações relativas à qualidade dos espaços, bem como as impressões pessoais do pesquisador. A fim de facilitar a identificação de cada espaço, nos registros do Diário de Campo, anotaram-se as datas em que os locais foram visitados, o nome, o bairro e a zona de localização da área de esporte e lazer.

Neste trabalho, assume-se o que foi dito por Oliveira e Tambara (2018) e Barthes (1984): a fotografia é permeada por uma teia de construções ideológicas, que vão desde as opções de imagens captadas pelo fotógrafo no enquadramento do evento, até as questões técnicas e de equipamento. Também se considerou o que foi citado por Borges (2008): A fotografia é uma interpretação da realidade, uma forma de ver/olhar a realidade a partir de referenciais subjetivos ligados à cultura e história do sujeito que a produziu. Assim, considera-se importante destacar que o pesquisador que realizou os registros imagéticos não é um profissional de fotografia. Portanto, a leitura feita para a realização das imagens não teve a legibilidade de um profissional da área. Por outro lado, as imagens captadas e utilizadas no estudo não sofreram qualquer deformação técnica.

Categorias quantitativas e qualitativas para estudo dos espaços de lazer esportivo a partir de imagens fotográficas

Para analisar as imagens fotográficas dos espaços de lazer esportivo, inicialmente todo o material coletado foi organizado considerando as especificidades de cada ambiente. Os espaços foram organizados por "tipo" (Centro de Esporte, Campo, Quadra e Praça), conforme nomenclatura oficial. A fim de orientar a análise metodológica dos registros, para a leitura das imagens adotou-se a iconografia. Segundo Oliveira e Tambara (2018), este tipo de análise inventaria e classifica o conteúdo do artefato. Para tanto, adotou-se uma leitura literal, descritiva e interpretativa. As anotações dos diários de campo foram fundamentais para subsidiar esta tarefa.

Em observação às imagens e anotações de Diário de Campo, constatou-se que emergiam conteúdos que encontravam ressonância com a literatura atual sobre avaliação de espaços públicos de lazer, a exemplo dos trabalhos de Alvarez (2004); De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004); Cruz, Barbosa e Carvalho (2005); Fernandes (2012). Entretanto, considerando a especificidade da pesquisa, a limitação das informações imagéticas e a realidade encontrada nos espaços de lazer investigados, não foi possível considerar nenhuma metodologia de avaliação destes ambientes de lazer na sua totalidade. Atributos de conforto e higiene,

mencionados na literatura, tais como banheiros, vestiários, telefone e bebedouros, não existem em nenhum dos espaços de lazer de Porto Velho. Por este motivo, estas categorias foram descartadas. Por outro lado, consideraram-se outros atributos constantes nas publicações, possíveis de serem avaliados na perspectiva dos objetivos do estudo.

Desse modo, a leitura dos Registros Imagéticos e do Diário de Campo, subsidiada pela literatura atual sobre o tema conduziram o estudo a três atributos principais de análise: Equipamento, Ambiente e Pavimentação. Seguindo a mesma lógica anteriormente mencionada, e a partir destes atributos definidores de traços de qualidade da infraestrutura dos espaços públicos de lazer da cidade de Porto Velho, foram identificadas categorias de análise e suas respectivas variáveis, conforme especificado no Quadro 1.

Quadro 1 – Atributos, Categorias e Variáveis para análise da infraestrutura física e técnica dos espaços de lazer de Porto Velho.

INFRAESTRUTURA FÍSICA E TÉCNICA		
Atributos	**Categorias**	**Variáveis**
Equipamentos	Quantidade	
	Qualidade	Diversidade
		Acessibilidade
		Conservação
Ambiente	Segurança	Posto policial
		Condição de Higiene
		Luminárias
	Conforto	Estética/aparência
		Elementos Naturais
		Limpeza
		Acessibilidade
	Hospitalidade	Cobertura/sombreamento
Pavimentação	Tipo	

Fonte: Dos Autores.

O Quadro 1 anuncia os Atributos, Categorias e Variáveis que formam o que se denominou neste estudo de "*Conjunto de Análise*". Conforme será visto, tais conjuntos não adotam conceitos estanques, pois seus significados por vezes se entrecruzam e complementam-se uns aos outros. Por esse motivo, a organização apresentada nos Quadros 1 e 2 atendem mais a critérios didático-metodológicos do que a uma delimitação, no sentido estrito da palavra.

O atributo Equipamento consta de duas categorias de análise, a saber: Quantidade e Qualidade. A primeira refere-se ao quantitativo de equipamentos disponíveis no local; a segunda (Qualidade) corresponde às variáveis Diversidade, Acessibilidade e Conservação; e, finalmente, o segundo e o terceiro atributos são, respectivamente, Ambiente e Pavimentação. Destaca-se que embora as categorias Quantidade e Qualidade estejam inseridas diretamente no atributo Equipamento, estes conceitos foram apreciados na análise dos demais itens considerando que estes permeiam todas as variáveis estudadas.

Quadro 2 – Especificação de Atributos, Categorias e Variáveis de análise da infraestrutura física e técnica dos espaços de lazer.

Conjunto de Análise	**Especificação**
Equipamento/ Qualidade/ Acessibilidade	Refere-se à possibilidade de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações e equipamentos. Neste item, foi analisada a presença/ausência de barreiras arquitetônicas. Chama-se barreira arquitetônica qualquer elemento natural, instalado ou edificado, que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço ou equipamento (Associação Brasileira de Normas e Técnicas/ABNT). Também se refere ao atendimento aos princípios da ergonomia.
Equipamento/ Qualidade/Conservação	Envolve avaliação do estado geral de conservação dos equipamentos, bem como de manutenção com vistas a retardar o desgaste natural e mantê-los num nível ótimo de utilização. São elementos considerados importantes para a conservação a pintura e o reparo nas avarias.
Equipamento/ Qualidade/Diversidade	Compreende a variedade tipológica de equipamentos disponíveis no ambiente.

Conjunto de Análise	Especificação
Ambiente/Segurança	Corresponde à presença/ausência de posto policial e iluminação. Neste item, inserem-se também as condições de conservação e higiene das áreas e dos equipamentos.
Ambiente/Conforto	Diz respeito à condição de bem-estar e acolhimento proporcionado pelo ambiente em contato imediato. Para Bestetti (2014), conforto relaciona-se com acolhimento, e a ideia de estar acolhido enfatiza o elemento protetor do conforto. Envolve a Configuração formal do espaço, sua organização ou a estética/aparência. Inseriu-se na subcategoria conforto a presença/ausência de elementos naturais e acessibilidade aos diversos ambientes existentes.
Ambiente/ Hospitalidade	Refere-se ao acolhimento e ao conforto dos usuários, proporcionados pela qualidade do lugar. Para tanto, consideram-se os serviços e estruturas que garantam este objetivo. Enfatiza-se a presença/ausência de área coberta ou de sombreamento natural que sirva de proteção às intempéries.
Pavimentação	Diz respeito ao tipo de revestimento feito no solo. Analisaram -se a qualidade do chão ou piso existente nas distintas áreas (quadras/campos/canchas e pistas/trilhas) e o tipo de calçamento.

Fonte: Dos Autores.

Mesmo considerando os cuidados metodológicos da pesquisa descritos anteriormente, sabem-se a partir de Barthes (1984) que uma única imagem pode conter diversas informações sobre uma determinada situação. Ao mesmo tempo, a realidade presente nas imagens enseja inúmeras leituras, resultados de elaboração cultural, estética e técnica do leitor; além do contexto social, político e econômico e cultural. Por este motivo, conforme afirmam Panofsky (1995, 2009); Lopez (2000); e Assumpção, Lopez e Lemos (2016), a descrição de qualquer que seja o registro imagético poderá depender de quem o fará.

A cidade de Porto Velho: Contexto social, político e econômico do local de realização da pesquisa

O estado de Rondônia está organizado geograficamente em dez regiões, situando Porto Velho e seus distritos na Região I, que é a maior em

área, com 4.486.573,23 ha, correspondendo a 18,94% do território (IBGE, 2015). Rondônia faz limites com os estados do Mato Grosso a Leste, Amazonas ao Norte, Acre a Oeste e com a República Plurinacional da Bolívia a Oeste e Sul. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Estadual de Rondônia, a localidade está entre os estados mais novos da federação, tendo sua origem a partir da década de 1950 (PDES Rondônia, 2015).

A história de Rondônia é caracterizada por três grandes ciclos de crescimento que marcaram e economia da região. Destacam-se os ciclos da borracha, do garimpo e, por último, o da construção das Usinas Hidrelétricas/ UHEs de Santo Antônio e Jirau. As usinas são consideradas fundamentais para o suprimento de energia elétrica no Brasil. Santo Antônio e Jirau são, respectivamente, a quarta e a terceira maiores hidrelétricas em operação no Brasil e classificam-se entre as maiores do mundo (Buscariollo, 2016).

Igualmente aos demais ciclos, as obras destes dois empreendimentos causaram um fluxo migratório extraordinário para a localidade, atendendo as necessidades de mão-de-obra direta para as UHEs e indireta (procura por trabalho, renda e lucro). Logo, o município de Porto Velho (RO), que historicamente já contava com deficiências sociais e ambientais sistêmicas, teve os seus problemas agravados em virtude desse processo de migração desordenado.

Só em 2008, quando foi emitida a Licença de Instalação do canteiro de obras da UHEs, constatou-se um aumento populacional de 20,5 mil pessoas. De 2007 a 2010, a população residente em Porto Velho aumentou em quase 60.000 pessoas. E, nos nove anos que duraram a construção, a população não residente de Porto Velho apresentou um crescimento de 38,7%, ampliando este potencial migratório, o crescimento da oferta de oportunidades de negócios e emprego (ALVES e TOMAZ JÚNIOR, 2012).

O fluxo migratório descontrolado resultou em efeitos sociais, econômicos e territoriais negativos para a localidade. Dentre estes, destacam-se o excesso de lotação dos transportes coletivos, aumento significativo da aquisição de meios de transporte, tais como carros e motocicletas, alterações bruscas no trânsito, aumento da violência urbana, aumento dos preços de imóveis devido à especulação imobiliária, entre outros.

Um estudo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental/ABES (Rede Globo, 2018), apontou a cidade de Porto Velho como a de pior índice em termos de saneamento básico. Dentre as variáveis estudadas (abastecimento de água, coleta de esgoto, tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e destinação adequada aos resíduos sólidos), chamam a atenção as notas ínfimas obtidas em tratamento de esgoto e destinação adequada aos resíduos sólidos. Em 2019, a capital do estado de Rondônia continua sendo o pior município do país em termos de saneamento básico. Recente pesquisa do Instituto Trata Brasil (Rondoniaovivo, 2019) aponta que menos de 3% da população do estado de Rondônia têm acesso ao atendimento da rede de esgoto, somente 31% de seus moradores têm acesso à água tratada, a coleta de esgoto só atinge 2% da população e a relação entre tratamento de esgoto e água consumida tem percentual zero.

No âmbito da educação, constatam-se também algumas deficiências. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.7. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava a cidade de Porto Velho na posição 39 de 52. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 37 de 52. No que tange ao ensino básico, a taxa de escolarização de pessoas entre 6 e 14 anos de idade, em 2010, era de 94,5%, abaixo da média nacional (IBGE, 2015).

Por outro lado, esta taxa de escolarização não significa que a frequência à escola ocorra de modo sistemático. A falta de transporte escolar tem levado mais de 2.500 alunos de aproximadamente 60 escolas localizadas nos distritos de Porto Velho a se ausentarem da sala de aula (Rede Globo, 2018). Outras dificuldades apontadas referem-se ao período de estiagem, que atrapalha a trafegabilidade de barco no Rio Madeira, para transportar os escolares das comunidades ribeirinhas. No período de inverno, as chuvas constantes deixam as estradas de chão com atoleiros que causam transtorno para as comunidades residentes na zona rural. Frente a estas e outras dificuldades, no final do primeiro semestre de 2018, algumas escolas sequer haviam concluído o ano letivo de 2017 (Rede Globo, 2018). Em meados de

2019, cerca de mil alunos da rede municipal de Porto Velho que são ribeirinhos ou vivem na zona rural estavam há oito meses sem ir às aulas por falta de ônibus ou barco (Gazetaonline, 2019).

No que tange à Segurança, Porto Velho tem se destacado negativamente no cenário nacional. De 2008 a 2010, o número de estupros em Rondônia cresceu 76,5%. A quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% no período e o número de homicídios dolosos aumentou 44% (Ruiz, 2014). Desde 2017, Rondônia é a unidade da federação brasileira em que mais a violência e a letalidade dos conflitos agrários e territoriais se fazem presentes (Silva e Dandolini, 2018). Este dado se reafirmou em 2019 com o estudo do ano anterior, registrando-se na localidade seis homicídios em decorrência de conflitos no campo, situando Rondônia como 2º colocado em número de conflitos agrários da Região Norte.

Rondônia sofre também com a grilagem de terras públicas para a criação de gado. Em dezembro de 2017, a capital de Rondônia esteve em segundo lugar no ranking dos municípios "desmatadores". Mais de 20 mil hectares foram derrubados, segundo monitoramento do INPE. Por outro lado, o PDES Rondônia (2015) destacava a importância de se explorar o expressivo potencial madeireiro do Estado, rico em espécies comerciais, como uma das principais atividades econômicas do Estado e fonte de geração de emprego e renda.

Após o "*boom*" das construções das usinas, novas expectativas otimistas são amplamente divulgadas. Uma delas, segundo o Sebrae (2015) refere-se ao potencial agropecuário de Rondônia, que vem crescendo de forma constante desde 2011 e fechou o ano de 2016 com um aumento de 4,7% no PIB. De acordo com a instituição, as perspectivas para os próximos anos são ainda mais animadoras, o que tem atraído empresários dos mais variados segmentos, desde produtores rurais até indústrias processadoras, passando por fornecedores de insumos, logística e serviços executivos altamente qualificados.

Outro ponto de destaque para esse otimismo é a localização privilegiada do estado, que tem acesso para os países andinos e aos portos do

oceano pacífico. Nas duas últimas décadas, escuta-se o discurso de empresários de que Rondônia, pela sua localização geográfica, será um entreposto para a prestação de serviços de logística na rota para o Oceano Pacífico. De acordo com o PDES Rondônia (2015), a rodovia BR-364 que liga Rondônia, Acre e Peru, será o primeiro eixo multimodal Atlântico-Pacífico, tornando-se um facilitador para a exportação da produção principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste, via Oceano Pacífico.

Mencionam Rocha e Brito (2013) que o maior desafio dos gestores de Porto Velho é elaborar um Plano de Desenvolvimento Regional com a finalidade de administrar os impactos trazidos juntamente com a construção das Usinas do Rio Madeira, para que tais aspectos, trabalhados de forma eficiente, possam contribuir com o progresso econômico e social do Estado.

Resultados do estudo sobre espaços de lazer esportivo na cidade de Porto Velho

A cidade de Porto Velho está geograficamente organizada em 7 (sete) Zonas onde estão distribuídos os Centros Esportivos de Lazer/CEDELs, parques e "Campo/Cancha" ou de "Quadra", conforme será observado nas análises que seguem.

Foram identificados 46 espaços públicos de esporte e lazer da cidade de Porto Velho organizados em 5 zonas oficiais (Subdistritos): Zona 1, Zona 2, Zona 3, Zona 4, Zona 5; e em duas zonas denominadas neste estudo como NIs (Não identificadas por número no Banco de Dados do IBGE de 2015): uma localizada na Zona Urbana e outra na Zona Rural da cidade.

O Quadro 3 apresenta a distribuição dos espaços por zonas e a área total dos espaços públicos de lazer da cidade de Porto Velho. Conforme se observa, a Zona 4 possui o maior número de espaços públicos de esporte e lazer. Ao todo, são 14 espaços cobrindo em conjunto uma área total de 132.256 m^2. Na Zona 3, foram identificados 10 espaços de lazer e contempla uma área total de 55.734 m^2.

Quadro 3 – Distribuição dos espaços públicos de esporte e lazer por zona/subdistritos.

SUBDISTRITOS	ESPAÇOS/ QUANTIDADE	ÁREA TOTAL
ZONA 1	5	29.253 m²
ZONA 2	4	33.428 m²
ZONA 3	10	55.734 m²
ZONA 4	14	132.256 m²
ZONA 5	4	15.637 m²
ZONA NI URB.	7	58.211 m²
ZONA NI RUR.	1	3.098 m²
TOTAIS	46	330.715 m²

Fonte: Dos Autores.

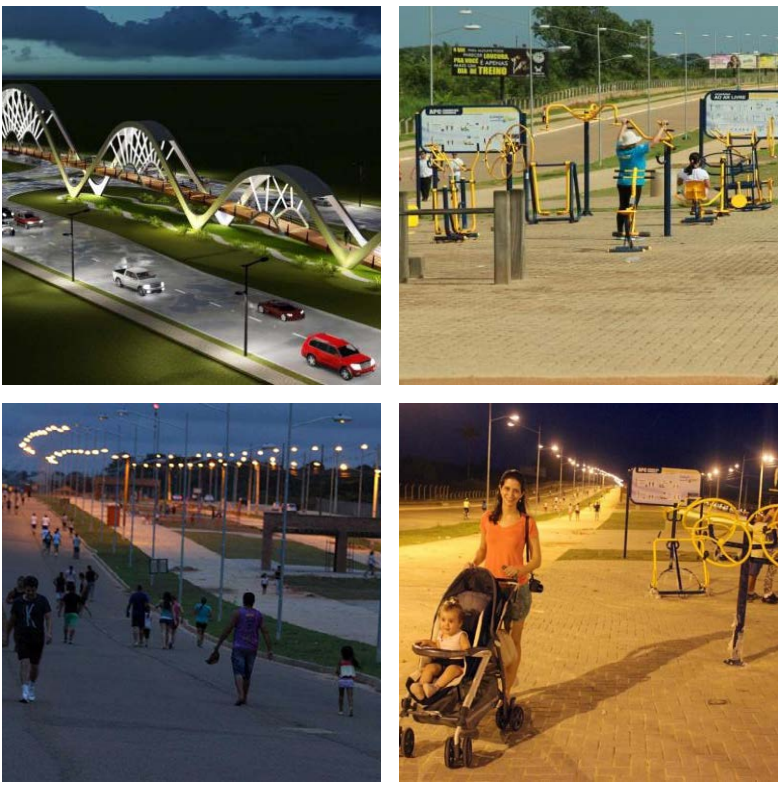
Apresentação e análise dos espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 1

O "Espaço Alternativo" que inicialmente recebeu o nome de "Pista" é uma área que envolve uma pista de uma larga avenida da cidade de Porto Velho. Esta área de lazer fica localizada num extenso canteiro entre uma pista da avenida e a outra; e no seu meio fio (ilustrado na Figura 1). A área da avenida, que conta com cerca de três quilômetros, tem uma de suas pistas fechadas a partir das 17h, todos os dias, para que as pessoas usufruam daquele ambiente. Com o passar dos anos, o espaço passou a ser uma referência não só para caminhadas, mas de momentos de lazer, eventos culturais e campanhas diversas.

Em 2018 o governo do estado de Rondônia finalizou as obras no referido espaço, tendo como resultado, além do calçamento, a construção, ao longo da avenida, entre as duas pistas (canteiro), uma estrutura artística em forma de ponte, de 185 metros de extensão; a instalação de equipamentos de ginástica, de *playgrounds* cobertos, com balanços, escorregadores e escaladas; e pequenas áreas de sombreamento com bancos em madeira.

O ambiente está frequentemente limpo, em perfeitas condições de higiene e segurança; dispõe de lixeiras e conta com iluminação dinâmica, que muda de cor de acordo com a época do ano. O ambiente não dispõe de banheiros ou sanitários; tampouco conta com sombreamento natural, e as áreas cobertas construídas são poucas e pequenas. O entorno expõe bares e lanchonetes, bastante frequentados pela população. O pavimento do piso varia entre calçamento, asfalto e gramado, com passagens de um para o outro, acessível a todas as pessoas. O ambiente apresenta-se seguro, mas exige atenção, principalmente com relação às crianças, já que a área de lazer se encontra próxima à única pista da avenida que acolhe o tráfego nas duas mãos. Permanece a tradição de, nos finais de tarde, ser interditado um dos sentidos da avenida para garantir o uso com segurança, de todo o espaço pela população.

Figura 1 – Espaço Alternativo



43 E

O Parque da cidade é uma área que dispõe de anfiteatro, pista para caminhada, espaço para vôlei de areia e equipamentos para exercícios físicos (ilustrado na Figura 2). Tem um amplo lago no centro e conta com muita área verde, resultando em grandes zonas sombreadas naturalmente. Tem estacionamento e toaletes, mas estes últimos estão vinculados ao anfiteatro, que não está disponível em todos os horários de abertura do parque.

O espaço conta com iluminação em alguns pontos, lixeiras e bancos distribuídos por toda a área. O tipo de material do piso varia entre terra, calçamento e gramado, tudo em perfeito estado de conservação; entretanto, as barreiras observadas, prejudica a acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção. Durante o dia, o ambiente apresenta-se seguro, mas sujeito a insegurança à noite devido à pouca ou nenhuma iluminação em algumas zonas do parque.

Figura 2 – Parque da cidade

O Parque Circuito (ilustrado na Figura 3), a mais antiga área de lazer da cidade de Porto Velho, foi fundado em 1967 numa fracassada plantação de seringueira. Atualmente, conta com uma pista de 1 quilômetro de extensão entre as seringueiras e abriga o memorial que homenageia os trabalhadores que extraiam o látex desta cultura em Rondônia. Além da pista de caminhada/corrida, o espaço dispõe de equipamentos de ginástica, quadra de areia, *playground* e muita área livre com bastante sombreamento natural. Ao longo da pista, estão dispostos equipamentos de madeira para a prática de exercícios físicos. O espaço apresenta iluminação precária e somente na entrada do recinto; alguns brinquedos do parquinho necessitam reparos e a pista de terra batida, bastante desnivelada, favorece o acúmulo de água da chuva. A pavimentação do piso varia entre terra batida, pó de brita, areia e grama, e na passagem de um piso para outro se verifica a presença de barreiras arquitetônicas que inviabilizam a locomoção de pessoas com dificuldades de mobilidade. O espaço conta alguns bancos em concreto, mas em pouca quantidade; dispõe de banheiros, que necessitam reparos e higienização. Devido a precarização na iluminação, é insegura a permanência no ambiente no horário noturno.

Figura 3 – Parque Circuito

45 M

O Cedel AFA, ilustrado na Figura 4, dispõe de cancha de areia para futebol e quadra de futsal. Constata-se precariedade em quase todos os atributos avaliados, à exceção da presença de postes de iluminação e de sombreamento natural em parte do ambiente. Neste Cedel, constatou-se a instalação de um parque de diversões privado localizado ao lado da "cancha". A área tem iluminação pública e dispõe de sombreamento natural. O piso é de terra batida com resquícios de gramado no entorno.

Figura 4 – Imagens do Cedel AFA

03 E

O Cedel Deroche Pequeno Franco demonstrado na Figura 5 dispõe de parque infantil, área de ginástica com aparelhos artesanais para trabalhar hipertrofia muscular, quadra de espiribol, 2 campos de futebol de areia, cancha de terra para prática de futebol, 2 quadras de basquete e pista de caminhada/corrida. Apesar da evidente falta de manutenção da pintura em parte da estrutura física, este espaço conta com equipamentos em quantidade e qualidade satisfatórias. Apresenta iluminação pública, condições de limpeza, manutenção e pavimentação adequadas. Dispõe de áreas com sombreamento natural e bancos de concreto oferecendo condições para acessibilidade, segurança, conforto e hospitalidade.

Figura 5 – Imagens do Cedel Deroche Pequeno Franco

05 E

O Complexo Esportivo de Lazer do Conjunto Santo Antônio, identificado na Figura 6, possui campo de futebol, 3 quadras poliesportivas, pista de caminhada/corrida e parque infantil. Os equipamentos apresentam-se em bom estado de conservação. A pavimentação do piso nos ambientes do entorno das quadras de esporte é de dois tipos: 1) do tipo calçamento (encontra-se totalmente danificado); e 2) de terra batida (com bastante irregularidade). A área côncava no meio do campo de futebol de terra batida provoca o acúmulo de água da chuva. O local apresenta-se limpo, com postes de iluminação elétrica e arborização que garantem o sombreamento em algumas áreas (ilustrado na Figura 6).

Figura 6 – Imagens do Complexo Esportivo de Lazer do Conjunto Santo Antônio

42 M

Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 2

O Cedel Embratel, demonstrado na Figura 7, dispõe de campo de futebol de areia, quadra poliesportiva e *playground*. Constata-se que os parcos equipamentos disponíveis e a grade de proteção e delineamento do espaço acham-se em precárias condições de manutenção e cuidado, oferecendo inclusive perigo de acidente aos usuários. Foram identificados postes de iluminação. A falta de manutenção geral do espaço, tanto no entorno do ambiente como as condições de pavimentação da quadra de esportes, demonstram uma situação de insalubridade. São inexistentes as condições de conforto e hospitalidade no ambiente.

Figura 7 – Imagens do Cedel Embratel

04 E

A Figura 8 ilustra o ambiente e a estrutura disponíveis na "Quadra 4 de Janeiro". A grade de proteção da quadra encontra-se parcialmente destruída, com pedaços de materiais perfuro-cortantes expostos. A trave inclinada é outro indício de insegurança aos usuários. Trata-se de uma quadra esportiva com o piso tipo calçamento, que se encontra com alguns sinais de deterioração. A limpeza e a presença de postes de energia elétrica são os pontos fortes do espaço. Destaca-se negativamente a total falta de sombreamento e de atenção à acessibilidade. Neste último caso, embora a estrutura tenha sido construída praticamente no mesmo nível do entorno, observa-se a presença de pequenas barreiras como a que pode ser constatada no desnível entre a quadra e o calçamento.

Figura 8 – Quadra 4 de Janeiro

10 E

O Campo do "13" está ilustrado na Figura 9. Trata-se de uma "cancha" de areia, com vários obstáculos no seu entorno, como pedaços de tronco de árvore e lixo. No fundo das traves, observam-se cercas avariadas. O campo tem iluminação pública e sombreamento natural. Os únicos bancos disponíveis no recinto são de madeira, construídos de forma improvisada.

Figura 9 – Campo do 13

17 E

A Praça do Contorno, demonstrada na Figura 10, tem quadra de esportes, campo de futebol, *playground*, pista de caminhada/corrida e área com alguns equipamentos para exercícios abdominais. O ambiente é limpo e conta com iluminação pública. O tipo de revestimento do piso da quadra e do espaço para caminhada é calçamento; e do espaço para futebol e parquinho é de terra batida. Alguns brinquedos do parque infantil estão danificados, a exemplo da gangorra, que exibe material perfuro-cortante apresentando perigo aos usuários.

Figura 10 – Praça do Contorno

38 M

Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 3

O Cedel Cohab demonstrado na Figura 11 dispõe de campo de futebol, quadra de futsal, *playground*, espaço para ginástica com equipamentos e 2 quadras de vôlei. Os equipamentos disponíveis se apresentam em razoável quantidade e qualidade. Constatou-se a existência de iluminação pública e sombreamento natural. Mas, devido às precárias condições de manutenção e pavimentação, o espaço não oferece todas as condições para acessibilidade, segurança e conforto. A ausência de manutenção é visualizada através do mato no ambiente e no acúmulo de água em uma área côncava da quadra de areia.

Figura 11 – Imagens do Cedel Cohab.

06 E

O Cedel Areal da Floresta demonstrado na Figura 12 conta com campo de futebol de areia, quadra de futsal, pista de *skate*, área de ginástica com aparelhos, 2 quadras de vôlei de areia e área de *playground*. Quanto ao piso, as quadras, o campo e o espaço de ginástica encontram-se com a areia nivelada. De modo geral, o espaço se encontra limpo e organizado, embora os equipamentos e infraestrutura necessitem de pintura. A maioria dos brinquedos do parquinho encontra-se avariada, inclusive com materiais perfuro-cortantes expostos. O ambiente dispõe de iluminação pública, bancos e várias árvores que proporcionam sombreamento natural.

Figura 12 – Imagens do Cedel Areal Floresta.

07 E

A Figura 13 ilustra o Campo Triângulo do Cohab. O espaço dispõe de campo de futebol com piso bastante desnivelado, intercalando materiais como: areia, terra e grama. As duas traves são os únicos indícios de infraestrutura presente no ambiente; exibem pintura deteriorada expondo a estrutura com ferrugem; e uma delas apresenta-se fora do nível, indicando fragilidade na fixação. Além disso, verificam-se alguns focos de acúmulo de lixo. O espaço conta com iluminação pública e sombreamento natural.

Figura 13 – Campo do Triângulo Cohab.

11 E

A área do Campo Bela Vista, ilustrado na Figura 14, expõe duas "canchas" de futebol, devidamente providas de iluminação pública. O piso é irregular e desnivelado com relação à calçada; e não conta com nenhuma rampa para acessibilidade ou banco para descanso dos usuários. No entorno dos campos, averiguou-se a existência de mato e lixo; e nenhuma área de sombreamento.

Figura 14 – Campo Bela Vista

12 E

O Campo Flor do Cacto, sinalizado na Figura 15, não conta com nenhuma infraestrutura física, com exceção da iluminação pública. O piso de terra irregular em algumas áreas da cancha ocasiona o acúmulo de água das chuvas. Devido às características do piso, a acessibilidade é impossibilitada para pessoas com dificuldade de locomoção, como cadeirantes por exemplo. Dispõe de sombreamento natural, mas não conta com bancos.

Figura 15 – Campo Flor do Cacto

13 E

A Figura 16 ilustra o Campo Guaporé. O ambiente dispõe de um pequeno banco de madeira, artesanal e improvisado. O lixo pode ser observado em todo o entorno da "cancha". O desnível no chão de terra batida aponta a inacessibilidade do local para pessoas com dificuldade de locomoção e favorece o acúmulo de águas da chuva. O entorno da "cancha", além da água empossada, encontra-se com mato e lixo dispostos no ambiente. Não apresenta iluminação pública.

Figura 16 – Campo Guaporé.

14 E

A Figura 17 demonstra o Campo do Abobrão. O espaço conta com uma "cancha" de futebol, parquinho e uma quadra de futsal com piso tipo calçamento. Uma pequena arquibancada deste mesmo material foi construída próximo da quadra. O entorno destas áreas está tomado pelo mato, e o campo, de terra batida, tem bastante água estagnada. Observa-se sombreamento de árvores próximo à área do parque infantil e iluminação pública. Devido a irregularidade do piso, o acesso irrestrito aos ambientes esportivos é prejudicado.

Figura 17 – Campo do Abobrão.

15 E

A Figura 18 ilustra o Campo Areia Branca. Os barrancos que circulam o entorno da "cancha" passam a impressão de que o ambiente se encontra instalado numa grande cratera. As altas e fortes vertentes e mato simultaneamente, impedem a acessibilidade em níveis bastante elevados. Apesar de o espaço não contar com bancos, algumas árvores do entorno oferecem sombreamento, possibilitando algum conforto no que diz respeito à proteção do sol. O espaço não dispõe de energia elétrica ou qualquer infraestrutura, com exceção de 2 traves de futebol, uma delas apresentando-se fora do nível, indicando fixação fora dos padrões de segurança.

Figura 18 – Campo Areia Branca.

16 E

O Campo Bolivão, ilustrado na Figura 19, encontra-se com mato crescendo em todo o entorno, o que dificulta a livre circulação das pessoas. O espaço encontra-se provido de iluminação pública e nenhum outro tipo de infraestrutura, à exceção das traves de futebol. Além do mato, o ambiente encontra-se com lixo em vários pontos.

Figura 19 – Campo Bolivão.

18 E

A Figura 20 ilustra o ambiente e a estrutura disponível na quadra do Conjunto Rio Candeias. Além da quadra de esportes, o ambiente possui pista de caminhada/corrida, quadra de areia e parque infantil. Conta com iluminação elétrica. Os espaços esportivos são de piso tipo calçada e encontram-se protegidos por cercas danificadas em alguns pontos. A área do *playground* é de chão de terra batida, e devido à "secura" do verão amazônico, o ambiente apresenta muita poeira. Brinquedos apresentam-se quebrados e sem condição segura de uso. O espaço oferece acessibilidade precária e nenhum sombreamento. Observam-se dispostos no ambiente bancos de concreto, que podem favorecer algum conforto aos usuários.

Figura 20 – Quadra do Conjunto Rio Candeias.

41 M

Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 4

O Cedel JK, ilustrado na Figura 21, conta com campo de futebol de areia, quadra poliesportiva, pista de *skate*, teatro, sala de informática e área livre de lazer. Os equipamentos disponíveis são satisfatórios tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. A acessibilidade aos distintos ambientes dos espaços e equipamentos também são aceitáveis. O adequado e variado tipo de revestimento do solo também favorece uma boa avaliação do espaço, destacando apenas a ausência de área com sombreamento natural que sirva de proteção às intempéries.

Figura 21 – Imagens do Cedel JK.

02 E

No estudo, foram identificados 05 (cinco) espaços de esporte e lazer denominados "Quadras". A Figura 22 ilustra a Quadra Aponiã. A presença da trave de madeira indica a prática de futsal naquele ambiente. O piso é do tipo calçamento e acusa algumas avarias que resultam em irregularidades na pavimentação. A quadra apresenta-se parcialmente delimitada por uma grade de proteção, que se encontra danificada ou ausente em determinados pontos. O espaço conta com poste de iluminação elétrica. A ausência de rampas, a sujeira no entorno da quadra e falta de sombreamento apontam para deficiências na acessibilidade ao ambiente além de insegurança e desconforto.

Figura 22 – Imagens da Quadra Aponiã.

09 E

Na Figura 23, é possível visualizar o Campo das Meninas. Trata-se de um ambiente que acompanha as mesmas condições das "canchas" mais precárias apresentadas anteriormente. O piso de terra batida é irregular e o entorno acompanha a mesma situação descrita em outros pontos deste trabalho. A irregularidade do piso entre a "cancha" propriamente dita e o entorno chama a atenção para a possibilidade de acidentes com os usuários durante a prática esportiva. O mato crescido em partes do entorno em especial, no fundo de uma das traves, também é favorável à ocorrência de acidentes de diversas naturezas. O ambiente não tem iluminação pública e nem área de sombreamento.

Figura 23 – Campo das Meninas.

21 E

O Campo da Pedra, demonstrado na Figura 24, destaca-se em relação aos demais pelo elevado estado de crescimento do mato em seu entorno, além de lixo acumulado. A cancha é de terra batida, não dispõe de energia elétrica pública e nem de área de sombreamento ou bancos.

Figura 24 – Campo da Pedra

22 E

Na Figura 25, é possível visualizar o Campo do Esperança da Comunidade. Além da "cancha", o ambiente tem uma pista de caminhada/corrida ao redor do campo. Ambos têm piso de terra batida. Em alguns pontos, a irregularidade do chão é côncava o suficiente para acumular água da chuva. O ambiente tem iluminação pública, mas não exibe área de sombreamento. Observa-se a instalação improvisada de um banco de madeira, fabricado artesanalmente.

Figura 25 – Campo do "Esperança da Comunidade".

23 E

No Campo da Rua Veleiro, demonstrado na Figura 26, o piso também é de terra batida e o terreno apresenta irregularidades, especialmente na lateral que faz divisa com a rua, resultando em proximidade das áreas: cancha/avenida. Um dos fundos do campo tem outra via pública, mas desta vez observa-se a instalação de uma "mureta" e cerca de proteção. Entretanto, ambos apresentam muitas avarias. As pontas perfuro-cortantes expostas da cerca advertem o risco de acidentes com os usuários. No entorno da "cancha" são visualizadas diversas barreiras (pedras, tijolos, lixo, mato e outros) que dificultam a plena acessibilidade e oferecem perigo aos frequentadores. Parte da trave apresenta sinais de ferrugem, além de se encontrar fora do nível, revelando fragilidade na fixação, que podem causar acidentes ao contato físico das pessoas. O espaço não dispõe de iluminação pública e nem de sombreamento.

Figura 26 – Campo da Rua Veleiro.

25 E

O Campo Santa Elvira (Figura 27), além da "cancha" de futebol, dispõe de quadra de areia, pista de caminhada/corrida e área de ginástica com alguns implementos. O desnível do terreno da "cancha", quadra de areia e pista, favorece o acúmulo de água da chuva em determinados pontos. Esta situação acompanha todo o espaço, o que dificulta a acessibilidade aos frequentadores. A falta de limpeza, especialmente do mato, nas diversas áreas, é também um fator de inacessibilidade. Constatou-se a presença de bancos de cimento, postes de iluminação, mas ausência de sombreamento. Chama a atenção a instalação do poste de energia elétrica nas proximidades da cancha, o que pode indicar perigo aos praticantes de futebol.

Figura 27 – Campo Santa Elvira.

26 E

O Campo Ponta Negra, demonstrado na Figura 28, possui uma quadra tipo calçamento em bom estado de conservação. Mas as traves, além de enferrujadas, encontram-se fora do nível e o entorno está tomado pelo mato; em ambos os casos possibilitando a ocorrência de acidentes. O espaço conta com iluminação pública, mas não dispõe de sombreamento. O mato no entorno da quadra é um forte indicativo de acessibilidade restrita ao local.

Figura 28 – Campo ponta Negra.

27 E

A Figura 29 ilustra o ambiente e a estrutura disponível na Quadra Comunitária Poliesportiva. A grade de proteção da quadra encontra-se intacta e totalmente pintada. A presença de postes de energia elétrica indica que o local recebe iluminação pública. O piso é do tipo calçamento e encontra-se em perfeito estado de conservação. Tanto a quadra como o entorno deste espaço apresentam-se limpos e conservados, embora a irregularidade do chão de terra batida externa à quadra inviabilize a acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção. Alguns pontos do ambiente dispõem de sombreamento natural e próximo à quadra observa-se a instalação de uma pequena arquibancada de concreto.

Figura 29 – Imagens da Quadra Comunitária Poliesportiva.

33 M

O Centro Poliesportivo Esperança da Comunidade, identificado na Figura 30, conta com quadra de esportes coberta e espaço com aparelhos para trabalho resistido. Os equipamentos disponíveis se apresentam em razoável quantidade e qualidade. O ginásio de esportes dispõe de iluminação. Os equipamentos de musculação não se encontram protegidos por área de cobertura ou sombreamento. Constataram-se precárias condições de manutenção na pintura e nas grades de proteção da quadra. O tipo de pavimentação do piso da área de musculação é acessível, mas a presença de escadas e ausência de rampas no entorno impossibilitam a total acessibilidade à área. De modo geral o ambiente é acolhedor, embora as grades e telas arrancadas apontem insegurança para os usuários e afete negativamente a aparência do local.

Figura 30 – Imagens do Centro Poliesportivo Esperança da Comunidade.

34 E

A Praça Dominó, ilustrada na Figura 31, tem quadra poliesportiva, parque infantil e áreas com equipamentos para exercícios abdominais. A quadra encontra-se protegida por cerca e dispõe de bancos para os frequentadores. Constata-se falta de manutenção geral nos brinquedos do parquinho. Os balanços evidenciam ferrujem e uma gangorra apresenta-se quebrada. Ambos os casos oferecem perigo de acidentes aos usuários. Entretanto, o ambiente encontra-se limpo e com postes de iluminação pública. O piso da quadra e na área onde estão instalados os bancos, é do tipo calçamento. O piso da área do parquinho é uma mistura de grama com terra batida. No espaço dos balanços, observa-se o acúmulo de água das chuvas tendo em vista a irregularidade do solo. Este espaço apresenta-se inacessível para algumas pessoas com dificuldade de locomoção.

Figura 31 – Praça Dominó.

36 M

Na Figura 32, demonstra-se o Campo do Ipanema. O espaço conta com um ambiente para ginástica contendo vários aparelhos. O piso da "cancha" é de terra batida, intercalado com grama; já o da área de ginástica é de cimento. No entorno destes espaços, pode-se observar mato crescendo e lixo acumulado. Estes elementos, juntamente com o desnível das traves, podem oferecer riscos aos frequentadores. O ambiente dispõe de energia elétrica pública.

Figura 32 – Campo do Ipanema.

37 M

A Figura 33 ilustra a Pista de Caminhada do Skatepark. Trata-se de um espaço que dispõe de duas quadras de areia, pistas de *skate*, quadra com piso tipo calçamento, pista de caminhada/corrida e *playground*. Os pisos das quadras estão em bom estado de conservação. Uma das pistas de *skate* encontra-se em ruína, tomada pelo mato; já as demais, apresentam-se bem conservadas e limpas. Os equipamentos do parquinho exibem bom estado de conservação e higiene. A pista de caminhada/corrida exibe água empossada da chuva em determindas áreas. O local dispõe de iluminação pública e de sombreamento natural.

Fgura 33 – Pista de Caminhada do Skatepark.

39 M

O Complexo Jamari, identificado na Figura 34, possui campo de futebol, quadra de areia, pista de caminhada e *playground*. Os equipamentos e a estrutura geral do ambiente apresentam-se em bom estado de limpeza e conservação. O tipo de piso que varia entre calçamento e terra batida não dispõe de um elemento de comunicação, inviabilizando parcialmente a acessibilidade. O ambiente apresenta-se seguro e confortável com bancos e a presença de árvores frondosas, que garantem o sombreamento natural em algumas áreas. Entretanto, as pequenas arquibancadas para o público assistente não contam com nenhuma proteção contra intempéries. O ambiente dispõe de iluminação pública.

Figura 34 – Imagens do Complexo Jamary

40 M

Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona 5

Na Figura 35, pode-se visualizar o Campo do VEC. Trata-se de uma "cancha" de área mesclada com terra e grama, sendo que este último elemento, em alguns pontos, necessita ser aparado. O ambiente possui iluminação pública e está delimitado por uma pequena cerca de madeira. Conta com bancos e arquibancadas de madeira, improvisados. Além de uma cobertura que acompanha as mesmas características dos bancos e arquibancada, também expõe sombreamento com frondosas árvores.

Figura 35 – Campo do VEC.

20 E

No Campo do Mariana, embora conste na lista de espaços de lazer da Superintendência de Esporte Cultura e Lazer do Estado/SEJUCEL, nenhuma estrutura foi identificada. As residências instaladas no local indicam que o espaço foi invadido por populares, conforme ilustrado na Figura 36.

Figura 36 – Campo do Mariana.

28 E

O Campo do Seninha, demonstrado na Figura 37, é uma "cancha" com terreno de terra batida bastante desnivelado, favorecendo o acúmulo de água da chuva. O entorno apresenta-se com mato e lixo. Constata-se a instalação de telas danificadas no fundo das traves. O espaço não dispõe de iluminação pública, mas conta com área de sombreamento natural e banco de cimento em bom estado de conservação.

Figura 37 – Campo do Seninha

29 E

A Figura 38 ilustra o ambiente e a estrutura disponível na Quadra Poliesportiva Mariana. Apesar de ser identificada oficialmente como "quadra", o ambiente dispõe também de área com instalação de parque infantil, onde se constata variedade de equipamentos. À exceção deste último ambiente, todo o revestimento feito no solo é de calçamento e não se nota a presença de barreiras de acessibilidade de nenhum tipo. A grade de proteção da quadra encontra-se danificada em vários lugares, representando perigo aos usuários. O ambiente tem postes de iluminação e vários bancos que resultam em segurança e conforto, mas não dispõe de nenhum sombreamento de proteção aos usuários.

Figura 38 – Quadra poliesportiva Mariana.

35 E

Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona NI urbana

O Parque Ecológico (ilustrado na Figura 39) compreende uma área com 390 hectares. É composto por três trilhas na mata, um museu do acervo biológico, sala de educação ambiental para cursos e oficinas, *playground*, mesas para piquenique, academia ao ar livre, parede para escalada e viveiro. As áreas de grande circulação de pessoas encontram-se devidamente iluminadas. O ambiente tem arborização natural, dispõe de lixeiras e bancos de concreto, embora em pouca quantidade. O ambiente apresenta-se limpo, seguro e confortável.

Figura 39 – Parque Ecológico

46 M

O Cedel Ulisses Guimarães, ilustrado na Figura 40, conta com campo de futebol, quadra poliesportiva e quadra de areia. Constata-se escassez de equipamentos, identificando-se somente uma trave de basquete e de futebol, embora com qualidade aceitável. São precárias a acessibilidade e a conservação do ambiente. A pavimentação de terra batida e o mato constituem barreiras arquitetônicas do ambiente; também não oferece nenhuma condição de bem-estar e acolhimento. Embora se verifique a instalação de postes de iluminação que podem garantir a segurança no período noturno, a presença de mato no entorno do espaço prejudica a segurança do local. Enquanto Centro Esportivo de Lazer, quando comparado com os demais locais de mesma classificação, observa-se que a qualidade geral do Cedel Ulisses Guimarães encontra-se em nível inferior em todos os atributos avaliados.

Figura 40 – Imagens do Cedel Ulisses Guimarães.

01 E

O Cedel Ronaldo Aragão, demonstrado na Figura 41, conta com campo de futebol de areia, quadra poliesportiva, parque infantil e pista de caminhada/corrida. As categorias qualidade e quantidade do atributo equipamento podem ser avaliadas como adequadas. A pavimentação dos pisos é adequada às atividades a serem praticadas e anunciam que a acessibilidade é facilitada, embora o piso se encontre irregular (favorecendo água estagnada) e com mato. A presença de postes de iluminação elétrica, áreas com sombreamento natural e bancos de cimento distribuídos pelo ambiente garantem segurança e conforto. Entretanto, destaca-se a parcial falta de manutenção na retirada do mato em alguns espaços de circulação para prática de atividades, a exemplo do espaço de musculação.

Figura 41 – Imagens do Cedel Ronaldo Aragão.

24 E

Na Figura 42, observam-se imagens do Campo do Murupi. O piso é de terra batida e o terreno apresenta irregularidades, especialmente na lateral que faz divisa com a rua. O campo fica localizado ao lado de uma via pública e não conta com nenhuma proteção. O piso de terra batida é irregular e o entorno acompanha a mesma situação. A irregularidade do piso e a presença de postes de energia elétrica nas proximidades da cancha, chamam a atenção para a possibilidade de acidentes com os usuários durante a prática esportiva. O ambiente apresenta-se com acessibilidade restrita, não tem iluminação pública, mas dispõe de área de sombreamento das árvores de residências próximas ao local.

Figura 42 – Campo do Murupi.

24 E

A Figura 43 sinaliza o Campo Princesão. O espaço possui uma "cancha" de areia, instalada próxima a uma via pública. Entretanto, apresenta uma tela de proteção ao fundo de uma das traves que se encontra mais próxima da via. O entorno está tomado pelo mato, o que dificulta a visibilidade da área e indica a acessibilidade restrita. O desnível do terreno favorece o acúmulo de água da chuva. O espaço conta com iluminação pública, mas não dispõe de sombreamento e de bancos para melhorar o conforto dos usuários.

Figura 43 – Campo Princesão.

30 E

O Campo Jardim Santana, indicado na Figura 44, possui "cancha" de futebol, pista de caminhada/corrida, ambiente de lazer, área de ginástica com aparelhos e parque infantil. Próximo à "cancha" de terra batida, constata-se a instalação de bancos de madeira devidamente pintados e em bom estado de conservação, apesar da precária arquitetura. Ao fundo de uma das traves, observa-se a instalação de cerca de proteção. Na área do parquinho, constata-se o acúmulo de água da chuva. E, em todo o ambiente, verificam-se barreiras arquitetônicas que dificultam a acessibilidade a todos os frequentadores. Uma parte do ambiente dispõe de sombreamento natural. O espaço conta com iluminação pública.

Figura 44 – Campo Jardim Santana.

31 E

Na Figura 45, pode-se visualizar o Campo Marcos Freire. Este ambiente está localizado muito próximo a uma rua com bastante movimento de carros. Como o local não conta com nenhum equipamento de proteção, esta condição favorece a ocorrência de acidentes, que pode vitimar tanto os usuários ao se deslocarem para a via em busca da bola, quanto os motoristas desavisados de que o artefato pode aparecer na via a qualquer momento. O ambiente não dispõe de iluminação pública. O entorno apresenta-se com piso bastante desnivelado distinguindo-se vários obstáculos e o local encontra-se cercado por mato. Algumas árvores no entorno garantem áreas de sombreamento.

Figura 45 – Campo Marcos Freire

19 E

Espaços Públicos de Esporte e Lazer na Zona NI rural.

A Figura 46 indica o Campo do Km 13. O espaço fica localizado próximo a uma via pública, não contando com qualquer proteção entre uma área e a outra. Apresenta o terreno mesclado com terra batida e grama. O entorno apresenta-se com muita lama, lixo e mato que, além de comprometer a segurança dos usuários, também dificulta a acessibilidade ao ambiente. A instalação do poste de energia elétrica na área da cancha pode ser um indicativo de perigo de acidente aos praticantes de futebol. O ambiente dispõe de sombreamento natural e de iluminação pública.

Figura 46 – Campo do Km 13.

32 E

Reflexão teórica das imagens dos espaços de esporte e lazer da cidade de Porto Velho

Na análise geral do Conjunto Equipamento/Qualidade/Acessibilidade, constatou-se que nenhum espaço avaliado oferece equipamentos com total acessibilidade. Além dos equipamentos propriamente ditos não serem acessíveis, as inúmeras barreiras arquitetônicas, resultado de elementos variados (desnível do piso, muretas, lixo e mato), impedem a irrestrita aproximação, transferência ou circulação no espaço e/ou equipamentos. Mesmo naqueles espaços com calçamento em bom estado de conservação, constataram-se locais com restrição de acesso aos variados ambientes existentes. Esta imperfeição dos espaços de lazer dificulta a presença de pessoas com limitação físico-motora, seja por uma deficiência, seja pela idade avançada.

O resultado está em consonância com o que afirmaram Freire Júnior, Arêas, Arêas e Barbosa (2013) quando dizem que, na maioria das vezes, os espaços de lazer são pensados e planejados para uma população sem dificuldade de precisão na mobilidade e locomoção.

Sobre o conjunto Equipamento/Qualidade/Diversidade, não foi observada grande variedade tipológica de equipamentos disponíveis nos ambientes. Os equipamentos melhor avaliados foram encontrados nos Centros de Esporte e Lazer JK (Figura 21), Cohab (Figura 11), Ronaldo Aragão (Figura 41), Complexo Esportivo de lazer do Conjunto Santo Antônio (Figura 6) e aqueles disponíveis nos parques Alternativo, da Cidade, Circuito e Ecológico (Figuras 1, 2, 3 e 39).

Constatou-se escassez ou inexistência de equipamentos em determinados espaços, especialmente nas "canchas". Todas as quadras e "canchas" dispõem de traves de futebol. Em três casos, esta é a única "infraestrutura" existente no ambiente, não dispondo inclusive de energia elétrica. Em alguns casos, são traves danificadas e/ou improvisadas. Em função da precariedade ou ausência de equipamentos de alguns espaços de lazer, conforme se averiguou nas imagens, os campinhos podem ser nomeados como "arranjos no espaço físico", conforme disse Besteti (2014). Corroboram com esta análise Gehl (2013), quando afirmam que a estrutura física e os equipamentos são elementos que funcionam como indicadores da qualidade de um espaço de lazer.

Em relação aos Cedels, no conjunto Equipamento/Qualidade/Conservação, o estado geral de conservação dos equipamentos, bem como de manutenção com vista a retardar o desgaste natural e mantê-los num nível satisfatório de utilização, quatro espaços tiveram uma avaliação aceitável. Também se encontravam em condições satisfatórias de conservação os ambientes denominados parques (Figuras 1, 2, 3 e 39). Os demais espaços foram classificados como precários. Observaram-se equipamentos quebrados, faltando pintura e manutenção em geral. Seguindo a definição de Radicchi et al. (2016), possivelmente estes ambientes sequer possam ser chamados de espaços de lazer pois, para os autores, este conceito envolve ambientes com algum tipo de infraestrutura voltada ao esporte e ao lazer.

Dos quarenta e seis espaços analisados, apenas vinte e três apresentam área reservada especialmente para as crianças. Destes, 05 ambientes exibem brinquedos quebrados, oferecendo perigo para os frequentadores. Aqueles em bom estado de conservação e limpeza são de material tipo concreto.

O descaso observado com os equipamentos dos *playgrounds* não causa estranheza quando se constata que crianças e adolescentes da cidade de Porto Velho se encontram sem frequentar a escola por falta de transporte escolar, sendo este um problema que se repete anualmente. Mediante esta situação, não se pode esperar prioridade no atendimento ao lazer, se a educação formal, que deve situar-se entre as demandas prioritárias, sequer está sendo atendida a contento.

Os equipamentos de ginástica observados em 08 espaços, todos padronizados nas cores azul e amarelo, são oriundos do Programa Academias de Saúde, criado pela portaria nº 719, em abril de 2011. Trata-se de um investimento estabelecido na portaria nº 1.401/2011, do Ministério da Saúde, que financiou, a partir de convênios junto às secretarias municipais de saúde, a compra de equipamentos multiuso de ginástica. Todos os equipamentos dos diversos espaços analisados apresentam bom estado de conservação.

Alguns aspectos demonstraram-se precários no Conjunto Ambiente/Segurança na pesquisa aqui relatada, em especial pela ausência de posto policial, apesar do elevado índice de violência que assola a cidade de Porto Velho, conforme constatou estudo de Ruiz (2014). A verificação de ambientes em péssimas condições de conservação e higiene, tanto das áreas de circulação quanto dos equipamentos, também chama a atenção.

Preocupa a presença de lixo e mato em alguns espaços, pois estes elementos podem servir de abrigo para animais peçonhentos, além de camuflar a presença de objetos perfurantes. O mesmo perigo oferece o acúmulo de água estagnada da chuva, constatado em 21 espaços de lazer. O rigoroso inverno amazônico, com chuvas torrenciais, indica a necessidade de uso de materiais especiais nos pisos e bueiros que favoreçam rápida drenagem.

Ainda sobre a segurança, observou-se a presença de telas de proteção danificadas em 11 ambientes de lazer, brinquedos avariados, traves de futebol com problemas de fixação e enferrujadas, sinalizando perigo de acidentes aos frequentadores. Quanto à luminosidade, apenas em três ambientes não foram localizados postes de iluminação pública, acusando um avanço frente à precariedade de conforto e segurança da maioria dos ambientes. Um estudo de Costa et al. (2016), realizado sobre a percepção da qualidade do ambiente de esporte e lazer, mostrou que a beleza e a segurança são aspectos importantes para a frequência dos usuários.

No que se refere aos conjuntos Ambiente/Conforto e Ambiente/Hospitalidade, apenas o Cedel JK (Figura 21) e os parques da Cidade, Circuito, Alternativo e Ecológico (Figuras 1, 2, 3 e 39) aproximaram-se de uma avaliação positiva, com oferta de bem-estar e acolhimento, seja pelo conforto que oferece, seja pela configuração formal do espaço, organização e aparência. Apesar das características positivas destes espaços, o Cedel JK apresentou fragilidade na sua qualidade pela ausência de sombreamento em áreas consideradas importantes, e acessibilidade restrita para pessoas com dificuldade de locomoção às diversas áreas do ambiente. Os parques apresentaram deficiências ou inexistência de áreas cobertas e de banheiros. O verão amazônico, caracterizado por seca, sol e calor intensos, pode influenciar negativamente no uso deste espaço e dos demais, com áreas totalmente expostas as intempéries.

Considerando o clima da região Amazônica, chama a atenção que, das 23 quadras de esporte, apenas 02 dispõem de cobertura. As áreas para ginástica também estão sem cobertura de proteção, o que possivelmente limita a utilização destes equipamentos por parte da comunidade, já que o clima de Porto Velho varia entre sol escaldante no verão e chuva quase que diariamente no inverno.

Ainda com relação ao conforto e hospitalidade, a disponibilidade de bancos planejados (de cimento) foi constatada em 16 ambientes. Destes, 2 espaços oferecem ainda mesas e bancos para piquenique. Afirma Besteti (2014) que o conforto do ambiente possibilita as melhores condições de permanência com a máxima sensação de bem-estar. Afirma ainda a autora

que ambientes humanizados aumentam a sua eficiência, a produtividade e a relação entre os sujeitos que frequentam. Entretanto, apesar da precariedade de conforto de alguns ambientes de esporte e lazer da cidade de Porto Velho, com destaque para as "canchas", em conversas informais, os moradores comentaram que os espaços são utilizados diariamente, para a prática de futebol, sempre no início da manhã ou no final da tarde, tendo em vista o forte sol da localidade. Pesquisa de Collet, Chiaradia, Reis e Nascimento (2008) reforça a importância da estética nos espaços destinados à prática de atividade física como um fator positivo. Cita Campos (1997) que um lugar atrativo, com grande qualidade espacial, tende a atrair mais os indivíduos do que um lugar com pouca qualidade, pois as pessoas são capazes de reconhecer as diferenças existentes, estimando valores e decidindo pelos espaços mais vantajosos para si.

No conjunto Pavimentação, 23 quadras apresentam o revestimento feito de cimento, algumas delas necessitando reparos. As demais áreas (campos/canchas e pistas), também advertem falta de manutenção. Entre os pisos irregulares, destacam-se os campos da Pedra (Figura 24) e do Veleiro (Figura 26), que se apresentam muito precários. Foram identificadas 18 "canchas" de futebol com piso de terra batida e/ou areia; apenas quatro delas foram avaliadas como razoáveis. A quase totalidade destes espaços de lazer expõem ausência de infraestrutura física e técnica. Constatou-se a existência de espaços com boa pavimentação, necessitando apenas de adaptação para total acessibilidade; mas também se verificaram áreas degradantes, com aparência de terreno baldio e abandonado.

Uma publicação de Soares e Guadanini (2018) traz informações importantes para a compreensão das condições quantitativas e qualitativas dos espaços e equipamentos de esporte e lazer da cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia. As autoras apresentam os resultados de monitoramento e avaliação dos programas PELC e Vida Saudável/VS no período de 2013 a 2015, expondo que dos 62 convênios firmados, 19 (25%) foram na região Sudeste, e apenas 4 (5%) no Norte do Brasil. Em conversa informal com as diferentes comunidades visitadas e com gestores de esporte e lazer

do município, constatou-se que o município de Porto Velho nunca abrigou o programa PELC ou VS.

Por outro lado, talvez a precariedade de alguns espaços e equipamentos de lazer da cidade não seja uma prerrogativa apenas do município de Porto Velho. A publicação de Soares e Guadanini (2018) também mostrou que no Indicador de Monitoramento e Avaliação denominado "Promover a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo", com base nos 21 convênios que disponibilizaram informações no Mimboé (Sistema de Monitoramento e Avaliação do referido programa) 62% dos convenentes precisaram modificar os espaços públicos para abrigar o programa e 56% informaram que estes já estavam sendo utilizados pela população.

Finalizando, um aspecto que chama a atenção, ao analisar os espaços de esporte e lazer da cidade de Porto Velho, é o fato de a maioria dos ambientes abrigar unicamente ou prioritariamente atividades de futebol. Este dado pode indicar que o município acompanha a realidade brasileira de ser o esporte número um da população. Entretanto, o fato destes ambientes comportarem apenas a prática desta atividade, além da precariedade na qualidade, conforme citado anteriormente, pode contribuir negativamente na atratividade do ambiente para outros grupos da comunidade, com outros interesses, de distintas faixas etárias e gênero. Estudos de Coelho (2018) afirmam que o tipo de atividades ofertadas nos espaços de lazer também pode contribuir para o êxito na frequência e para a definição do perfil do usuário.

Conclusões

De modo geral, alguns espaços analisados avultam-se pela falta de manutenção nos pisos/terrenos, equipamentos e infraestrutura; outros pela ausência destes dois últimos elementos. Nenhum dos conjuntos de categorias avaliadas destacou-se qualitativamente. Sobressai a necessidade de melhorias em todos os aspectos avaliados, com prioridade para o Conjunto Ambiente/Segurança. A presença de lixo, mato e de materiais

perfuro-cortantes em alguns ambientes propiciam a ocorrência de acidentes, colocando em risco a integridade física dos frequentadores, em especial daqueles mais vulneráveis, como as crianças e idosos, por exemplo.

O Conjunto Equipamento/Ambiente/Acessibilidade também se mostrou precário. A maioria dos ambientes, com pisos irregulares, apresenta-se inacessível a crianças pequenas e outras pessoas com dificuldade de locomoção. Todos os espaços analisados exibiram restrição quanto à acessibilidade na transferência de uma área para outra.

Alguns espaços estão longe de alcançar um nível de excelência, posto que se encontram distantes dos padrões de qualidade conforme recomendado na literatura. Dos resultados, deduz-se que, pela precariedade, alguns espaços não proporcionam, na sua totalidade, a adesão a um estilo de vida saudável e melhoria da qualidade de vida. Isto ocorre porque as vivências disponibilizadas nestes ambientes são limitantes, não fomentam a criatividade, o divertimento, a contemplação e o bem-estar, elementos que favorecem o desenvolvimento humano. Não se pode falar que estes ambientes melhoram a qualidade de vida, quando alguns deles são insalubres e oferecem perigo à saúde dos frequentadores.

Conclui-se, portanto, que as instalações e toda infraestrutura de alguns ambientes estudados carecem da criação e implantação de projetos de revitalização, que considerem prioritariamente as necessidades da comunidade relativas a opções de espaços para vivências de lazer e/ou atividade física. De igual importância, situa-se a efetiva gestão destes espaços, sobretudo daqueles em situação de abandono por parte do poder público. Para tanto, um dos grandes desafios é estabelecer e manter a participação ativa da população que frequenta os espaços e potenciais frequentadores. A qualidade estrutural destes ambientes de esporte e lazer pode estar associada ao baixo nível de consciência que os usuários possuem sobre sua responsabilidade nos cuidados com o ambiente.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas e Técnicas. **NBR 9050**: 2004: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: <http//:www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf >. Acesso: 11 out. 2014.

ALBINO, J. et al. Tabelas de classificação da aptidão física para frequentadores de parques públicos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 373-377, 2010.

ALENCAR, T.C.S.B.D.; RODRIGUES, M.N.D.; FIGUEIREDO, F.J.S. A qualidade do atendimento no serviço público: Contribuições da Engenharia de Produção para Melhores Práticas de Gestão e Modernização do Brasil. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**, 36., ANO, João Pessoa **Anais eletrônicos....** João_Pessoa/PB, 2016. p.2-15. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_226_324_30026.pdf>. Acesso: 28 maio 2018.

ALVAREZ, I. **Qualidade do Espaço Verde Urbano**: uma proposta de Índice de Avaliação. 2004. Dissertação (Doutorado em Agronomia), Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz", São Paulo. 2004.

ALVES, J. THOMAZ JÚNIOR, A. A migração do trabalho para o Complexo Hidrelétrico Madeira. XIII Jornada do Trabalho. Presidente Prudente-SP, out 2012. s/p. Disponível em < http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/32.pdf>. Acesso 15 fevereiro 2019.

ARAÚJO, C.D; CÂNDIDO, D.R.C.; LEITE, M.F.L. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere**, v.12, p.171-188, 2009. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/espacos-publicos-lazer-um-olhar-sobre-acessibilidade-para-portadores-necessidades-especiais/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

ASSUMPÇÃO, L.C.F.; LOPEZ, A.P.A.; LEMOS, F.C. Organização e tratamento descritivo para registros imagéticos. *RICI*: **Rev. Ibero-amer. Ci. Inf**., Brasília, v. 9, n. 1, p. 221-241, jan./jun.2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2233>. Acesso em: 25 maio 2019.

BARTHES, R. **A câmara clara**: Notas sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BECKER, H. **Exploring Society Photographically**. Chicago: Mary and Leigh Block Gallery/Nothwestern University, 1981.

BENTES, P. Rondônia é o 2º estado do país com maior número de mortes em conflitos de terra em 2018, aponta estudo. **Globo.com.G1**. *RO*: Globo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/04/22/ro-e-o-2o-estado-do-pais-com-maior-numero-de-mortes-em-conflitos-de-terra-em-2018-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BESTETTI, M.L.T. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p.601-610, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n3/1809-9823-rbgg-17-03-00601.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

BORGES, M.E.L. **História e Fotografia**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRUM, C.M. et al. Caracterização dos espaços públicos de lazer e a satisfação dos usuários na área central de Santa Maria/ RS. **Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental,** v.10, n. 10, p. 2130-2139, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/7639>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BUSCARIOLLO, G. **3ª maior hidrelétrica do Brasil, Jirau é inaugurada oficialmente em Rondônia.** ***Globo.com***. Rondônia: Rede Amazônica, 2016. Disponível em: < http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/12/3-maior-hidreletrica-do-brasil-jirau-e-inaugurada-oficialmente-em-rondonia.html >. Acesso: 06 jun. 2018.

CAMPOS, Heleniza Ávila. Planejamento urbano e áreas centrais no Brasil: uma reflexão em torno das práticas socioespaciais de seus frequentadores. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR,** 7., 1997, Recife. **Anais ...** Recife: UFPE, 1997. p. 42-57.

CÁRDENAS, R.N. Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES do Estado de Rondônia. **Projeto**. Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Saúde. Departamento de Educação Física. Porto Velho, RO, 2015. Disponível em: <http://cdppel-rondonia.wixsite.com/cdppel-ro>. Acesso: 02 abr. 2017.

CARVALHO, M.M.; PALADINI, E.P. **Gestão da Qualidade**: Teoria e Casos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: ABPRO, 2012.

CAVALCANTE Andrey. **Potencialidades de Rondônia**. Rondônia: Agora, 2017. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/artigos/potencialidades-de-rondonia>. Acesso em: 07 jun. 2018.

COELHO, A.B. Habitação e arquitectura XIV: a atractividade na arquitectura do habitar. Infohabitar. **Revista do grupo habitar**, ano 7, n. 365, p.1-19, 2018. Disponível em: < https://1library.org/document/yr3x2kv8-infohabitar-ano-vii-n-%C2%BA.html/>. Acesso em: 21 outubro 2011.

COHEN, D. et al. Contribution of public to physical activity. **American Journal of Public Health**, v. 97, n. 3, p. 509-514, 2007.

COLLET, C.; CHIARADIA, B.M.; REIS, RS.; NASCIMENTO, J.V. Fatores determinantes para a realização de atividades físicas em parque urbano de Florianópolis. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v.13, p.15-23, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/7639/pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

CÔRTES, J. **Transição urbana e processos migratórios na Amazônia brasileira:** um estudo comparativo sobre migrantes, fluxos e espaços. [s.l.:s.ed.], 2014. Disponível em <www.alapop.org/Congresso2014/DOCSCompleto/ALAP_2014_FINAL536.docx>. Acesso em: 06 abr. 2017.

COSTA DA SILVA, E.A.P. et al. Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. **Rev Bras Ciênc Esporte**, v. 38, n. 3, p.251-258, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v38n3/0101-3289-rbce-38-03-0251.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

COSTA DA SILVA, E.A.P. et al. Espaços Públicos de Lazer na Promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa. **Rev. Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.2, p.1-18, jun/2013. Disponível em <file:///C:/Users/IVETE/Downloads/372-1293-1-SM.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

COSTA, F. **Usinas do Madeira mudam o perfil da capital de Rondônia**. São Paulo: *Folha digital*, 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/03/1239723-usinas-do-madeira-mudam-o-perfil-da-capital-de-rondonia.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2018.

CRUZ, N.M.; BARBOSA, C.; CARVALHO, P.F. **Metodologia para Avaliação e Planejamento de Espaços de Lazer em Cidades Médias**: o caso de Rio Claro/SP. Rio Claro: s.ed, 2005. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/gpapt/gpapt.htm>. Acesso em: 05 maio 2012.

DE ANGELIS, B.; CASTRO, R.; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **ENGENHARIA CIVIL UM**, Universidade Estadual de Maringá, n. 20, p. 57-70, 2004. Disponível em: <http://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag%2057-70.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA. Amazônia: s.ed., 2018. Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/passarela-no-espaco-alternativo-de-porto-velho-e-inaugurada/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

FERREIRA, I.A. **Teoria e debate**. [s.l.: s.ed.], 2017. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2017/12/18/povos-indigenas-rondonia-rumo-518-anos-de-resistencia/ >. Acesso: 30 jun. 2018.

FERMINO, R.C.; REIS, R.S.; CASSOU, A.C. Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, Brasil. **Rev. Bras. Cineantropometria: Desempenho Humano,** Curitiba, v.14, p.377-379, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-00372012000400002&script=sci_abstract&tlng=p>t. Acesso em: 1 9 jun. 2019.

FERNANDES, A.C.T.D. **Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos**. 2012. Dissertação (Mestrado em engenharia civil — especialização em planeamento), Universidade do Porto, Portugal, 2012. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68407/1/000154929.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

FRANCIS, T. **Passarela é inaugurada no Espaço Alternativo em Porto Velho**. *G1 RO*: Globo, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/passarela-e-inaugurada-no-espaco-alternativo-em-porto-velho.ghtml. Acesso em: Abr 2018.

FREIRE, I. A; CÁRDENAS, R.N. **Projeto para implantação do curso de mestrado profissional**.*2014. Dissertação (Mestrado* em Educação Multiprofissional e Exercícios Físicos e Saúde) Universidade Federal de Rondônia, Departamento de Educação Física, Porto Velho/RO, 2014.

FREIRE, I. A; CÁRDENAS, R.N. **Reflexões sobre esporte e educação física escolar no contexto Amazônico**. Curitiba: CRV, 2017.

FREIRE JÚNIOR, R.C.; ARÊAS, G.P.T.; ARÊAS, F.Z.; BARBOSA, L.G. Estudo da acessibilidade de idosos ao centro da cidade de Caratinga, MG. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.,** Rio de Janeiro, v.16, n.3, p.541-558, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v16n3/v16n3a12 >. Acesso em: 06 ago 2018.

GEHL J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva; 2013.

GAZETAONLINE. **Rondônia**: Mil crianças estão sem ir à escola por falta de ônibus. PortoVelho-RO: s.ed, 2019. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2019/06/rondonia-mil-criancas-estao-sem-ir-a-escola-por-falta-de-onibus-1014186595.html>. Acesso em: 29 jun. 2019.

GEROLLA, G. **Equipamentos Públicos**. Partilhar Academias da Saúde Polos esportivos de Recife são referência para novo programa de incentivos do Governo Federal. Infraestrutura Urbana. Projetos, custos e Construção. 2011. Disponível em: <http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/11/academias-da-saude-polos-esportivos-de-recife-sao-referencia-245145-1.aspx>. Acesso em: 29 jul. 2018.

GODBEY, G. et al. Contributions of Leisure Studies and Recreation and Park Management Research to the Active Living Agenda. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 28, supl. 2, p. 150-158, 2005.

GOMEZ, L. et al. Characteristics of the built environment associated with leisure-time physical activity among adults in Bogotá, Colombia: a multilevel study. **Journaul of Physical Activity and Health**, v. 7, supl.2, p. S196-S203, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Porto Velho**. [s.l.: s.ed.], 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama >. Acesso em: 13 jul. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** 2018. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama». cidades.ibge.gov.br >. Acesso em: 21 jul. 2019.

IMAZON. **Amazônia brasileira tem Índice de Progresso Social inferior à média nacional**. *Brasil*: s.ed, 2014. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/imprensa/sugestoes-de-pauta/amazonia-brasileira-tem-indice-de-progresso-social-inferior-a-media-nacional>. Acesso em: 25 mar. 2017.

IPIRANGA, A.S.R. **A** Imagem Fotográfica como uma questão de método**.** In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**,4, Porto Alegre-RS: S.ed, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/230/222 >. Acesso em: 22 maio 2018.

JESUS, G. M. Constituindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, v. 13, n. 23, p. 17-39, 1999.

KACZYNSKI AT, H.K.A. Parks and recreation settings andactive living: a review of associations with physical activity function and intensity. **J Phys Act Health,** *v.5, p.619-632,* 2008.

KACZYNSKI, A.; HENDERSON, K. Environmental correlates of physical activity: a review of evidence about parks and recreation. **Leisure Sciences**, v. 29, p. 315-354, 2007.

LISBOA, M.M.; PIRES, G.L. Reflexões sobre a imagem e a fotografia: possibilidades na pesquisa e no ensino da Educação Física. **Motrivivência,** ano XXII, n. 34, p. 72-86, Jun./2010. Disponível em: <file:///C:/Users/IVETE/Downloads/[c-6]MariGio.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

LISBOA, M.M.; LINHARES, R.N. Imagem e narrativa: a construção dialógica da fotografia na pesquisa qualitativa em ciências humanas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 33, n. 19, p. 128-149, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3930>. Acesso em: 13 dez. 2018.

LOBO, R.N. **Gestão da Qualidade**. São Paulo: Érica, 2010.

LOPEZ, A.P.A. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística e documentos imagéticos**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, História Social, São Paulo, 2000.

MAGNANI, J. G.C. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES,C.L.; ISAYAMA, F. H. (Orgs). O Direito social ao lazer no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2015. p.55-69.

Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. **Secretaria**. < http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/153-ministerio-do-esporte/programa-esporte-e-lazer-da-cidade/21587-projeto-esporte-e-lazer-da-cidade#:~:text=O%20PELC%2C%20na%20sua%20ess%C3%AAncia,socializa%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento%2C%20contribuindo%20para >. Acesso em 12 fevereiro 2019

Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Esporte.** Programa Esporte e Lazer da Cidade. <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc>. Acesso em: 12 fevereiro 2019.

MCCORMACK, G. et al. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research. **Health &Place**, v. 16, p. 712-26, 2010.

OLIVEIRA, L.A.; MASCARÓ, J.J. *Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer.* **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007. Disponível em: < file:///C:/Users/IVETE/Downloads/3737-12592-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

OLIVEIRA, M.A.M.; TAMBARA, E.A.C. **A imagem fotográfica como fonte para a pesquisa em História da Educação**. [s.l.: s.ed.], 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/IVETE/Documents/Ivete%2025-08-2015/Documentos/Documents/Publica%C3%A7%C3%B5es%20internas/2018/Qualidade%20dos%20espa%C3%A7os/Imagem%20fotog%20e%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

PALADINI, E.P. **Gestão da Qualidade**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2004.

PANOFSKY, E. **Estudos de iconologia:** temas humanísticos na arte do renascimento. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. **Significado nas artes visuais.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PDES RONDÔNIA. **Plano de desenvolvimento Estadual sustentável do Estado de Rondônia. 2015-2030**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de desenvolvimento Regional. Governo do Estado de Rondônia, 2015. Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PDES/26.11.%20PLANO%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20ESTADUAL%20SUSTENT%C3%81VEL%20DE%20ROND.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

PEREIRA, A.C.A. et al. **Guia de acessibilidade em edificações**. *Minas Gerais: CREA*, 2006. Disponível em: <http://www.crea-mg.org.br/images/cartilhas/Guia-de-acessibilidade-em-edificacoes.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

RADICCHI, M.R. et all. **Descrição dos espaços esportivos de lazer e educação na cidade de Parintins, Amazonas**. Rev Bras Ativ Fís Saúde, v.20, n.6, p.626-637, 2016. Disponível em <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/5898-Texto%20do%20Artigo-10028-25193-10-20160303.pdf >. Acesso 25 fevereiro 2019.

REDE GLOBO. G1. Apenas 4 cidades do Brasil atingem nota máxima em ranking de acesso a saneamento básico. **Jornal Bom dia Brasil**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/apenas-4-cidades-do-brasil-atingem-nota-maxima-em-ranking-de-acesso-a-saneamento-basico.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2018.

REIS R.S. **Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba**: uma abordagem sócio-ecológica da percepção dos usuários. 2001. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desporto da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ROCHA, G.M.; BRITO, S.O. **A construção das usinas no rio Madeira em Rondônia e os impactos no município de Porto Velho: uma abordagem socioeconômica e ambiental**. In: CONGRESSO NACIONAL EM EXCELÊNCIA DE GESTÃO, 9., ANO, Porto Velho/ RO. Anais eletrônicos... [s.l.:s.ed.], 2013. p.2-14 Disponível em: < http://www.inovarse.org/artigos-por--edicoes/IX-CNEG-2013/T13_0602_3687.pdf>. Acesso em: 97 jun. 2018.

RONDONIAOVIVO. **Vergonha**: Porto Velho segue como pior capital em saneamento no Brasil 2019. Porto Velho-RO: S.ed, 2019. Disponível em:< http://rondoniaovivo.com/geral/noticia/2019/06/23/vergonha-porto-velho-segue-como-pior-capital-em-saneamento-no-brasil.html>. Acesso: 23 jun. 2019.

RUIZ, Q. **Porto Velho já vive período 'pós-usinas'**. Porto Velho-RO: S.ed, 2014. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,porto-velho-ja-vive-periodo-pos--usinas,1512059 >. Acesso em: 06 jun. 2018.

SALVADOR, E. P. et al. Percepção do ambiente e prática de atividade física no lazer entre idosos. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 972-980, 2009.

SANTOS, F.P.; ARAÚJO, R.C.; AGUIAR, S.G., BARBA, C.H. Impactos socioeconômicos das hidrelétricas do Madeira: um estudo no bairro Triângulo em Porto Velho/RO. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA E GESTÃO**, 10., 2014. **Anais eletrônicos...** Porto Velho: EDITORA, 2014. p.1-20. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0251_3.pdf >. Acesso em: 13 jul. 2018.

SEBRAE. **Diagnóstico do Agronegócio do Leite e Derivados do Estado de Rondônia**. Porto Velho/ Rondônia: s.ed, 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Artigos/Diagn%C3%B3stico%20do%20Leite%20e%20Derivados%20do%20Estado%20de%20Rond%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

SILVA, A.T.S. et al. As praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando Pereira, Lavras-MG, segundo a visão dos seus frequentadores. **Revista Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v. 32, n. 6, p. 1701-07, 2008. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-70542008000600003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SILVA, R.G.C.; DANDOLINI, G.. Conflitos agrários e acesso a terra em Rondônia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.461-479, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/32712/23468>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SILVA, E.A.P.C. et al. Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização de espaço público de lazer. **Rev Movimento**, v. 18, n.1, p. 171- 188, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/22560>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SILVA, I.C.M. et al. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **ver.Bras.Ativ.Fís. Saúde**, Pelotas/RS, v.20, n..1, p.82-92, Jan/2015. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/06/234/artigo09-silva.pdf>. Acesso: 27 maio 2018.

SINTERO. Sindicato dos Trabalhadores em Educação. G1. Rede amazônica. **Falta de transporte escolar em Porto Velho volta a prejudicar estudantes e professores**. Porto Velho-RO: s.ed, 2017. Disponível em: < http://www.sintero.org.br/noticias/geral/falta-de-transporte-escolar-em-porto-velho-volta-a-prejudicar-estudantes-e-professores/814>. Acesso: 13 jun. 2018.

SOARES, M.M.; GUADANINI, A.S. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). **Licere,** Belo Horizonte, v.21, n.4, p.379-404, dez/2018. Disponível em: < https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1946/1298>. Acesso em: 20 jun. 2019

WEISS, C. et al. Reconsidering access: park facilities and neighboorddisamenities in New York city. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, v. 88, n. 2, p. 297-310, 2011.

5 PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/UNIR: REALIDADE E PERSPECTIVAS

Célio José Borges
Tatiane Gomes Teixeira
Izabel Cesar Lima Macedo
Gilcinei Soares dos Santos

Introdução

O acesso ao esporte e ao lazer é considerado direito de todo cidadão (Mendes e Azevêdo, 2010; Oliveira, 2004). Através destes, os seres humanos expressam suas possibilidades e singularidades corporais, psíquicas e sociais, ampliando tanto o bem-estar e a qualidade de vida quanto a participação na comunidade e o estado de bem-estar social (Pinto, 1998; Mendes, Azevedo, 2010).

Neste contexto, esporte e lazer são considerados setores-chave para o desenvolvimento social e humano (Opstoel et al., 2020; Czupich, 2020). Portanto, a necessidade de valorização destas atividades e da reinvindicação do acesso a elas (Brasil, 1997), inclusive através da educação, são indiscutíveis, especialmente diante da realidade das práticas de esporte e lazer em Rondônia, descritas nos capítulos 2, 3 e 4 desta obra. Em outras palavras, apesar do reconhecimento acadêmico e social do papel do esporte na sociedade contemporânea, no Brasil o acesso a ele ainda não atinge todos.

Considerando a educação como "processo mediante o qual o conhecimento se produz se reproduz, se conserva, se sistematiza, se organiza, se transmite e se universaliza" (Severino, 2007, p. 23) e a universidade pública como instituição destinada a prestar serviço à sociedade, através do seu compromisso com a educação (Severino, 2007), entendemos que é inegável o papel social da universidade no sentido da difusão e da adoção de medidas favoráveis à ampliação das oportunidades de acesso

às práticas de esporte e lazer. Ademais, no contexto em que esporte e lazer representam uma questão de Estado, a universidade pública admite e assume, assim como outras instituições sociais, o papel de colaborar para a democratização do acesso a esses, inclusive dentro dela.

Ao refletir esta temática sob a perspectiva da saúde, Oliveira et al. (2014, p. 75) considera importante que a universidade assuma seu papel de "promotora de oportunidades para uma vida mais saudável", o que inclui a criação de espaços para prática de atividade física em seu interior. A universidade brasileira, porém, está distante de desempenhar adequadamente esse papel, realidade explorada na pesquisa que consta no presente capítulo.

A comunidade universitária é composta por estudantes de graduação e pós-graduação e por servidores, incluindo os docentes e os técnicos-administrativos. No cenário nacional, os alunos de graduação geralmente reduzem seus níveis de atividade física ao longo do curso, e os servidores apresentam alta prevalência de inatividade física no lazer (Oliveira et al., 2014). Considerando que a falta de tempo, de dinheiro e de local para a prática de atividades físicas são motivos frequentemente apontados para a não prática de atividades físicas (Mielke et al., 2010; Marcondelli, Costa e Schmitz, 2008), a oferta de oportunidades destas práticas nos campi universitários representam ação importante da universidade.

A pesquisa descrita neste capítulo faz parte deste cenário. Teve como objetivo investigar a situação atual das práticas de esporte e lazer na Universidade Federal de Rondônia/UNIR, a fim de compreender sua realidade, bem como de contribuir para a estruturação e o fortalecimento das práticas de esporte e lazer na instituição.

Determinaram-se os seguintes objetivos específicos: a) investigar a condição atual das práticas de esporte e lazer no Campus de Porto Velho da UNIR; b) identificar as dificuldades e os desafios institucionais para a estruturação e o fortalecimento das práticas de esporte e lazer na UNIR, Campus de Porto Velho; c) investigar a satisfação dos servidores e discentes da UNIR, Campus de Porto Velho, com as práticas de esporte e lazer nesta universidade; e d) investigar as perspectivas da comunidade acadêmica sobre a estruturação das práticas de esporte e lazer na UNIR, Campus de Porto Velho.

No conjunto desta obra, a realização do diagnóstico no Campus UNIR se justifica na necessidade de compreender e, sobretudo, de descrever, de maneira articulada, a situação das práticas de esporte e lazer em Rondônia. Em outras palavras, entendemos que a compreensão das realidades local e estadual das práticas de esporte e lazer exige direcionar o olhar para toda a amplitude de cenários que compõem tal setor.

A Universidade se constitui em espaço singular da sociedade contemporânea, tendo em vista que reúne sujeitos de diferentes estratos sociais, faixas etárias, identidades de gênero, interesses profissionais e também diferentes locais da cidade, do Estado e do país. Quando comparada a outros ambientes da sociedade, a universidade se configura, portanto, num local onde ocorrem, diariamente, interações entre sujeitos inseridos em distintas subculturas.

Ciente de tal perspectiva, a universidade passa a ser entendida como local privilegiado de manifestação, reprodução e ressignificação das práticas de esporte e lazer presentes na sociedade. A partir dos membros da comunidade universitária (estudantes e servidores), as diferentes manifestações das práticas de esporte e lazer se fazem presentes na universidade, viabilizando a reprodução da cultura de esporte e lazer.

Em decorrência da interação proporcionada pelos sujeitos, tais práticas podem assumir novos significados e incorporar novos formatos. Portanto, além de se manifestar e se reproduzir, as práticas de esporte e lazer se ressignificam na universidade a partir das interações interpessoais estabelecidas.

Entendemos que o setor de esporte e lazer compreende microestruturas com lógicas internas próprias; e essas, em conjunto, compõem a macroestrutura. Nesse sentido, torna-se relevante compreender os mecanismos de funcionamento das referidas microestruturas para revelar o conjunto de multiplicidades singulares dos pequenos coletivos, possibilitando a articulação das diferenças. Enquanto nos demais capítulos desta obra são revelados aspectos referentes à macroestrutura estadual, neste, a atenção está direcionada a descrever uma microestrutura central deste setor: a universidade.

Realidade e perspectivas das práticas de esporte e lazer na UNIR: percurso metodológico adotado

A fim de levantar e entender as informações relativas à microestrutura das práticas de esporte e lazer na UNIR, as seguintes estratégias de levantamento de dados foram empregadas: pesquisa documental (fontes primárias), entrevistas e questionário.

A primeira consistiu no levantamento e na análise de documentos a fim de identificar as práticas de esporte e lazer registradas/institucionalizadas na universidade. Tal busca foi realizada em três setores: Departamento de Educação Física/DEF; Pró-reitorias de Pesquisa (PROPESQ) e Extensão (PROCEA).

No DEF, foram consultados documentos administrativos referentes ao objeto de estudo. Na PROPESQ e PROCEA foram coletadas informações existentes nos respectivos endereços eletrônicos institucionais. Na PROPESQ, foram consultadas informações existentes sobre Projetos de Pesquisa Institucionalizados e Projetos de Pesquisa aprovados no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC. Tendo em vista que o objetivo da pesquisa foi compreender a realidade das práticas de esporte e lazer no campus, foram levantadas informações sobre as atividades realizadas até dois anos anteriores à coleta de dados. Portanto, foram consideradas informações a partir de janeiro de 2016.

Outro instrumento de coleta de dados foi um questionário. Este continha 23 questões, incluindo perguntas fechadas e abertas, e sua aplicação foi realizada de abril a dezembro de 2019. O questionário foi criado e aplicado em formato digital (*online*), utilizando a plataforma *Google Forms*. Em seguida, foi encaminhado *link* de acesso ao formulário à comunidade da UNIR, Campus Porto Velho, utilizando duas ferramentas: endereço eletrônico (e-mail) e aplicativo *Whatsapp*. Aproximadamente duas mil pessoas receberam o convite para responder este instrumento de coleta de dados. O número de respondentes foi 121. Essa coleta teve como objetivo identificar tanto o conhecimento da comunidade interna da UNIR sobre as práticas de esporte e lazer nesta instituição, quanto o grau de satisfação com estas.

Por outro lado, as entrevistas tinham como intuito levantar e descrever as práticas de esporte e lazer que existem na UNIR, especialmente aquelas não institucionalizadas, tendo como objetivo revelar informações sobre a realidade destas práticas a partir da perspectiva dos sujeitos responsáveis pela organização ou condução de tais práticas, assim como sobre as perspectivas desses atores.

As entrevistas foram realizadas individualmente com sujeitos que tivessem relação direta com o objeto de estudo devido a cargos, funções ou ações realizadas no campo de práticas esportivas e de lazer na UNIR, perfazendo o total de oito entrevistas, todas semiestruturadas, realizadas entre os meses de setembro de 2018 a dezembro de 2019. Elas foram planejadas e realizadas seguindo as orientações de Minayo (2008), em data, horário e local previamente combinado com o entrevistado.

Para registro das falas, foi utilizado recurso de gravação de áudio. Posteriormente, para análise destas entrevistas, os áudios foram transcritos e transformados em material textual. Foi utilizada a análise de conteúdo para interpretação das respostas dos entrevistados, as quais serão apresentadas de forma detalhada a seguir:

- Entrevistado(a) 1: Coordenador de esporte e lazer da PROCEA em 2018;

- Entrevistado(a) 2 e 3: docentes do curso de Educação Física da UNIR desde a década de 1980;

- Entrevistado(a) 4: presidente fundador da Associação Atlética Acadêmica/A.A.A de Educação Física em 2015;

- Entrevistado(a) 5: servidora da UNIR que desde 2018 desenvolve projeto de extensão voltado a vivências práticas de dança no Campus UNIR;

- Entrevistado(a) 6: Chefe do Departamento de Educação Física em 2018;

- Entrevistado(a) 7: servidor da UNIR que desde 2008 desenvolve e coordena a prática de uma arte marcial no Campus UNIR;

- Entrevistado(a) 8: membro fundador de Associações Atléticas Acadêmicas (A.A.A) da UNIR em 2014.

Realidade das Práticas de esporte e lazer na UNIR

A partir das coletas documentais e entrevistas, classificamos quatro manifestações das diferentes práticas de esporte e lazer ativo realizadas na UNIR: 1) as atividades das AAAs; 2) os projetos de extensão e de pesquisa; 3) os eventos extensionistas; e 4) as atividades não institucionalizadas.

É relevante destacar que foram desconsideradas as aulas práticas realizadas pelos cursos de Educação Física e Departamento de Artes. Isso porque se tratam de atividades de ensino, exclusivas para alunos matriculados nestes cursos, razão pela qual não compõem o foco da pesquisa realizada.

Em relação às práticas atuais de esporte e lazer no campus, estão restritas às ações/iniciativas próprias de professores e/ou discentes interessados em desenvolver e/ou praticar atividades físicas e esportivas. O apoio institucional efetivo parece estar restrito à PROCEA, através de bolsas de extensão aos discentes e material esportivo, e ao DEF, através da participação dos professores nas atividades/ações e do empréstimo de material esportivo, conforme relatado em entrevistas:

> O setor institucional que encabeça essas práticas e faz um esforço grande pra mantê-las é, sem dúvida, o Departamento de Educação Física. Os departamentos do NUSAU, em geral, eles se preocupam com a oferta de serviços à comunidade acadêmica. Então, o DEPSI, por meio desse projeto de extensão [de danças circulares] confirma essa minha fala. Os outros núcleos, aqui em PVH, eu vejo uma participação modesta. Mas não teria propriedade pra poder falar. Mas eu sei que eles apoiam as atléticas dos cursos e só. Não sei até que ponto este apoio vai. O órgão que nós temos dentro da UNIR que incentiva essas práticas de esporte e lazer e fornece apoio, nem que seja um apoio emocional, às vezes, é a PROCEA. Então a PROCEA, a gente percebe, ela é assim, a pró-reitoria responsável pela regulamentação das ações de extensão dentro da universidade e, à medida que as coisas avançam, elas se preocupam em poder dar assistência a esses projetos de extensão através de determinados materiais, através do incentivo de estudantes pra participarem de determinadas competições, enfim. Então, o NUSAU,

> por congregar o DEF e esses outros departamentos que são preocupados em oferecer esses serviços, apoia, mesmo que indiretamente. E a PROCEA é a outra unidade que também tem ajudado bastante nesta manutenção das atividades voltadas pro esporte e pro lazer dentro do campus da Universidade. As outras unidades administrativas, até por conta do perfil de trabalho que elas desenvolvem, eu não noto nenhuma interação, nenhuma ação mais efetiva pra apoiar isso. Eles participam. (...). Mas eu não noto, administrativamente, uma política voltada para o incentivo dessas ações dentro do Campus (Entrevistado 6)

A fala apresentada revela que não existe um setor específico para gerir as práticas de esporte e lazer no campus. Entretanto, algumas unidades institucionais idealizam e realizam ações dessa natureza ou apoiam os grupos que o fazem.

Nas seções a seguir, consta o detalhamento das informações obtidas sobre as quatro categorias de manifestações de práticas de esporte e lazer.

Atividades das Associações Atléticas Acadêmicas (A.A.A.)

Em conjunto, as entrevistas revelaram que, na atualidade, as atléticas representam uma forte frente (e, provavelmente, a principal) organizadora e executora de práticas esportivas no Campus Porto Velho da UNIR, utilizando formalmente dois espaços da IFES: a quadra poliesportiva, denominada "Tatuzão", e o Centro de Práticas Esportivas da UNIR/CEPEU.

No "Tatuzão", eram realizados os treinamentos das modalidades coletivas de quadra (futsal, vôlei, handebol e basquete), enquanto o CEPEU era utilizado pelas líderes de torcida para ensaios de coreografias e danças. Em relação à periodicidade, as atividades das atléticas geralmente eram semanais ao longo do ano, e se intensificavam próximo aos períodos de competições/jogos em que essas associações participavam.

Interessante observar que os tipos de atividades desenvolvidas pelas atléticas exemplificam o entendimento de que a universidade se revela como local onde as práticas de esporte e lazer se reproduzem e se ressignificam. As modalidades coletivas de quadra citadas costumam

fazer parte dos jogos universitários, o que provavelmente justifica a prática pelos membros das atléticas, visando a preparação para participação nas competições esportivas. Desta forma, na universidade, se reproduz e se fortalece a cultura nacional de interesse pela prática de esportes coletivos de quadra.

Já as atividades de líderes de torcida não fazem parte da cultura tradicional brasileira e tampouco da cultura local, Porto Velho. Entretanto, em universidades de outras regiões do país, essa atividade tem se fortalecido ao longo da última década (Tokarski, 2017), provavelmente sob influência da cultura estadunidense, onde está densamente inserida.

É provável que o aparecimento de atividades de líderes de torcida na UNIR seja reflexo direto da vinda de estudantes naturais de outras regiões do país para estudar nesta IFES. Portanto, a partir do contato com tal atividade, mais membros da comunidade universitária passam a conhecê-la, ampliando as possibilidades reconhecidas de práticas de esporte e lazer. É neste sentido que se justifica o entendimento de que a universidade representa lugar de ressignificação das diversas práticas de esporte e lazer existentes.

Iniciadas na UNIR ainda na década de 1980, as atividades desenvolvidas pelas AAA tiveram sempre o caráter desportivista, visando participação em competições locais, regionais e nacionais. Na fala a seguir, um docente do DEF, que já está na UNIR a pouco mais de 30 anos, destaca a expressividade dessas práticas realizadas pelas Atléticas:

> (...) nós temos uma prática esportiva muito acentuada, muito visível, que é a das atléticas, que eu considero um movimento fantástico, que nasceu internamente. Poderíamos até dizer que [nasceu] pela ausência de prática esportiva, de modalidades formais, de programas de esporte na universidade. Por iniciativa dos alunos, eles foram criando essa perspectiva de prática de esporte via associação atlética. Então, os movimentos das atléticas, isso foi extraordinário. (...) (Entrevistado 5).

Sobre a importância das atléticas no Campus, tanto o atual chefe do DEF/UNIR quanto o servidor responsável pelo oferecimento de uma

modalidade de arte marcial no Campus ressaltaram o movimento atleticano como algo importante para a comunidade da UNIR. A fala abaixo expressa a opinião do último citado:

> (...) eu percebo que essas ações que estão ocorrendo dentro do Campus, tanto de esporte quanto lazer, por meio das atléticas, por meio dos projetos de extensão, eles têm aumentado muito a integração dos alunos dentro da universidade; e feito com que eles participassem de forma mais ativa da vivência universitária de forma geral. E isso é bom, porque faz com que os alunos passem mais tempo dentro do Campus, faz com que eles acabem socializando outras experiências que, pra formação universitária, isso é importante (Entrevistado 6).

A fala acima faz referência a um aumento recente de atividades de esporte e lazer no campus. É fundamental explicar, neste contexto, que embora tenha sido revelado que as atléticas nasceram próximas à criação da universidade, em 1983, durante um período, aproximadamente do ano 2000 até 2008/2009, elas perderam força e ficaram inativas. Apareceu nas entrevistas o relato do reaparecimento das atléticas a partir da segunda metade dos anos 2000:

> Do final dos anos 80 até final dos anos 90, nós ficamos com cerca de 4 ou 5 atléticas. Depois, houve um adormecimento, nós ficamos um bom período sem essas práticas esportivas na UNIR, e poucas sobreviveram. Inclusive essas que eu estou te falando [atléticas de alguns cursos citadas antes na entrevista] ficaram mais de 10 anos sem ter qualquer tipo de prática, ou até mais, talvez 15 anos. E agora, nessa nova década que a gente consegue resgatar e ter novamente essas atléticas. (...) hoje, só na capital, nós estamos com 12 (Entrevistado 1).

A fala acima revela que houve importante crescimento do número de atléticas nos últimos anos. A partir de documento fornecido pelo diretor de esportes da PROCEA, identificamos que a primeira atlética criada já nos anos 2000 foi a do curso de Medicina, em 2009. Desde então, esse movimento se fortaleceu e, na atualidade, se apresenta bastante sólido na UNIR.

Essa também foi a percepção do presidente criador da atlética do curso de Educação Física, em 2015/2016:

> (...) foi basicamente isso: entramos no curso (de Educação Física) achando que teria maior participação esportiva e não tinha muito. E a maneira que a gente achou de se inserir nesse meio esportivo foi através da atlética. Porque tinha a Atlética de Direito, Engenharia e Medicina. Aí a gente (Educação Física) criou; criou [atlética] o pessoal de Administração, e o pessoal de Biologia criou. Então, em 2016, já tinham seis atléticas. Foi então que o esporte na Universidade começou a crescer" (Entrevistado 6).

A partir dos relatos de diferentes sujeitos, foi notável que o reaparecimento das atléticas representou expressivo crescimento, sobretudo dos discentes, nas práticas esportivas no Campus.

Ainda sobre o fortalecimento das atléticas, os dois últimos chefes do departamento de Educação Física entendem que esta unidade institucional tem seu lugar de importância nesse processo. Na visão do entrevistado que foi chefe do Departamento de Educação Física no momento em que houve expressivo aumento do número de atléticas (2012 a 2016), o DEF colaborou para esse fortalecimento do que aqui chamamos de movimento atleticano, conforme a primeira fala abaixo apresentada.

No mesmo sentido o atual chefe do DEF relata apoio direto deste departamento, tanto pela organização da utilização dos espaços físicos, empréstimo de material, bem como colaboração de docentes do departamento em questão:

> De certa forma, o departamento [de Educação Física] ele é corresponsável por esse avanço das atléticas. Porque assim, é um espaço modesto, é um espaço que não é suficiente [o espaço disponível para as práticas]. Tem atlética que treinava aqui [na quadra poliesportiva] 10 horas da noite, porque não tinha mais agenda. Todas elas faziam treino entre elas, para poder conseguir espaço pra treinar; e a nossa quadra tem vida. (Entrevistado 5).

> (...) Pelo fato de o Departamento de Educação Física administrar o espaço físico onde são realizados esses treinamentos que as atléticas fazem, a nossa interação com eles acaba acontecendo de forma muito ativa no sentido de organizar a agenda, por exemplo, do ginásio Tatuzão, e organizar a agenda do CEPEU para poder conciliar com as outras atividades de ensino, de extensão que também são realizadas nesses mesmos espaços. Quando necessário, a gente também cede material esportivo pra eles. E, em algumas ocasiões, eu sei do apoio de alguns professores no treinamento deles pra determinadas modalidades esportivas, o que também é feito principalmente pela assessoria de professores de educação física (Entrevistado 8).

A partir das falas anteriores, é possível compreender que tanto a infraestrutura física quanto a questão dos recursos materiais e humanos são dificuldades presentes nas práticas desenvolvidas pelas atléticas.

Embora a pesquisa não tenha realizado levantamento e análise das estruturas de esporte e lazer no campus, como realizado na cidade de Porto Velho e demonstrado no capítulo 4 da presente obra, as entrevistas e questionários expressam a necessidade de ampliação dessas, caso seja do interesse da universidade colaborar de forma mais efetiva para o fortalecimento das práticas de esporte e lazer em seu interior.

No relato do entrevistado 4, é possível observar que o crescimento numérico das AAA na UNIR não foi acompanhado por ampliação dos espaços disponíveis para as práticas esportivas, e, como consequência, os espaços existentes no Campus são insuficientes para atender as demandas destas entidades acadêmicas:

> (...) outra dificuldade que a gente teve foi arrumar o local, porque começou a ter muita atlética na cidade e não tinha horários nas escolas, e outras já não liberavam mais. Nosso treino era basicamente aqui na UNIR, então nós tínhamos um horário apertado para treinar (Entrevistado 4).

A fala anterior revela que a infraestrutura da UNIR se mostra insuficiente diante do crescimento numérico das atléticas no campus. Porém, mais que isso, chama atenção o relato que até mesmo fora do campus, outros espaços existentes na cidade de Porto Velho têm sido buscados e também já estão com pouca disponibilidade, o que o entrevistado atribui ao fato de que o crescimento de AAAs não se deu somente na UNIR.

Provavelmente, outras instituições de ensino superior de Porto Velho também têm assistido o fortalecimento desse tipo de associação. Este assunto é relevante e sugerimos que estudos futuros direcionem o olhar para buscar compreender como o esporte universitário tem sido recebido e contemplado nas políticas de esporte e lazer municipais.

Projetos de extensão, pesquisa e eventos extensionistas

Os projetos de pesquisa e extensão constituem o segundo tipo de atividade fomentadora/promotora de práticas de esporte e lazer na UNIR. Na análise documental desta natureza, foi identificado somente um projeto de pesquisa, desenvolvido no ciclo 2016/2017 do PIBIC/UNIR. Nenhum dos entrevistados relatou conhecer outras atividades de pesquisa que tivessem ofertado práticas de esporte e lazer.

A docente que desenvolveu o projeto de pesquisa relatado participa do presente estudo, razão pela qual foi possível descrever informações detalhadas sobre ele. A atividade foi realizada durante 12 semanas no ano de 2017; e consistia na prática de caminhada pelo campus, acompanhada e orientada por três estudantes de Educação Física vinculados ao PIBIC. Estes eram supervisionados/orientados por uma docente do Departamento de Educação Física. O número de interessados em participar da pesquisa foi de aproximadamente 80 pessoas. Entretanto, ao aplicar os critérios de exclusão da pesquisa, somente 21 sujeitos foram elegíveis para realizar as caminhadas, incluindo servidores e alunos da UNIR. A caminhada era realizada três vezes por semana em três horários: das 07h00min às 07h50min; das 17h00min às 17h50min; e das18h00min às 18h50min.

Pelo relato da docente coordenadora do Projeto de Pesquisa anteriormente citado, uma característica marcante do projeto foi a baixa assiduidade dos sujeitos, tema apresentado em formato de resumo em um evento de pesquisa da UNIR (Macedo et al., 2018). Esta questão da baixa assiduidade merece destaque especial, tendo em vista que foi referida também nas duas entrevistas realizadas com coordenadores de projetos/ações de caráter extensionista, realizadas de forma contínua no campus. Na fala de ambos, a palavra "cultura" apareceu como motivos prováveis que explicam esse comportamento observado/vivenciado. Uma delas é apresentada a seguir:

> Isso é um diferencial que eu notei desde que eu cheguei aqui. (...) já tem uma longa história, não é, a UNIR. Mas sempre foi um lugar muito de graduação. A pós-graduação é um negócio que, em relação à graduação, é muito pequeno ainda, incipiente, eu acho. (...). Então a população de pós-graduandos também não é lá [muito expressiva]. Porque era isso que movimentava o campus onde eu estudava. A maior parte da população estudantil era de pós-graduandos, não de graduandos. E a galera ficava o dia inteiro, dentro de tudo aquilo lá. E a universidade tinha um pouco dessas opções, tinha o que fazer. O que eu posso fazer? Ah eu posso pegar uma bola e vou jogar basquete aqui ou vou nadar. E quando eu vim pra cá, as pessoas vinham, botavam a mochila nas costas e iam embora. Acabou minha aula, não quero saber, vou embora. Então não tem essa cultura, não sei, de prática na universidade. Como eu te falei, eu acho que é uma tarefa importante de incentivar as pessoas de alguma forma, criar, talvez, essa cultura. Mas é, é difícil eu acho (Entrevistado 7).

Em relação às atividades de extensão, na análise documental, somente dois projetos foram localizados: 1) UNIR mais ativa, UNIR mais funcional; e 2) A arte do encontro: motivando pessoas através das danças circulares.

Foi identificado também um projeto de curta duração (12 horas) realizado em 2018, denominado "Atividades lúdicas e recreativas: esporte e ação para servidores da UNIR", realizado em dois dias do mês de outubro

de 2018. Os dois primeiros ocorreram no período 2017/2018 e receberam bolsas de extensão pelo PIBEC.

Até o final de 2018, cerca de 30 sujeitos participaram do Projeto "UNIR mais ativa, UNIR mais funcional", que ofereceu a prescrição e o acompanhamento de treinamento com exercícios funcionais à comunidade universitária. Segundo a equipe de coordenação e execução, com nova denominação (CEPEU em movimento), o projeto continuou em 2019, e tem perspectiva de ser ampliado, incluindo maior diversidade de atividades.

Diante das informações obtidas, entendemos que, além dos discentes, que se organizaram para viabilizar a realização de práticas esportivas no campus através das AAA, servidores técnicos e docentes também têm realizado atividades da área de esporte e lazer na UNIR, através de projetos de pesquisa e extensão.

Diferentemente das atléticas, porém, as atividades decorrentes desses projetos não têm caráter esportivo. Incluem caminhada, exercícios com pesos, dança e uma arte marcial não esportivizada. Esta última, por não ser institucionalizada, está descrita no último item do presente capítulo.

Além dos projetos de extensão de duração superior a um semestre, é de conhecimento dos pesquisadores a realização de eventos (atividades não contínuas) de esporte e lazer no campus no período considerado para a presente pesquisa. Dentre estas, se incluem: "Dia do Desafio", "Recepção de calouros do curso de Educação Física", "Volta universitária no campus" e "Dia Mundial da Saúde".

Esses eventos compõem a memória pessoal dos próprios pesquisadores vinculados ao estudo, mas não foram citados em entrevistas e tampouco apareceram nos documentos institucionais pesquisados. Assim, considerando a falta de documentos oficiais ou de relatos obtidos nas entrevistas sobre estes ou outros eventos com a mesma natureza, não serão apresentados detalhes destas atividades.

Atividades contínuas de esporte e lazer não institucionalizadas

Também apareceram nos relatos orais dos entrevistados, bem como no quadro de horários no DEF, registros de atividades contínuas não institucionalizadas de esporte e lazer: 1) aulas de aikidô; 2) ensaios de dança e coreografias, ambos no CEPEU; e 3) jogo de futsal (chamado de peladão). Esta informação foi ratificada pela coordenadora do CEPEU de 2016 a 2018, que é pesquisadora integrante da pesquisa descrita neste capítulo.

Segundo a citada servidora, as duas primeiras atividades foram conduzidas tanto por grupos independentes compostos por alunos e/ou servidores, bem como por líderes de torcida componentes das A.A.As; e a estimativa é de que, no ano de 2018, o número de pessoas que utilizaram o CEPEU para suas atividades de esporte e lazer através de atividades não institucionalizadas variou entre 100 e 200 individuos.

Embora a questão histórica das práticas de esporte e lazer no campus não seja enfoque do presente estudo, é importante destacar que as aulas de aikidô no CEPEU tiveram início em 2008, conforme informado em entrevista pelo coordenador e executor da atividade, antes mesmo que o local recebesse essa denominação (2016). Já os ensaios de coreografias/danças tiveram início do 2º semestre 2016. Participaram, até dezembro de 2018, três grupos e 8 atléticas.

Tais informações revelam aumento do interesse pelas práticas de esporte e lazer no campus nos últimos anos, o que provavelmente resulta tanto da recente melhora da infraestrutura - e consequentemente da visibilidade - do CEPEU, quanto do fortalecimento do movimento atleticano da universidade.

Ademais, o registro de atividades não institucionalizadas idealizadas, organizadas e desenvolvidas voluntariamente por membros da comunidade universitária revela que existe anseio da comunidade UNIR por realizar suas atividades de esporte e lazer no campus. Tal percepção foi confirmada a partir da análise dos questionários aplicados, descrita em seção seguinte deste capítulo.

Realidade atual e satisfação da comunidade UNIR com as práticas de esporte e lazer no Campus Porto Velho

Considerando a tipologia de atividades de esporte e lazer especificadas nos tópicos anteriores, no momento em que a coleta de dados foi executada, as atividades existentes eram aquelas desenvolvidas pelas A.A.As (treinamento de esportes, ensaios de líderes de torcida e jogos universitários); os projetos de extensão (CEPEU em movimento e a arte do encontro: motivando pessoas através das danças circulares); e as atividades não-institucionalizadas (treino de Aikidô, ensaios de dança de grupos independentes e o futsal/"peladão").

Quando solicitado para elencar as atividades de esporte e lazer realizadas no interior do campus, um dos entrevistados apresentou a fala a seguir. Observa-se que, com exceção das atividades das atléticas, que tinham sido discutidas em maior profundidade em momento anterior da entrevista, todas aquelas identificadas na presente pesquisa se fizeram presentes:

> Vou começar pelo DEF. O DEF, dentro do Campus, nós temos o CEPEU em movimento, que é um Projeto de Extensão, que nasceu do treinamento funcional, do ano passado. E que a continuidade dele aconteceu esse ano com essa troca de nome, mas oferece treinamento funcional pra servidores, alunos, comunidade externa, aqueles que queiram participar dessa atividade. Dentro do campus, do departamento eu acredito que oficialmente seja só esse institucionalizado. Existem outras iniciativas, outros projetos de extensão. Lá da Psicologia, por exemplo, de danças circulares, que também é uma atividade que tem sido realizada agora. Temos também o pessoal que, por conta própria, faz artes marciais (...), lá no CEPEU também. Aí envolve servidores, alunos, a comunidade em geral. Temos outra iniciativa também que envolve toda a comunidade, que é o conhecido/famoso peladão. Eles fazem às sextas-feiras, eles fazem uma integração entre todos os cursos, servidores, eles usam o Tatuzão pra jogar futsal. Eu acho que, dentro da UNIR, o que tem hoje é isso, que eu saiba, de práticas de esporte e lazer. (Entrevistado 6).

Este entrevistado relata que a realidade atual é melhor do que aquela observada poucos anos antes, por volta de 2010:

> Eu percebo que (...) nós crescemos muito em variedade de opções de práticas de esporte e lazer no campus. Quando entrei na universidade eram poucas iniciativas que haviam, e coisas muito isoladas. Hoje a gente tem, com a introdução das atléticas, uma grande quantidade, grande participação dos alunos nesses movimentos de treinamento e tudo mais. O número de projetos de extensão também cresceu muito. A infraestrutura disponível também dentro do Campus pra oferta desse tipo de serviço social ele também cresceu muito. Então, apesar de ainda ter muito espaço pra crescer, eu percebo, que comparado ao que era quando eu entrei, hoje a gente aumentou 200% do que tínhamos de oferta na época (Entrevistado 6).

Embora melhoras tenham sido observadas, os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário sugerem que a comunidade acadêmica apresenta baixa satisfação com a quantidade e os tipos de atividades esportivas e de lazer existentes no campus, bem como com a infraestrutura e recursos materiais existentes.

No questionário, quatro questões abordavam a satisfação com estes aspectos específicos. Em seu enunciado, solicitava-se aos respondentes que atribuíssem um valor entre 0 e 10 para designar seu grau de satisfação com cada um destes itens, considerando uma escala de 0 a 10, na qual 0 significava "totalmente insatisfeito" e 10 "completamente satisfeito". A satisfação média com a quantidade e os tipos de práticas foram, respectivamente, 4,40 ± 2,81 e 4,35 ± 2,89. Interessante verificar que 31,40% dos respondentes relataram que as atividades por eles conhecidas eram somente aquelas oferecidas pelas atléticas acadêmicas e 19% relataram não conhecer nenhuma atividade.

Assim, revela-se que além de existirem poucos tipos de atividades disponíveis, estas parecem carecer de maior divulgação, tendo em vista que algumas são desconhecidas para os participantes da pesquisa.

Também foi investigada a satisfação dos sujeitos com a infraestrutura e os recursos materiais, 4,49 ± 2,70 e 4,09 ± 2,65, respectivamente. Portanto, numericamente, as médias foram próximas àquelas encontradas em comparação à satisfação com a quantidade e os tipos de práticas. No mesmo sentido, 96,69% consideram haver algo a ser aprimorado ou modificado em relação às práticas de esporte e lazer no campus. Os aspectos apontados com maior frequência, no que tange à necessidade de aprimoramento ou mudanças, foram infraestrutura e/ou equipamentos (57,63%), ampliação dos tipos de atividades (22,31%) e também do incentivo ou de oportunidades para a prática (28%).

São apresentadas a seguir algumas respostas que exemplificam a visão dos respondentes sobre esse assunto. Elas surgiram diante de uma pergunta que solicitava ao sujeito que explicasse a alternativa (sim ou não) assinalada diante da pergunta: "Considerando a situação atual das práticas de atividade física, esporte e lazer no Campus UNIR, você acredita que há algo a ser aprimorado ou modificado?"

> "Acredito que a infraestrutura e os recursos materiais são os pontos que mais precisam ser melhorados." (Respondente 13).

> "Menos burocracia com utilização da quadra, e falta ter mais lugares, só temos uma quadra, não tem campo, a piscina quase não pode ser utilizada, tem espaço para adequar outros projetos para a aquisição de práticas esportivas." (Respondente 21).

> "Primeiro que, se o aluno não for do curso de Educação Física, não há espaço para práticas de atividades/exercícios físicos. Até tem, mas tem toda uma burocracia por trás disso. A academia que tem, eu acredito que seja de uso exclusivo deles, até porque é de responsabilidade do Departamento de Educação Física o espaço. E em relação ao que pode ser aprimorado, é que houvesse uma flexibilidade para os outros discentes utilizarem dos espaços. Existe apenas um "complexo" para todos os cursos da Unir, e quando é solicitado há uma lista de espera. A piscina,

> nunca ouvi dizer que alguém já utilizou ela. Se tivesse alguém ali, como se fosse em um clube, fiscalizando e orientando quem quisesse utilizá-la em horário vago (apenas para prática de exercício) já seria de muita ajuda, porque enquanto uns treinam nas quadras, outros poderiam usar da piscina para finalidade de resistência e outros." (Respondente 16).
> "Arrumar essa academia. Porém o recurso é do governo e já sabemos as burocracias." (Respondente 118).
>
> "Os espaços para praticar esportes com segurança, melhor divulgação dos esportes que temos." (Respondente 120).
>
> "Há muito ainda o que ser discutido, e também divulgado por toda a instituição, fazendo com que funcionários, alunos e professores da Unir se interessem por tais práticas de atividades físicas." (Respondente 121).

As respostas apresentadas evidenciam que a infraestrutura e a limitação de materiais representam a limitação mais frequente e importante na visão dos sujeitos. Um aspecto que chamou a atenção foi a questão da denominada burocracia para utilização dos espaços disponíveis (quadra, piscina e sala de musculação). Avaliamos que esta insatisfação também poderia ser sanada ou reduzida através da ampliação da quantidade de espaço para as práticas. Isso porque acreditamos que a burocracia se fez necessária porque a demanda pelos poucos espaços disponíveis é maior que a capacidade de atendimento. Atualmente, a unidade acadêmica responsável por gerenciar esses espaços é o Departamento de Educação Física. Diante dos resultados, ponderamos que talvez este precise discutir com a comunidade acadêmica a necessidade de criação e/ou implementação de critérios para distribuir de forma igualitária o tempo de utilização dos diferentes grupos.

Outra questão que merece atenção na resposta do respondente 16 diz respeito à falta de recursos humanos designados especificamente para tratar da questão do esporte e lazer. Desconsiderando as atividades das atléticas, que ocorrem de forma independente da universidade, atualmente o Departamento de Educação Física e a PROCEA são os setores/unidades institucionais que assumem toda a responsabilidade prática pelo ofereci-

mento e a manutenção das atividades de esporte e lazer no campus; porém, estas unidades não dispõem de servidores designados especificamente para cuidar dessa questão.

Desta forma, os professores que oferecem atividades de esporte e lazer através de projetos, bem como aqueles que coordenam e gerenciam os espaços físicos, acumulam atribuições diárias, tais como: ministrar aulas em cursos de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisas, orientar discentes, realizar tarefas administrativas, dentre outras. O tempo que estes possuem para se dedicar especificamente às práticas de esporte e lazer é escasso. Esta realidade apareceu na fala de um dos entrevistados:

> (...) Nós somos uma instituição pequena, nós temos poucos recursos humanos e isso impacta diretamente na nossa capacidade de ofertar ações de esporte e lazer. (...) A gente no Departamento de Educação Física consegue observar isso (...) Esse setor mesmo, de qualidade de vida da Diretoria de Recursos Humanos. Ele tem um servidor. E aí recentemente ele tentou implantar uma atividade de ginástica laboral para os servidores. Mas um servidor organizando uma ação de ginástica laboral para um campus que transita, para uma quantidade muito grande de pessoas, é impossível, humanamente, de ser alcançado. Então eles acabaram não tendo muito sucesso nessa iniciativa. Eles pediram socorro pro Departamento de Educação Física nos 45 do 2º tempo, mas nós também não tínhamos como ajudá-los, porque aqui ninguém trabalha com aquilo que eles tinham se proposto a oferecer. Mas, a instituição, ela se preocupa. Porém, do mesmo jeito que acontece com outros setores, a gente não tem capacidade física, a gente não tem recursos humanos, a gente não tem condições de oferecer aquilo que deveríamos, talvez, ou que nos preocupamos em fazer. (Entrevistado 6).

A fala acima apresentada corrobora a visão de alguns respondentes do questionário quando se referem à insuficiência de pessoas para atender a demanda institucional de práticas de esporte e lazer. Certamente, se houvesse uma equipe de servidores e estagiários designados especificamente

para essa questão, provavelmente este cenário seria mais favorável à ampliação das possibilidades de práticas.

Neste contexto de desafios e possibilidades, a partir do questionário, foi identificado que dentre as modalidades que os respondentes gostariam que fossem oferecidas no campus, as cinco mais frequentes foram: dança (22,31%; n=27); atividades aquáticas/natação (19,83%; n=24); corrida ou caminhada (14,88%; n=18); futebol (9,92%; n=12); lutas (9,92%; n=12).

É interessante observar que quase 15% dos respondentes gostariam que houvesse oferta de caminhada ou corrida, modalidades possíveis de realização de forma individual, utilizando até mesmo as calçadas do campus.

Neste sentido, destacamos que, por volta de 2017/2018, foram realizadas importantes melhorias no calçamento ao longo de todo o campus. Tal fato nos conduz à seguinte reflexão: Por que estas pessoas interessadas não realizam, de forma individual, suas caminhadas/corridas?

Talvez esta seja uma questão que tenha relação direta ou, no mínimo próxima, com a questão da cultura e/ou da baixa assiduidade/aderência observada por coordenadores de projetos de extensão e/ou pesquisa, ambas já explanadas no presente capítulo, tornando-se assim uma questão que merece estudos mais aprofundados, provavelmente comparativos com outras regiões/cidades brasileiras onde as barreiras para a prática parecem ser superadas com maior facilidade do que a observada no Campus UNIR.

Desafios, dificuldades institucionais e perspectivas para as práticas de esporte e lazer no Campus Porto Velho da UNIR

Diante dos resultados apresentados nos tópicos anteriores, a pesquisa sugere que a UNIR possui importantes desafios institucionais para melhora do panorama atual das atividades de esporte e lazer no Campus Porto Velho. São eles: infraestrutura física e material, recursos humanos, maior divulgação das atividades e incentivo à adesão, aderência e assiduidade dos praticantes. Nesse sentido, apresentamos no presente tópico as perspectivas de alguns entrevistados sobre a questão do esporte e lazer no Campus.

Na visão de um servidor que atualmente ocupa cargo de gestão, o cenário futuro pode até mesmo piorar, em função de aspectos relacionados na macroestrutura:

> Apesar de tudo que eu falei, eu não sou otimista com relação às perspectivas futuras. Porque, como eu falei, a gente tem uma limitação que são os nossos recursos humanos disponíveis para estarem atuando neste cenário, neste setor. E a gente não tem a previsão de contratação de novos servidores pra poder auxiliar na oferta dessas ações. Além disso, os atuais servidores que se dedicam, num esforço às vezes sobre-humano, pra poder fazê-lo, eu temo que a saúde deles não suporte fazer isso por muito tempo. Então são poucas pessoas. Essas poucas pessoas correm o risco de se cansar, de fazer uma coisa que é desgastante do ponto de vista físico, do ponto de vista de tempo que você tem que se dedicar a estas ações. Então não tem a previsão de contratar ninguém; essas pessoas que estão, as poucas pessoas que estão e encabeçam essas ações não sei por quanto tempo elas vão ter saúde pra fazer isso; e a gente, a nível de contexto político-nacional, também está passando por mudanças na logística administrativa que, eu penso, que podem travar um pouco essa nossa capacidade de oferta de ações de esporte e lazer dentro do campus. O nosso sistema de aquisição de equipamentos, de insumos, de tudo, mudou pra 2020. Ninguém sabe pra que lado vai, ninguém sabe o que vai fazer. Mas a gente já teve que prever, no começo de 2019, aquilo que vai usar em 2020. E as orientações do ministério foram de que se não tivesse lá não seria adquirido. Então assim, a gente tá passando por um momento de mudanças em sistemas operacionais, a gente tá num momento muito instável com corte de verbas pro setor público, principalmente na área da educação. Então, assim, eu vejo com medo o futuro. Não sei até quando a gente vai ter fôlego pra manter não só essas ações de esporte e lazer, mas pra manter todo o sistema educacional funcionando nos moldes como a gente vem trazendo até hoje. Se até hoje já tinha dificuldades, daqui pra frente, eu penso que as coisas podem ficar um pouco piores. (Entrevistado 6).

Na fala deste servidor, nota-se preocupação importante com o cenário educacional que repercute de forma direta sobre as possibilidades de

oferta de atividades esportivas e de lazer vinculadas à estrutura institucional, ou seja, nos aspectos que dependem da instituição, seus equipamentos e servidores o futuro parece impreciso e até mesmo ameaçador. Outro entrevistado demonstrou visão diferente desta.

> Olha, há um tempo atrás acho que não tinha esses meninos que treinavam, as atléticas. E isso sempre foi, pelo menos lá de onde eu vim, sempre foi um grande motivador pra prática física, sabe, de atividade física. E eu tenho visto isso acontecer aqui. Eu não sei como isso está organizado, mas eu me lembro que lá o pessoal tinha técnico, era uma coisa muito séria, envolvia uma galera. Eu tenho visto isso e então isso me traz uma boa perspectiva, assim, de a gente fomentar esse tipo de atividade, talvez orientá-los, na medida do possível. Então é uma coisa muito legal. (Entrevistado 7).

Diferentemente do primeiro entrevistado 6, este - cuja fala consta acima - apresenta sua perspectiva baseada na ampliação crescente do movimento atleticano dentro da universidade. Embasado neste panorama, o entrevistado demonstra boas perspectivas para as práticas de esporte e lazer na UNIR.

Consideramos, a partir destas duas falas, que o futuro das práticas de esporte e lazer nesta IFES dependerá de todos os atores que dela fazem parte, incluindo-se tanto aqueles que atuam numa esfera mais elevada da estrutura político-governamental quanto o interesse dos servidores e estudantes em manter e fortalecer as práticas.

Considerações Finais

O presente capítulo apresentou a realidade da UNIR no que diz respeito às práticas de esporte e lazer no Campus Porto Velho. Os resultados aqui apresentados viabilizam a compreensão do contexto no qual a UNIR está inserida, bem como das incertezas que se apresentam em relação à referida temática, indicando assim que, provavelmente, o momento atual

seja um dos mais ricos em relação às possibilidades de práticas de esporte e lazer no Campus.

Considerando os relatos dos entrevistados, vivenciamos o momento de maior variedade da quantidade e dos tipos de atividades disponíveis. Existem atualmente ações efetivas - institucionalizadas ou não - de caráter extensionista, coordenadas e organizadas por servidores, atividades das atléticas inteiramente organizadas por discentes, e ainda ações de iniciativa própria de alunos e/ou servidores motivadas simplesmente pelo anseio de realizar exercícios e aproveitar os espaços do campus.

Apesar de ser um momento ímpar, os resultados dos questionários e da maioria das entrevistas realizadas com sujeitos diretamente participantes das ações sugerem que a comunidade UNIR anseia por ampliação destas oportunidades de práticas, o que parece esbarrar, basicamente em limitações de recursos físicos, materiais e humanos.

Em relação ao futuro, ele pode ser muito positivo ou mesmo piorar em relação ao panorama atual, o que parece depender não somente da comunidade UNIR, mas também do que acontecerá na esfera nacional.

Ao observar e refletir sobre a realidade das práticas de esporte e lazer na UNIR, é possível encontrar inúmeros pontos de convergência entre as realidades do Estado de Rondônia e da cidade de Porto Velho, apresentadas e discutidas nos capítulos 2, 3 e 4 da presente obra.

De fato, consideramos que não foram encontradas diferenças substanciais entre as realidades descritas nos capítulos anteriores e no presente capítulo, no que diz respeito às lógicas de funcionamento, à tipologia de atividades realizadas e à forma de organização e utilização dos espaços disponíveis. Entendemos ser especificidade da universidade essa lacuna relacionada à fragilidade de um setor designado especificamente para gerenciar as práticas de esporte e lazer no campus.

Dentre os aspectos de semelhança, universidade pública, município e Estado compartilham especialmente, como os principais: limitações quanto ao número de espaços disponíveis e às oportunidades de sua utilização, insuficiência de recursos materiais e humanos e dificuldades de

realização/continuidade das ações a partir da perspectiva dos atores/gestores envolvidos.

Assim, e por fim, diante do cenário apresentado, é possível concluir que no setor de esporte e lazer é importante considerar as especificidades das microestruturas (aqui representadas pela universidade) para efetivo conhecimento da situação de cada região. Ademais, observadas as devidas proporções, a realidade da microestrutura pode ser em muitos casos, uma amostra importante do que se observa em dimensão macroestrutural.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Educação Física – ensino de primeira à quarta série. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CZUPICH, Mariusz. Sport as an instrument of social development - the example of London. **Journal of Physical Education and Sport**, v.20, n.5, p. 2875–2882, 2020.

MACEDO, Everton Gonçalves et al. A questão da assiduidade em programas de exercícios físicos: REALIDADE DO PROJETO CAMINHANDO NO CAMPUS**. Anais...** IX Seminário de pós-graduação e pesquisa & **II Simpósio de inovação, propriedade intelectual e tecnologia**, n. 2 v. 1, n.2, p. 268-269, 2018.

MARCONDELLI, P.; COSTA, THM; SCHMITZ, BAS. Nível de atividade física e hábitos alimentares de universitários do 3º ao 5º semestres da área da saúde. **Rev de Nutrição**, Campinas, v.21, n.1, p.39-47, jan./fev.2008.

MARTINS, MCC et al. Pressão arterial, excesso de peso e nível de atividade física em estudantes de universidade pública. **Arq. Bras. de Cardiologia**, v.95, n.2, p.192-9, jun. 2010.

MIELKE, GI et al. Atividade física e fatores associados em universitários do primeiro ano da Universidade Federal de Pelotas. **Rev. Bras. de Atividade Física e Saúde**, v.15, n.1, p.57-64, 2010.

MENDES, Alessandra Dias; AZEVÊDO, Paulo Henrique. Políticas Públicas de esporte e lazer e políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 127-142, set. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde, São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Cristina Borges. Sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo. **Revista Conexões**, Goiânia, v.2, n.1, p. 20-34, 2004.

OLIVEIRA, Cristiano de Souza; GORDIA, Alex Pinheiro; QUADROS, Teresa Maria Bianchini de; CAMPOS, Wagner de. Atividade física de universitários brasileiros: uma revisão da literatura. **Revista de Atenção à saúde**, São Caetano do Sul, v.12, n.42, p. 71-77, 2014.

OPSTOEL, Katrijn. *et al.* Personal and social development in physical education and sports: A review study. **European Physical Education Review**, v.26, n.4, p. 797–813, 2020.

PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. In: **Motrivivência**, Belo Horizonte, n. 11, p. 47-68, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez. 2007

TOKARSKI, Jéssica. **Equipe de Cheerleaders da UFPR luta para difundir a prática como esporte. Curitiba: s. ed, 2017.** Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/equipe-de-cheerleaders-da-ufpr-luta-para-difundir-a-pratica-como-esporte/>. Acesso em: 20 set. 2020.

Sobre os autores

Ramón Núñez Cárdenas

Graduado em Educação Física pelo Instituto Superior Pedagógico Juan Marinello (1987) (Título revalidado pela Universidade Federal de Santa Maria), com especialização em Ciências Aplicadas ao Esporte pela Universidade de Caxias do Sul (2004), Mestrado em Educação Física pela Universidade Matanzas (Título Revalidação pela Universidade Federal de Minas Gerais), doutorado em Biologia Experimental pelo Fundação Universidade Federal de Rondônia (2013) e estágio pós-doutoral pela Fundação Oswaldo Cruz (2014). É Professor adjunto III da Fundação Universidade Federal de Rondônia, revisor de periódico da Perspectivas online: biológicas e saúde, membro do corpo editorial da Psychtech & Health Journal, revisor de periódico da Psychtech & Health Journal e revisor de periódico da Revista Brasileira de Ciência e Movimento. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: anemia e malária, desempenho físico e nutricional, atletas.

Ivete de Aquino Freire

Graduada em Educação Física pela Faculdade Estadual do Pará (1984), com mestrado em Educação Física pela Universidade Gama Filho (1993) e doutorado em Sociedad y Culturas Contemporáneas - Universidad de Alicante/España (2000) (Título revalidado pela UnB/Brasil). É professora associada na Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Tem experiência na orientação de trabalhos científicos e participação em bancas examinadoras de monografia: graduação, especialização e mestrado. Área de atuação: Educação e/ou Saúde, principalmente em projetos voltados à cidadania e à atenção multiprofissional em saúde. Aposentada, é pesquisadora do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes do Estado de Rondônia. É líder do Grupo de Estudo e Desenvolvimento da Cultura Corporal.

Hélder Ferreira Isayama

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993), com mestrado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2002). É professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais e realizou Estágio Pós Doutoral na Faculdade de Educação da UFRJ (2012-2013). Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG (área interdisciplinar - Câmara de Ciências Humanas e Sociais) e líder do grupo de pesquisa Oricolé - Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. Foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer - ANPEL (2013-2014). Editor da Revista Licere. É representante da UFMG na Rede de Pesquisa OTIUM (Rede Iberoamericana de Pesquisa em Estudos do Ócio). Tem experiência na área de Educação Física com ênfase na perspectiva interdisciplinar, atuando principalmente nos seguintes temas: lazer, educação física, recreação, políticas públicas e formação e atuação profissional.

André Luiz Nascentes Coelho

Licenciado em Geografia, especialista em Planejamento e Gestão Ambiental (380 h), mestre em Geografia na área de concentração: Análise Ambiental pela Universidade Federal de Minas Gerais IGC/UFMG (2003); doutor em Geografia na área de concentração: Ordenamento Territorial e Ambiental pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense - IG/UFF (2007); fez estágio pós-doutoral em Geografia na Universidade de Coimbra/CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território - Portugal (2019). É professor associado da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES no Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado). Líder do Grupo de Pesquisa Inclusão em Geotecnologias, coordenador do Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias.

Consultor Ad-hoc da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior). Tem experiência em geociências, atuando nas seguintes áreas: dinâmica das águas superficiais/recursos hídricos, geomorfologia fluvial antrópica, ordenamento territorial e ambiental (PDMs, PDLSs, RIV/EIV, patrimônio ambiental e planejamento ambiental). Possui domínio de ferramentas geotecnológicas com ênfase em geografia, notadamente para os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) integrado com produtos e técnicas de sensoriamento remoto e cartografia geográfica. Recebeu premiações, com destaque à Menção Honrosa do Prêmio CAPES de Tese, em 2008.

Yesica Nunez Pumariega

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (2016). Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental (2016). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (2018). Atualmente é professora de psicologia da Faculdade de Educação e Médio Ambiente (FAEMA) de Ariquemes).

Catalina Dominga Pumariega Torres

Graduada em Pedagogia pela Associação de Ensino Superior da Amazônia (2010). Foi instrutora II no SENAI - Departamento Regional de Rondônia. Pós-graduação em nível de Especialização em Educação Profissional e Tecnologia. Especialização em Gestão-Supervisão e Orientação Escolar. Atualmente é professora do SENAI.

Célio José Borges

Graduado em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Goiás - ESEFEGO (1980); Especializações em Ginástica Escolar-UAm (1986), Gestão Escolar- pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR (1994), Metodologia do Ensino Superior- pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR (1994, mestrado em Educação: Teorias e Práticas

Pedagógicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e Doutor em Educação Escolar (2011) - no eixo de Gestão e Políticas educacionais, pela UNESP - Araraquara, Atualmente é professor ASSOCIADO-IV da Universidade Federal de Rondônia, lotado no Departamento de Educação Física. Tem experiência nas áreas de Educação Física Escolar e na Educação Básica - Ensino Infantil, Fundamental e médio, com ênfase em Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: lúdico, linguagem, Tecnologia alternativa, recreação, Políticas de Esporte e Políticas de Formação de Professores. Membro dos grupos de Pesquisa do Desenvolvimento e da Cultural Corporal - GDECC, do Grupo de Estudos Saúde, Sociedade e Tecnologia - GESSTEC; do centro de Estudos e Pesquisas do Humanismo Ikeda - CEPHIK e do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esportes e Lazer - CEDPPEL.

Tatiane Gomes Teixeira

Docente do Departamento de Educação Física (DEF) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) desde 2015. Doutora em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Mestre em Gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica São Paulo. Bacharel em Educação Física desde 2007.

Fernanda Gahú de Oliveira

Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Rondônia (2018). Integrante do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esportes e Lazer - CEDPPEL. Atualmente é profissional na academia Mahatma de Porto velho/RO.

Joeser Álvares Da Silva Júnior

Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal De Rondônia (UNIR). Foi bolsista do Programa de Iniciação científica da UNIR.

Stefanny Muniz de Souza Duarte

Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Rondônia. Atua nas áreas de pesquisa com ênfase em Ciências da Saúde, principalmente nos seguintes temas: anemia, desempenho físico, malária esporte e lazer, políticas públicas de esporte e lazer do estado de Rondônia. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas e Trabalho Voluntario de Iniciação Científica da Fundação Universidade Federal de Rondônia--UNIR. Atualmente exerce a profissão de profissional de Educação Física no centro de treinamento MEGA TREINO, na cidade de Porto Velho, desde março de 2018.

Marcelo Tiago Balthazar Corrêa

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Rondônia (2017). Atuou como estudante voluntário em projeto de pesquisa do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esportes e Lazer - CEDPPEL. Tem experiência na área de Educação Física. Atualmente integrante da Residência multiprofissional em Saúde da família, pela Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

Izabel Cesar Lima Macedo

Acadêmica do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Rondônia. Integrante do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa de Esporte e Lazer (CDPEL/UNIR).

Gilcinei Soares do Santos

Acadêmico do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Rondônia. Integrante do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa de Esporte e Lazer (CDPEL/UNIR).

Este livro é resultado de estudos realizados por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer/ CDPPEL do estado de Rondônia. Apresenta diagnóstico inicial das políticas desenvolvidas no estado de Rondônia, em especial das questões relativas a gestão, estrutura e a organização dessa política. É uma obra de interesse a um público diverso: pesquisadores e estudantes dos campos de estudos do esporte, do lazer e das políticas públicas, profissionais envolvidos com ações no campo da gestão pública de esporte e lazer, bem como por pessoas interessadas em compreender o desenvolvimento e as ações desenvolvidas no estado de Rondônia.

edufro
Editora da Universidade
Federal de Rondônia